



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 108

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 18 de Junho de 2008

Presidente: Deputado Fernando Menezes (substituído no decorrer da Sessão pelo Vice-Presidente Deputado Costa Pereira)

Secretários: Deputados António Loura e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Mark Marques)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 20 minutos.

Apresentada a correspondência chegada à Mesa, iniciou-se a apresentação de 4 **votos de congratulação**.

Os dois primeiros votos, pela ocorrência do **25º aniversário do Grupo Coral das Lajes do Pico**, foram apresentados pelos Srs. Deputados Lizuarte Machado (*PS*) e Cláudio Lopes (*PSD*).

Postos à votação, separadamente, os votos em apreço foram aprovados por unanimidade.

O terceiro e quarto votos, pelas **bodas de prata do Salão Recreativo dos Toledos**, apresentados desta feita pelos Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*) e Jaime Jorge (*PSD*), também foram aprovados por unanimidade.

Seguiu-se uma declaração política pelo Sr. Deputado José Rego (*PS*).

No debate, usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*) e o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

Aberto o período para tratamento de assuntos de interesse político relevante, proferiram intervenções e participaram no debate os Srs. Deputados Sérgio Ferreira (*PSD*), Alberto Costa (*PS*), Herberto Rosa (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Gonçalves (*PSD*), José Eduardo (*PS*), Guilherme Nunes (*PS*), Piedade Lalanda, bem como os Srs. Secretário Regionais do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*) e da Economia (*Duarte Ponte*).

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com o debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Aprova o Plano de Ordenamento Turístico da RAA (POTRAA)”**;

Usaram da palavra os Srs. Deputados Jaime Jorge (*PSD*), Artur Lima (*CDS/PP*), António Ventura (*PSD*), Cláudio Lopes (*PSD*), Ana Isabel Moniz (*PS*), Costa Pereira (*PSD*), Mark Marques (*PSD*), José Rego (*PS*), António Marinho (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*).

Submetida à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria.

Seguiu-se o debate e votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Competências da RAA em matéria de emprego e trabalho para a entrada de cidadãos estrangeiros e atribuição do estatuto de residente”**;

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra os Srs. Deputados Mariana Matos (*PS*), António Pedro Costa (*PSD*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*).

Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Condições de recrutamento e acesso à profissão de profissional de banca de casinos na Região Autónoma dos Açores”, proferiram intervenções o Secretário Regional da Educação e Ciência (*Álamo Meneses*) e os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*) e António Toste (*PS*).

Na votação, a Proposta de Decreto Legislativo foi aprovada, tanto na generalidade como na especialidade, por unanimidade.

No debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Estabelece o Sistema De Gestão e Avaliação do Desempenho Regional dos Açores (SIADAPRA)”**, usaram da palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), e os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

O diploma supra-mencionado foi aprovado por maioria.

Em seguida, e novamente pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), foi apresentada a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Adapta à administração pública dos Açores a Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remuneração dos trabalhadores que exercem funções públicas)”**.

Após a intervenção dos Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Hernâni Jorge (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Francisco Coelho (*PS*), a proposta foi aprovada por maioria.

Em relação à **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regras especiais da contratação pública na Região Autónoma dos Açores”**, usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência (*Vasco Cordeiro*), a quem coube a apresentação do diploma, e os Srs. Deputados José Manuel Bolieiro (*PSD*) e José San-Bento (*PS*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Os últimos pontos da Agenda da Reunião foram debatidos conjuntamente, uma vez que versavam a mesma matéria:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico que fixa as bases gerais do desenvolvimento rural”;

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime Jurídico de Ordenamento Agrário”**;

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime de Incentivos à compra de terras agrícolas (RICTA)”**;

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime Jurídico do uso e arrendamento de baldios”**;

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico da reserva agrícola regional”**;

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico do arrendamento rural na Região Autónoma dos Açores”**;

Antes do encerramento dos trabalhos, usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), para fazer a apresentação dos mesmos.

O debate dos diplomas transitou para o dia seguinte.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas)

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, bom dia.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

Eram 10 horas e 20 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Alberto da Silva Costa

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

António José Tavares de Loura

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Soares da Silveira

Maria Fernanda da Silva **Mendes**

Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Maria da Silva **Gonçalves**

António Pedro Rebelo **Costa**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António da Silveira **Jorge**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Manuel Avelar **Nunes**

Luís Henrique da Silva

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Sérgio Emanuel Bettencourt **Ferreira**

Presidente: Estão presentes 39 Srs. Deputados.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Tem a palavra os Srs. Secretários, para apresentarem a correspondência.

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do PSD, envio do pedido de dispensa de exame em Comissão do Projecto de Resolução – Preservação dos postos de trabalho de cidadãos portugueses na Base das Lajes.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, relatório no âmbito da apreciação da Petição relativa à prevenção de cheias na Lombinha da Maia – Ribeira Grande, São Miguel, e tem como primeiro subscritor o Sr. José Carlos Moniz Vieira.

Presidente: Deram entrada na mesa 4 votos.

Os dois primeiros versam o mesmo tema – **Voto de Congratulação** pela ocorrência **aniversário do Grupo Coral das Lajes do Pico**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado, para fazer a respectiva apresentação.

Deputado Lizuarte Machado (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Constituído em Agosto de 1983, por ocasião do 1º centenário da Festa de Nossa Senhora de Lurdes, apenas e só com a finalidade de abrilhantar solenemente as diversas festividades religiosas e cívicas, o Grupo Coral das Lajes do Pico transformou-se rapidamente, por vontade unânime dos seus membros, em associação cívica.

Desde sempre sob a superior orientação e liderança do Maestro Manuel Emílio Porto, Comendador da Ordem de Mérito da República Portuguesa e agraciado, no corrente ano, com a Insígnia Honorífica Açoriana na categoria de Mérito Cívico, conta actualmente com cerca de 50 elementos.

Interpreta preferencialmente temas de música popular açoriana, com arranjos do seu maestro. É, aliás, de louvar e sublinhar o excelente trabalho de compilação de todos estes temas no livro, da sua autoria, “O Meu Cancioneiro”, há alguns anos editado, e que é um repositório de várias obras suas – criações e adaptações – de música coral, muitas delas interpretadas por diversos grupos corais de todo o País no que constitui um enorme e profundo reconhecimento da qualidade do seu trabalho.

A sua actividade tem-se desenrolado ao longo dos anos nos mais diversos eventos e nas localidades mais díspares, sendo de realçar as suas actuações nas festividades da vila baleeira, nas cantatas de Natal, alternadamente nas diversas paróquias dos Concelhos das

Lajes e de S. Roque do Pico, em 2007 no Dia da Região, no dia do município, entre tantas outras.

Abrilhou também a reabertura de várias igrejas paroquiais depois da reconstrução pós-sismo de 98 e marcou presença, actuando ainda por diversas vezes no Faial, São Jorge, Terceira e S. Miguel.

Fora dos Açores já participou em Encontros de Coros em Mafra, Vila do Conde, Santiago do Cacém, Moita, Santo André, Aljustrel e Sines.

No estrangeiro, já actuou em intercâmbio com o Coro de Cangas do Morrazo (Vigo – Galiza) e na 1ª Semana Cultural da Casa dos Açores de Toronto – Canadá.

Editou dois Cd(s) e participou em diversos trabalhos da RDP-Açores.

É hoje, pelos momentos "de rara beleza" musical que proporciona, uma referência na Música Coral de raiz popular em todo o país e nas nossas comunidades da diáspora.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 18 de Junho de 2008, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela passagem do vigésimo quinto aniversário do Grupo Coral das Lajes do Pico. Esta congratulação é extensiva ao seu maestro e a todos os seus elementos e dirigentes, que viram ao longo deste quarto de século coroado de êxito todo o esforço e dedicação que colocaram ao serviço da sua terra, contribuindo decisivamente para a promoção e para o desenvolvimento e engrandecimento cultural da mesma.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao referido Grupo.

Horta, Sala das Sessões, 18 de Junho de 2008

Os Deputados Regionais: Lizuarte Machado, Francisco Coelho e Hernâni Jorge.

Presidente: Para a leitura de um voto de igual teor tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

O Grupo Coral das Lajes do Pico comemora, este ano, o seu 25º aniversário.

O Grupo estreou-se a cantar em público, em Agosto de 1983, participando nas festas centenárias de Nossa Senhora de Lurdes, nas Lajes do Pico.

Desde então, e por vontade expressa dos seus elementos, continuou o seu trabalho de forma ininterrupta, até aos nossos dias.

Ao longo destes 25 anos foram muitas e diversas as participações deste Grupo, em aniversários de Associações desportivas, culturais e recreativas, em sessões solenes comemorativas de Instituições Públicas, em lançamentos de livros, em semanas culturais, nos mais diversos encontros de Coros, em programas para a RTP-Açores, tendo sido ainda convidado especial para a inauguração da sede do Orfeão Edmundo Machado Oliveira.

Sendo impossível neste voto incluir as imensas participações públicas deste Coro, na ilha, na Região, no País e no Estrangeiro, referem-se aqui as mais relevantes.

Em 1997 participou na 1ª semana cultural em Toronto, a convite da Casa dos Açores desta cidade canadiana.

Em 1999 iniciou um intercâmbio cultural com o Coral Harmonia de Santiago do Cacém, intercâmbio que se desenvolveu em dois momentos, um na Vila das Lajes outro em Santiago do Cacém, actuando ainda em Sines e em Alvalade-Sado.

Em 2001 iniciou outro intercâmbio cultural com o Grupo Coral de Mafra, o qual teve dois momentos altos: o primeiro nas Lajes do Pico, associado às comemorações dos 500 anos do Município e um segundo momento em Mafra, com concertos na Basílica de Mafra e na Ericeira.

Em 2003 iniciou outro intercâmbio cultural com o Grupo Coral Lestonac de Cangas do Morrazo, da Galiza, desenvolvido também em dois momentos distintos, na Galiza e nas Lajes do Pico.

Em 2004 participou num encontro de Coros no Litoral Alentejano, promovido pelo Grupo Coral do Club Galp Energia, actuando em Aljustrel.

Em 2007 recebeu nas Lajes do Pico, também em intercâmbio Cultural, o Coral “Atlântico” de Sines, retribuindo a visita em Setembro desse mesmo ano.

Tem participado em diversos encontros de Coros, que se tem realizado nas ilhas do Pico, Terceira, São Miguel, São Jorge e Faial.

No ano passado, participou na sessão solene comemorativa do DIA DA REGIÃO, que se realizou na ilha do Pico.

Já gravou 3 CD's. O 1º em 1996 que inclui 18 temas de Música Popular Açoriana. O 2º em 2001 com a designação de MONTANHA DO MEU DESTINO. O 3º em 2005, um CD duplo, intitulado MÚSICA EM TEMPO DE FESTA, incluindo música popular e música sacra.

Participou ainda na gravação de um CD “Os Melhores Coros Amadores da Região Açores”, uma iniciativa da firma Public Art de Coimbra, realizado no ano de 1999.

Atendendo aos relevantes serviços prestados na divulgação da música e da cultura açoriana, em 8 de Março de 2004, por Despacho do Presidente do Governo Regional dos Açores foi declarado ao Grupo Coral das Lajes do Pico, o estatuto de UTILIDADE PÚBLICA.

Na passagem do 25º aniversário do Rotary Club do Pico, esta Organização deliberou atribuir-lhe o Diploma de Mérito.

Foi ainda homenageado pela Câmara Municipal das Lajes do Pico, com a menção de Mérito Cultural.

É seu Director Artístico, desde a 1ª hora, o Professor Manuel Emílio Porto, fundador do Grupo e seu principal impulsionador.

O Professor Emílio Porto, fundamentalmente pela forma como se tem dedicado e empenhado no trabalho artístico realizado por este Grupo, em prol da cultura açoriana, foi agraciado, em 2001, pelo Presidente da República com o Grau de Comendador da Ordem de Mérito e no corrente ano, em sessão solene comemorativa do DIA da REGIÃO, que se realizou no passado dia 12 de Maio na ilha de São Jorge, foi também agraciado com o título honorífico de mérito cívico.

O Grupo Coral das Lajes do Pico tem sido, ao longo destes 25 anos um verdadeiro embaixador na divulgação da arte e da cultura musical açoriana, no País e no Estrangeiro.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo-assinados, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação deste voto

de congratulação pela ocorrência do 25º aniversário do Grupo Coral das Lajes do Pico, fazendo votos sinceros de uma longa existência e dirigindo os parabéns a todos os seus coralistas e Director artístico.

Horta, Sala de Sessões, 18 de Junho

Os Deputados Regionais: Clélio Meneses, Cláudio Lopes, Jaime Jorge, António Pedro Costa e Mark Marques.

Presidente: Não havendo inscrições sobre estes dois votos, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o próximo voto de congratulação, apresentado pelo PS, sobre o Grupo Desportivo os Toledos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Nascido há vinte e cinco anos, num sábado de Santo Cristo, concretamente em 20 de Maio de 1983, o Salão Recreativo dos Toledos é uma associação que tem sabido concretizar, com brilhantismo, o seu objecto social de promoção do desenvolvimento e de prática de actividades culturais, desportivas e recreativas.

Em 1998 foi criado o Centro de Dia, com um trabalho a todos os títulos notável na promoção do convívio e ocupação dos mais velhos, e em 2005 surgiu o Centro de Actividades de Tempos Livres (ATL), valências que, pela sua qualidade e manifesto interesse público, conferiram à instituição o estatuto de Instituição Privada de Solidariedade Social (IPSS).

A respectiva secção de ténis de mesa, criada em 1999, foi a génese do Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos, fundado em 26 de Novembro de 2001, e que tem levado o nome daquele lugar do concelho da Madalena pelos Açores e pelo país, nas modalidades de ténis de mesa e – mais recentemente – de kickboxing. Os seus atletas, em ambas as modalidades, têm dado ao Pico vários títulos e classificações honrosas em diversas competições nacionais, destacando-se a recente conquista do Campeonato Nacional da II Divisão de ténis de mesa, em seniores masculinos, e consequente ascensão da equipa ao máximo escalão nacional.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, associando-se às comemorações do 25.º aniversário do Salão Recreativo dos Toledos, emita o seguinte voto:

“ A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda calorosamente o Salão Recreativo dos Toledos, congratulando-se pela passagem do 25.º Aniversário da instituição, evidenciando o percurso notável trilhado neste quarto de século. ”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à referida associação.

Sala das Sessões, 18 de Junho de 2008

Os Deputados Regionais, Hernâni Jorge e Lizuarte Machado.

Presidente: Temos um voto de semelhante teor e vai ser apresentado pelo Sr. Deputado Jaime Jorge.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

O progresso e os sucessos desportivos das colectividades e associações estão interligados com o desenvolvimento socio-económico onde estas se integram, e constituem uma forte expressão desse mesmo desenvolvimento.

A diversidade das modalidades desportivas que actualmente já se praticam nos Açores, a dimensão do seu envolvimento e participação comunitária que isso acarreta bem como os

sucessos competitivos que se tem alcançado, são fortes avaliadores e espelham de forma credível o nível de desenvolvimento desportivo e social actual das nossas localidades.

Por tudo isto, e ainda pelo nível competitivo que alcançaram, estas colectividades são também excelentes veículos de promoção e divulgação dos Açores fora de portas, contribuindo decisivamente para que esta realidade seja cada vez melhor conhecida e compreendida.

O Salão Recreativo dos Toledos da ilha do Pico, colectividade sem fins lucrativos, fundada em 20 de Maio de 1983, que persegue objectivos de natureza cultural, desportiva e recreativa, é disto um bom exemplo.

Esta colectividade comemorou no passado dia 20 de Maio, 25 anos de existência.

Ao longo destes 25 anos, esta instituição criou e desenvolveu uma intensa actividade social que resultou num centro de convívio de idosos e num centro de Actividades de Tempos Livres, que no seu conjunto acolhem cerca de 90 elementos.

Este dinamismo social levou a que, em Março de 2006 lhe tenha sido atribuído o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, pelo Instituto de Acção Social.

Ao nível desportivo o Salão Recreativo dos Toledos destaca-se das demais instituições pela prática do ténis de mesa e kickboxing, tendo federado na época passada 218 atletas nestas duas modalidades, dos quais 100 são atletas dos escalões de formação.

Depois de alcançar títulos de âmbito local e regional em todos os escalões, o Salão Recreativo dos Toledos regista já, apesar da sua curta existência, um longo palmarés do qual se destaca:

Ao nível nacional e em ténis de mesa, na época desportiva 2003/2004: a subida da equipa seniores femininos à 2ª divisão nacional e o 3º lugar da equipa de cadetes femininos, no campeonato nacional da categoria;

Época desportiva 2004/2005: o 3º lugar em juniores femininos – pares simples, no campeonato nacional da categoria e a subida da equipa seniores masculinos à 3ª divisão nacional, conseguindo a manutenção dos seniores femininos na 2ª divisão nacional;

Época desportiva 2005/2006: Subida da equipe seniores masculina à 2ª divisão nacional, depois de obtido o título de campeão nacional da 3ª divisão, conseguindo, em mais uma época, a manutenção dos seniores femininos, na 2ª divisão nacional, classificando-se desta vez em 2º lugar;

Época desportiva 2006/2007: Subida da equipe seniores femininos à 1ª divisão nacional, depois de obtido o título de campeã nacional da 2ª divisão, conseguindo a manutenção dos seniores masculinos na 2ª divisão nacional;

Nesta época, em kickboxing, obteve ainda 5 títulos nacionais individuais;

Época 2007/2008: Em ténis de mesa - Subida da equipa seniores masculinos à 1ª divisão nacional, depois de se terem sagrado campeões da 2ª divisão, enquanto que a equipa seniores femininos descia para a 2ª.

Obtêm ainda dois títulos de vice - campeãs nacional em seniores femininos individuais, para duas atletas do clube.

Ao nível internacional regista-se a presença de atletas do clube na selecção dos Açores, nos jogos das ilhas, desde o ano 2000, realçando uma medalha de bronze, em pares simples femininos, obtida na época 2006/2007, na ilha de Córsega em França.

Está, portanto, de parabéns o Salão Recreativo dos Toledos, não só pela passagem dos seus 25 anos, como também pelo honroso historial que já acarreta.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe a esta, a aprovação de um Voto de Congratulação pelas bodas de prata deste clube, associando também o êxito desportivo, devendo o mesmo, uma vez aprovado, ser enviado para conhecimento à direcção do clube e ao Município da Madalena.

Horta, Sala das Sessões, 17 de Junho de 2008

O Grupo Parlamentar do PSD: Clélio Meneses, Jaime Jorge, Jorge Costa Pereira e Cláudio Lopes.

Presidente: Apresentados os votos, estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O voto de congratulação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No momento em que se verificam algumas convulsões sociais na União Europeia e no resto do Mundo, derivadas em grande parte da subida exponencial do preço dos combustíveis e do aumento da procura mundial de bens alimentares, importa neste parlamento analisar algumas das orientações de política económica desenvolvidas nos Açores que passaram pela não liberalização dos preços em áreas como os combustíveis, os transportes aéreos, o cimento ou a farinha.

As medidas de orientação de política económica regional que prevêm a manutenção de regimes de preços diferenciadas dos restantes territórios nacionais e assentes numa política de defesa dos interesses dos consumidores e em sectores de actividade que não apresentam, do lado da oferta, sobretudo ao nível das ilhas mais pequenas, uma diversidade de operadores que possam garantir, só por si, uma concorrência efectiva, têm sido nos últimos tempos analisada e apreciada por madeirenses e continentais que pedem que sejam tomadas medidas nos seus territórios que vão ao encontro das tomadas nos Açores.

As orientações para a política de transportes aéreos de e para os Açores espelhadas nas últimas obrigações de serviço público definem uma estratégia correcta para a Região embora, não compreendida pelos defensores da liberalização e da auto-regulação. Com a experiência em curso na Região Autónoma da Madeira, mais cedo ou mais tarde dirão que a trajectória traçada pelos governos do PS para os Açores foi a mais acertada para o desenvolvimento económico e social desta Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Madeira optou pela liberalização.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Mal!

O Orador: A Secretária Regional do Turismo e Transportes considerou o facto como um “momento histórico” no primeiro dia da liberalização, mas talvez já se tenha arrependido mil vezes porque, o apregoado “momento histórico”, para os madeirenses, mais não é do que o pesadelo de ter que passar a pagar mais para sair da sua ilha.

No balanço de perdas e ganhos constata-se que:

Os estudantes perderam a sua tarifa especial.

Foram oferecidas tarifas promocionais que correspondem apenas a 1,3% do total dos lugares oferecidos.

As tarifas das viagens sem restrições passaram, em alguns casos, para mais do dobro preço. Este é o resultado da liberalização numa região em que o movimento de passageiros está concentrado numa única gateway e que tem cerca de 13 ligações por dia – 8 da TAP, 3 da PGA e 2 da SATA. Tudo isto numa gateway que movimenta quatro vezes mais passageiros por ano do que o aeroporto de Ponta Delgada. Imagine-se o efeito desta medida na nossa Região, sem continuidade territorial e com 5 gateways.

Para aqueles que neste Parlamento, por diversas vezes, defenderam este modelo de liberalização e que para os Açores apontaram e apontam este caminho, espero que sejam subscritores da petição que decorre neste momento no arquipélago da Madeira e que visa a reposição das obrigações de serviço público.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Sr. Deputado há-de entregar-me cópia disso para eu enviar ao Sr. Deputado Jaime Gama!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É grave falar de políticas de liberalização quando não há mercado que a suporte. A estabilidade e a previsibilidade do transporte aéreo são fundamentais para o desenvolvimento económico e social de todas as ilhas açorianas e de todos os açorianos.

A liberalização do transporte aéreo não serve os Açores nem os açorianos. Não nos deslocamos a Lisboa ou Porto só em férias com viagens programadas. Temos, frequentemente, necessidade sair por doença, para consultas não planeadas ou para reuniões de negócios que não se compadecem com marcações antecipadas, nem de ida nem de volta.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Outro sector em que os governos do PS não avançaram para a liberalização foi o dos combustíveis,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): De facto este Governo anda parado há muito tempo. Tem toda a razão!

O Orador: ... por termos a consciência clara da nossa condição arquipelágica, aliada à descontinuidade territorial e à pequena dimensão da generalidade das nossas ilhas e dos respectivos mercados.

Hoje, através de um regime de fixação de preços máximos de venda ao público, complementado com políticas de discriminação positiva para a agricultura e para as pescas, a Região disponibiliza a todos os açorianos um preçário que apresenta variações entre -12,1%, para a gasolina s/ chumbo, e -68% para o gasóleo pescas, relativamente aos preços, liberalizados, do Continente e da Madeira.

Esta política, para além de ter resultado em valores de venda deste tipo de produtos na Região mais baixos do que no Continente e na Madeira, tem evitado excessivas oscilações no mercado, sempre prejudiciais para as empresas e para os consumidores.

Com este regime tem sido possível, apesar do brutal aumento do preço do petróleo nos mercados mundiais, disponibilizar aos açorianos os combustíveis mais baratos de toda a União Europeia.

Deputado Mark Marques (PSD): Sempre foi assim!

É um exercício de memória! Desde 74!

O Orador: Contudo, tal só é possível através da redução de alguma receita fiscal, ainda assim, consideramos que as mais valias decorrentes da transferência deste fluxo financeiro para o bolso dos contribuintes e das empresas açorianas, contribui não só para o bem estar dos mesmos mas também, para o desempenho e equilíbrio financeiro do tecido empresarial regional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Bem-vindo ao clube!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para além da política de preços dos combustíveis, atrás referida, factores há que justificam, a manutenção de regimes de preços diferenciados do restante território nacional, para outros sectores vitais como são os casos da indústria do cimento e da indústria de moagem.

No caso do cimento, os preços são contratualizados com a única indústria existente na Região e têm sido acordados, para este produto, que é essencial para a economia dos Açores, possibilitando que o mesmo à porta da cimenteira tenha crescido a ritmos moderados e levado à manutenção de um preço uniforme em toda a Região, suportando o Governo Regional 70% dos custos inerentes ao transporte marítimo para o abastecimento do

mercado interno. Tem sido assim possível manter preços inferiores em cerca de 10% aos praticados no Continente e na Madeira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Com estas medidas de política económica acompanhadas de outras ao nível social os Governos do PS têm contribuído para um melhor desempenho das nossas empresas e para a melhoria das condições de vida de todos os açorianos.

Com estas medidas, contrárias à demagogia patente em muitas das críticas apresentadas pelo PSD, melhoramos a mobilidade dos açorianos, combatemos muitas das fragilidades da nossa economia, melhoramos as nossas relações económicas, fazendo dos Açores um espaço de desenvolvimento e liberdade onde vale a pena viver.

Disse

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Muito bem!

(Aplauso dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos os Srs. Deputados Jorge Macedo e Artur Lima.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José Rego:

Bem-vindo ao clube!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É preciso ter descaramento!

O Orador: É sempre interessante termos oportunidade nesta casa de falar sobre transporte aéreo.

Deputado José Rego (PS): Não é a primeira vez!

O Orador: Prova provada foi a resolução sobre o alegado mau serviço da TAP. Na altura quisemos discutir o modelo de serviço público de transporte aéreo e foi o Partido Socialista que não quis falar sobre isso, limitando claramente a resolução para que apenas uma pequeníssima parte daquilo que era importante fosse tratado.

Portanto, bem-vindo ao clube! Foi com surpresa, mas com muita alegria que vi o Sr. Deputado José Rego, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, falar nos transportes aéreos.

Até agora, tem sido só a parte do elogio. Portanto, não percebo a acusação, não percebo os comentários em aparte.

De qualquer modo, gostaria de dizer que a sua intervenção era muito mais enquadrada caso fosse feita numa sessão solene a convite, eventualmente, de Deputados da Assembleia Legislativa Regional da Madeira.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Acontece que aquilo que se passou na Madeira serve claramente para “termos cautela e caldos de galinha”.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Até que enfim!

É preciso ter descaramento!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Esperem!

Sr. Presidente, quando eu tiver oportunidade continuo. Não quero que a minha intervenção suscite tanta agitação na bancada do Partido Socialista e do Governo que rejubila com os insucessos daquilo que se passa na Madeira, o que também não é correcto.

Referia “cautela e caldos de galinha”. Sabem para quem?

Deputado Luís Paulo Alves (PS): Para si!

O Orador: Para o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores que foi a pessoa que no Congresso do Partido Socialista falou em liberalização.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Os senhores não vão colocar na boca do PSD aquilo que o PSD não afirma.

O que o PSD sempre disse, o que o PSD reafirma, é que é necessário nos Açores termos uma liberalização controlada, uma liberalização correcta.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Foi sempre esta a posição do PSD e desafio qualquer um dos Srs. Deputados aqui presentes a encontrar uma única palavra nesta casa, proferida por mim ou por algum dos meus companheiros, a falar de liberalização pura e dura.

Não é com muitas mentiras ou com muitas inverdades repetidas, que uma mentira passa a ser verdade.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Valeu o esforço!

O Orador: Desafio qualquer um dos Srs. Deputados ou qualquer membro do Governo a encontrar uma única palavra minha ou desta bancada a falar de liberalização pura e dura.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Todas as suas palavras foram a favor da liberalização!

O Orador: Sr. Deputado Hernâni Jorge, eu aprecio os seus apartes. Sou também daqueles que fazem alguns apartes.

Agora, uma coisa que eu faço sempre é, nem em aparte, eu minto ou falto à verdade.

Nem em aparte eu falto à verdade ou conto inverdades.

Se o Sr. Deputado Hernâni Jorge quiser repetir essa inverdade, era importante...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Todas as suas palavras foram a favor da liberalização!

O Orador: ... que pedisse ao Sr. Presidente (regimentalmente julgo que não é possível) para pronunciar de modo a ficar gravado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Repito: todas as suas palavras foram a favor da liberalização!

O Orador: Sr. Deputado, eu é que estou no uso da palavra, não é o senhor.

A verdade é só uma:

Enquanto nós falámos que era necessário permitir o regime concorrencial acabando com o *code-share*, enquanto dissemos que era necessário flexibilizar o sistema tarifário, enquanto nós afirmamos que só apenas um regime concorrencial é que conseguiria fazer com que os açorianos deixassem de pagar 275 euros por uma passagem para o exterior, ao qual acresce 87 euros de subsídio ao bilhete, enquanto o *code-share* continuar a existir, enquanto não houver a flexibilização do sistema tarifário, os açorianos continuarão a ser penalizadíssimos, mas sejamos claros.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, está na hora de terminar.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Referindo novamente, não é correcto, nem no debate político, nem quando estamos próximos de eleições, colocar na boca de outras pessoas aquilo que essas pessoas não disseram.

As sessões são gravadas e os diários das sessões confirmarão isso.

Os senhores tenham a delicadeza e a honestidade de encontrar uma única palavra desta bancada ou minha a falar de liberalização pura e dura.

Nunca ouviram isso!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Srs. Deputados, não vale a pena esses comentários excitados, porque não vão encontrar uma única palavra a falar de liberalização pura e dura. Ponto final!

Nós falámos sempre de liberalização com regras.

Sabem o que é liberalização com regras?

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo...

O Orador: É uma liberalização que permita que seja estabelecido um preço máximo para baixo do qual seja possível flexibilizar as tarifas e ter um regime concorrencial e acima desse preço não seja possível praticar tarifas.

Termino, Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Deputado José Rego que, desde que eu era pequenino, os combustíveis sempre foram mais baixos nos Açores do que no Continente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria a minha intervenção exactamente como começou o Deputado Jorge Macedo: bem-vindo ao clube!

Liberalização controlada!

Foi o CDS/PP que, pela primeira vez, nesta casa, em discussão aberta e frontal com o Governo, sugeriu.

Ouvi o PSD falar de liberalização!

Se é pura, se é dura, isso agora é com o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor não pode dizer inverdades aqui!

Desafio a ir ao diário das sessões!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, também agradecia que o senhor não interrompesse directamente o Sr. Deputado Artur Lima.

Os apartes são regimentais. Agora, estar directamente a dirigir-se ao Sr. Deputado...

O Orador: Sr. Deputado Jorge Macedo, fica registado no diário das sessões a sua “delicadeza” em contraposição com a indelicadeza do Deputado Hernâni Jorge há bocado.

A Airbus tem um avião que é o A 380, aquele grande. Foi o tamanho do sapo que o Deputado Jorge Macedo acabou de engolir.

(Risos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Economia)

A liberalização controlada e com regras e a liberalização com “cuidados e caldos de galinha”, aparece depois do desastre que foi a liberalização da Madeira. Temos que ser todos frontais e coerentes nesta matéria.

A liberalização do transporte aéreo na Madeira foi um desastre e está a ser um desastre.

O PSD/Madeira agora é contra tudo e contra todos.

Quando vemos o “desastre do vizinho”, aqui temos que ter cuidados.

Nós, CDS/PP, já tomávamos cuidados antes do desastre da Madeira.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É verdade!

O Orador: Procedemos após um processo de apreciação parlamentar do regime de liberalização da Madeira. Não lançamos medidas para o ar, não somos irresponsáveis para dizer liberalize-se, liberalize-se, liberalize-se. Depois, “fica-se com o menino na mão” e não sabemos o que é que vamos fazer com ele.

Esta intervenção foi um “voo às cegas”, que passou por uma “turbulência”, e acaba, na intervenção do Deputado Jorge Macedo, numa “aterragem sem trem de aterragem”, com má educação, interrompendo.

Quanto à liberalização do Deputado Jorge Macedo e do PSD, lamento. Como é que as pessoas vão acreditar? Como é que se estimula a concorrência sem liberalização? É essa a pergunta que é preciso responder.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Acabando com o *code-share*!

O Orador: Quando se vem com a demagogia do *code-share* é preciso explicar, porque o *code-share* tem vantagens e tem desvantagens. Agora, vamos ponderar quais são as melhores e quais são as piores. É isso que é preciso ponderar coerentemente e com frontalidade.

Vou ler aqui uma frase da intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo em que defende: “o modelo aberto a soluções de tarifas flexíveis, capaz de convergir para a liberalização do serviço pública de transporte aéreo”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Claro!

O Sr. Presidente do Governo disse a mesma coisa!

O Sr. Presidente do PS disse a mesma coisa!

O Orador: Sr. Deputado Jorge Macedo, quando chamar mentiroso a uma pessoa tenha muito cuidado com aquilo que diz.

Está escrito: “capaz de convergir para a liberalização do serviço público de transporte aéreo”.

O senhor agora adjectiva-a de pura e dura.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Convergir!

O Orador: Chama-lhe o que quiser, mas está aqui escrito “liberalização do transporte aéreo”. Eu leio português e foi isso que o senhor escreveu.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Foi convergir!

O Orador: Há mais intervenções suas.

Eu não lhe admito e o senhor tem que me pedir aqui desculpa por me ter chamado aquele nome que me chamou há bocado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Convergir para a liberalização!

O Orador: Sr. Deputado, o que é que quer dizer “convergir para a liberalização”?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quando houver condições, Sr. Deputado!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Presidente, este PSD está a “navegar sem instrumento”, está “cheio de nevoeiro”, não encontra o “aeroporto”, não encontra “a pista”.

Não vale a pena discutir!

Fica mais uma vez registado para o diário das sessões o comportamento do Deputado Jorge Macedo.

Agradecia que o Sr. Deputado Jorge Macedo, perante esta câmara, pedisse desculpa sobre aquilo que disse.

Deputado António Toste (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pensei que hoje íamos ter finalmente a descoberta final do modelo de transporte aéreo do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não! Isso é só para 2020!

O Orador: Andamos há 4 anos a falar de transportes aéreos. O Governo sempre disse que iria observar com cuidado a experiência da Madeira, que não tínhamos o mesmo mercado que tinha a Madeira, que a situação da liberalização nos Açores poderia levar a uma catástrofe, que teríamos que fazer uma abordagem lenta a esta área.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É convergir! A aproximação lenta é convergência!

O Orador: Sr. Deputado, hoje, perante todos os açorianos, está claro que o modelo adoptado na Região é um modelo de sucesso.

Se o Sr. Deputado estivesse sentado no meu lugar, ou se o PSD estivesse deste lado, teriam conduzido os Açores a uma catástrofe!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Muito bem!

O Orador: Foi o que aconteceu na Madeira.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Porque...

O Orador: Na Madeira existem promoções que são para 1,3% dos lugares oferecidos, mas não são só para os residentes, são para todos. Ou seja, para 100 lugares, oferece 1,3 de promoção, que é disputado pelos residentes e pelos não residentes. Como os não residentes são a maioria, os residentes nunca apanham uma promoção que seja.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E é uma *gateway*!

O Orador: No caso dos Açores, para os mesmos 100 lugares, como a taxa de ocupação é de 75%, e temos 40% de residentes, para cada 3 residentes há uma promoção.

Está a ver a diferença?!

A diferença é de 1 para 75 e de 1 para 3 na Região Autónoma dos Açores.

Este modelo foi difícil de conquistar.

A Comissão de Economia, que esteve em contacto com a TAP, com a Secretaria de Estado, com o INAC,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nem todos Sr. Secretário. Apenas alguns elementos!

O Orador: ... percebeu que foi uma negociação extremamente difícil, mas foi conseguida com êxito.

A primeira coisa que tivemos, quando atingimos esse êxito, foi ouvir o Sr. Deputado falar mal.

Hoje, olhando para a Madeira, que é, no fundo, da sua cor, vendo o “desastre” que está tendo, o senhor só podia fazer aqui um “acto de contrição”.

Até agora não conseguiu dizer uma palavra certa nesta área.

Paciência, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para encerrar, tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

* **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jorge Macedo:

O senhor convidou-me a vir ao clube!

Eu nunca saí deste clube!

O que disse hoje foi o mesmo que disse ao longo dos vários plenários que se falou no transporte aéreo nesta casa.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não! Por iniciativa sua!

O Orador: O que disse dali, por várias vezes, nesta bancada, já o disse no passado.

Agora, aquilo que o Sr. Deputado Jorge Macedo vem dizer aqui, hoje, não foi o que disse no passado.

Deputado António Toste (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Macedo, por mais que uma vez disse, até daquela tribuna, ao Sr. Secretário: “Olhe para o lado! Olhe para a Madeira!”

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu nunca disse isso!

O Orador: E eu digo ao Sr. Deputado Jorge Macedo: Olhe para o lado! Olhe para a Madeira!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Jorge Macedo, por mais que uma vez, daquela tribuna, o Sr. Deputado disse: “Deixe o mercado funcionar”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Assim não vale!

O Orador: “No transporte aéreo há que funcionar a auto-regulação do mercado”.

A auto-regulação do mercado, por outras palavras, quer dizer liberalização.

O mercado auto-regula-se a si próprio. Isto é liberalização.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Com regras ou sem regras?!

O Orador: O senhor agora pergunta com regras ou sem regras? A liberalização é liberalização.

Ao dizer que eu tenho um preço máximo, um tecto, eu estou no mercado a controlar os preços, deixou de haver liberalização.

A liberalização só existe quando o mercado está a funcionar livremente, para as empresas e consumidores...

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Sei perfeitamente. Foi o que disse naquela tribuna.

... para os combustíveis e para o transporte aéreo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Há liberalização com preços baixos!

Há liberalização com preços altos!

Há liberalização com regras!

Há “N” liberalizações!

O Orador: Essas são as várias liberalizações do Deputado Jorge Macedo. Para concluir, relativamente aos combustíveis, os combustíveis sempre tiveram diferença em relação ao território nacional, mas nunca sofreram a pressão que têm sofrido ao nível internacional e que este Governo tem feito um esforço em várias áreas, como na agricultura, nas pescas ou no transporte rodoviário para manter uma região forte ao nível da sua economia e importante para os seus consumidores.

Foi esta mensagem que quis deixar aos açorianos e à economia açoriana quando, da parte do PSD nada mais vem do que as sempre célebres “nuvens negras” da economia. Isso não interessa aos açorianos. O que interessa é um futuro melhor para cada um de nós.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: O Sr. Deputado Hernâni Jorge pede a palavra para...

* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da honra na sequência da intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Presidente: Faça favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No meu aparte em que referi que o Sr. Deputado Jorge Macedo sempre tinha referido nesta casa a defesa da liberalização dos transportes aéreos fui acusado de faltar à verdade, por isso quero esclarecer esta situação usando desta figura regimental de defesa da honra.

Em 29 de Novembro de 2007, nesta casa, o Sr. Deputado Jorge Macedo veio criticar a continuidade de “um modelo de transporte aéreo para o exterior em regime de monopólio” dizendo que, “só através da concorrência é possível a defesa dos passageiros açorianos”.

Afirmou ainda tratar-se da “continuidade de um modelo de transporte aéreo inter-ilhas obsoleto”.

Citou a má memória (nas palavras dele) do Presidente do Governo em Julho de 2004 que disse “o novo modelo a aplicar a partir de Janeiro de 2005 vai possibilitar que várias transportadoras aéreas possam voar para os Açores, não tem uma concorrencial, ainda que condicionado por obrigações de serviço público”.

Citou também a má memória nas palavras do Sr. Secretário Regional da Economia que terá dito, em Janeiro de 2005. “o modelo de liberalização controlada, a vigorar a partir de Janeiro de 2005, trará evidentes vantagens para os residentes dos Açores”.

Quem falou em liberalização controlada foi o Sr. Secretário Regional da Economia.

O Sr. Deputado Jorge Macedo sempre falou em liberalização sem ser controlada, sem ser pura e dura.

Em 7 de Fevereiro de 2008, o PSD defendeu “Liberalização das ligações aéreas para os Açores é urgente”.

Não faltei à verdade com o aparte que emiti há pouco. O PSD neste momento é que dá um passo atrás.

Finalmente chegou ao clube daqueles que não defendem a liberalização para os Açores. Defendem um modelo de serviço público controlado, conforme aquele que existe, com garantias para os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo, também para defender a honra.

* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Não necessariamente, mas tem que ser essa a figura regimental.

Presidente: Aceito para um protesto.

* **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para protestar relativamente ao texto que o Sr. Deputado Hernâni Jorge acabou de ler e que em nenhuma das suas frases, parágrafos, vírgulas falava em liberalização.

Estava correctíssimo.

Deputado Hernâni Jorge (PS): “Liberalização, é urgente!”

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Pior que errar é persistir no erro!

O Orador: Essa minha afirmação estava correctíssima. O diário das sessões transcreveu rigorosamente aquilo que eu disse. É aquilo que o PSD entende e é aquilo que nós confirmamos.

Deixe-me só afirmar que nesta casa, em 2005, o PSD apresentou um relatório de matéria de relevante interesse específico regional. Já nessa altura todas essas posições de liberalização com regras, mas garantindo a concorrência e a flexibilização do tarifário, estavam lá plasmadas.

Portanto, o PSD não tem vindo a influir, não tem vindo a inflectir.

Se é afirmado que se tem que garantir um regime concorrencial e uma flexibilização do tarifário para convergir para uma liberalização, não se pode daí inferir – essas palavras

foram iguais àquelas que o Presidente do Governo afirmou no Congresso do Partido Socialista – que amanhã vamos ter a liberalização.

Para já, vamos criar condições, garantindo aos açorianos que possam viajar a preços mais baratos, para que no futuro se possa convergir, aí sim, e aplicar o modelo de liberalização que poderá ser com regras, com preços máximos. Pode haver mais ou menos regras.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse porque estou a ser muito condescendente.

O Orador: Em Espanha, por exemplo, no caso dos combustíveis, há liberalização com preços máximos, o que significa que não é nenhuma novidade, nem do PSD, nem dos Açores, mas sim uma coisa que é praticada no mundo inteiro.

Muito obrigado pela sua benevolência, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Passamos para as intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Maio foi o mês da visita estatutária do Governo Regional à ilha de Santa Maria.

Cumpriu-se o Estatuto. Fez-se a última visita deste Governo à ilha.

E foi só isso. Cumprir com o Estatuto.

Em ritmo de pré-campanha, com o Presidente do Governo a usar e abusar dum discurso eleitoralista, próprio para comícios do PS, mas desadequado a cerimónias em que não se pode, nem se deve, confundir o partido com o governo,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... decorreu esta visita, sem que se discutissem a sério os maiores problemas da ilha e com o Governo a responder ao que quis e como quis, no Conselho de Ilha.

Este modelo de visita estatutária, onde se privilegia uma reunião com o Conselho de Ilha – a maioria das vezes inconclusiva – em detrimento de discutir com outra profundidade e com outra abrangência, os problemas da ilha, em reuniões de trabalho com as forças vivas representativas da sociedade mariense, está esgotado, tem-se revelado pouco profícuo e só

dá realmente “jeito” ao Governo que, desta forma, sem muito trabalho e sem se comprometer com grande coisa, sempre vai dando a ideia que está atento aos problemas da ilha.

Este modelo não serve. E bem bom que não sou o único a pensar assim. O Sr. Presidente do Governo durante o Conselho de Ilha, reconheceu que no futuro era necessário mudar o formato destas visitas estatutárias. É pena que só tenha chegado a esta conclusão no final do seu mandato.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto à visita em si, fica marcada pela inauguração da primeira fase de uma obra importante para a ilha e prometida desde o ano 2000: o Porto de Recreio de Vila do Porto.

Independentemente de se concordar ou não com a forma como decorreu a inauguração e com o tempo que levou a concretizar este investimento, a verdade é que Santa Maria fica com um excelente porto de recreio e só se espera agora que as obras da segunda fase fiquem concluídas o mais rapidamente possível.

Da inauguração do Centro de Actividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto ficam duas coisas: a importância deste centro para a ilha e o discurso do Sr. Presidente do Governo que, certamente, confundiu esta cerimónia oficial com um qualquer comício do Partido Socialista.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi ainda dado especial realce à apresentação dos projectos do Campo de Golfe e da Baía de S. Lourenço, projectos, que no futuro poderão contribuir para o desenvolvimento da ilha, sendo, no entanto, ainda muito cedo para avaliar o real impacto que estes terão na economia mariense.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Convém, também, realçar na análise a esta visita, aquilo que o Governo não disse, não inaugurou e não pôde, ou não soube, responder.

Numa intervenção feita, em Janeiro deste ano, sobre o Porto de Pescas de Vila do Porto, eu disse e passo a citar “tendo em consideração aquilo que já ouvi, tanto da parte dos pescadores, como da parte dos potenciais utilizadores do Porto de Recreio, chamava a vossa atenção para o facto da obra a promover não poder, de forma alguma, condicionar, quer seja

a operação dos barcos da pesca profissional, quer seja a operação das embarcações de recreio.”, fim de citação.

Nessa altura o Sr. Sub-Secretário Regional das Pescas disse que estava tudo estudado, que o concurso público já havia sido lançado e que a solução encontrada era a melhor.

Pergunta-se. O que é que se passou para se ter abandonado esta solução?

A quem é que vão ser assacadas responsabilidades pelo dinheiro gasto e pelo tempo perdido?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: É preciso perceber uma coisa: além do dinheiro gasto e que obviamente não é recuperável, são os pescadores que ficam mais não sei quanto tempo à espera que se concretize uma obra que é fundamental para a sua actividade.

Mas em termos de obras marítimas não nos ficamos por aqui.

Anuncia o Governo, aquando da apresentação do projecto para S. Lourenço, que vai reconstruir o portinho desta baía.

É sem dúvida uma novidade importante.

Mas não será, igualmente, importante perguntar pela obra que foi feita há sete anos, que custou mais de seiscentos mil euros e que pelos vistos não resultou.

Ninguém é responsável por este dinheiro?

A forma como foi então feita essa obra não é sequer questionada?

O mesmo governo que participou na inauguração faustosa e desproporcionada dessa obra, que nunca serviu para rigorosamente nada, não deveria ter pelo menos uma justificação para tão grande fracasso?

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: E quanto ao Cais Ferrie, anuncia-se que se vai proceder a obras de beneficiação deste cais, que custou mais de três milhões de euros e que nunca serviu para nada, sem, no entanto, se dizer uma única palavra sobre aquilo que correu mal.

Vai-se gastar mais dois ou três milhões de euros para remediar o mal feito, mas ninguém parece querer assumir a responsabilidade do que foi ali mal feito.

São muitos milhões deitados ao mar de forma leviana e que no entretanto condicionaram outros investimentos que poderiam ter sido levados a cabo na ilha.

Dou um exemplo. Com este dinheiro todo, de certeza, já teriam feito a retenção de areia na Praia Formosa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Sobre a retenção de areia, não deixa de ser interessante verificar que cinco ou seis anos depois de terem apresentado os estudos numa visita estatutária, voltem a anunciar que vão realizar estudos tendentes à fixação de areia na praia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é nessa praia, é noutra!

O Orador: Não. É na mesma, Sr. Secretário.

É caso para dizer que a questão da areia em Santa Maria só é lembrada em tempo de campanha eleitoral.

Sobre a questão do aeroporto, quer no que concerne a horários, quer no que diz respeito aos terrenos, nem uma palavra.

O Sr. Vice-Presidente disse qualquer coisa, mas, de tão vago que foi, ninguém conseguiu reter rigorosamente nada.

Longe vão os tempos em que se anunciava triunfalmente que o problema dos horários estava resolvido e que os terrenos seriam transferidos para a posse do Governo Regional.

Sobre a sala de desmancha nem uma palavra. Janeiro já lá vai e, Sr. Secretário Regional da Agricultura, o gado continua a ser exportado vivo de Santa Maria, com todas as consequências que isto tem no rendimento dos agricultores.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Tenha calma!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos discursos “ cor-de-rosa” do governo não se conseguiu vislumbrar uma palavra sobre a ilha, sobre a desertificação, ou sobre, os problemas das pessoas.

Certamente, porque a análise dos resultados das vossas políticas contraria aquilo que é o vosso discurso oficial.

Ao discurso dos milhões e da obra feita contrapõe-se uma ilha onde a desertificação continua a aumentar e a economia está cada vez mais frágil. Para isto é que parece não haver solução.

E para isto é que era importante ter algumas respostas.

Seria bom explicar às pessoas porque é que apesar deste discurso optimista e onde o dinheiro parece não ser o problema, estas vivem cada vez pior e vêm o seu rendimento disponível diminuir de mês para mês.

Seria bom que, se calhar, em vez de gastar tanto dinheiro em festas e inaugurações, se pensasse, por exemplo, que uma grávida que tem que se deslocar para S. Miguel para ter um filho, tem um modesto apoio diário de cerca de 20 euros.

Sem melhorar as condições de vida das populações, sem ultrapassar os constrangimentos motivados pelas acessibilidades e sem encontrar soluções económicas que tenham em conta as especificidades de cada ilha, não se consegue agora, nem se conseguirá no futuro promover o tão desejado desenvolvimento harmónico dos Açores.

Disse.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos o Sr. Deputado Alberto Costa, a Sra. Secretário Regional do Ambiente e o Sr. Secretário Regional da Economia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Costa.

* **Deputado Alberto Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado Sérgio Ferreira divide-se em duas parte: na parte inicial falou sobre o presente e na segunda parte falou daquilo que entendeu que não foi abordado na visita.

Nessa parte inicial, tirando as considerações que não estou de acordo, falou das obras feitas e acabou por questionar onde é que os milhões foram investidos? Foram investidos nessas obras que referiu.

Nas considerações seguintes, falou numa série de questões. Vou fazer uma análise sobre algumas delas.

Falou no porto de pescas. O porto de pescas está na situação em que está a pedido dos utentes. Foram os pescadores que, chegando ao pé do Governo, pediram para alterar o projecto inicial.

Nesse contexto, o Governo, tendo em conta que os utentes é que irão utilizar aquele espaço no futuro, acedeu. Portanto, a razão é local e de um pedido feito pelas associações locais.

Relativamente às areias da praia, o estudo que foi falado lá tem a ver com São Lourenço, para o qual não há nenhum estudo, porque a Praia tem, como disse e bem, há alguns anos, um estudo feito.

Quanto ao aeroporto e aos terrenos, foi dito no Conselho de Ilha, e penso que o Sr. Deputado se lembrará, que enquanto a privatização da ANA não ocorrer esse processo está dependente disso.

No que se refere à sala de desmancha, penso que também foi dito no Conselho de Ilha que foi feito um concurso para encontrar uma empresa interessada em fazer a exploração desta sala. O processo está a decorrer. Quando estiver concluído irá funcionar para aquilo que foi construída.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

* **Secretária Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para prestar um esclarecimento adicional, face à intervenção do Sr. Deputado do PSD, eleito pela Ilha de Santa Maria.

Relativamente ao porto de pescas, queria informar esta câmara que temos o projecto adjudicado. O Sr. Secretário das Pescas encontra-se hoje em Lisboa com o projectista.

Pretendemos exactamente alterar um pouco o projecto, sem custos adicionais (essa situação está resolvida). Em vez de um cais flutuante, vamos fazer um cais em betão de acordo com uma solicitação que os pescadores nos fizeram.

Portanto, não há nenhum prejuízo para a Região, apenas foi reavaliada toda esta situação.

Quanto à questão que falou das areias, o estudo que o Governo mandou fazer foi relativo à Praia Formosa. Para a Baía de São Lourenço nunca se fez nenhum estudo. Vamos fazê-lo agora.

Queria também informar o Sr. Deputado que este ano vamos estudar uma hipótese para reabastecer aquela baía, atendendo a que perdeu bastante areia exactamente no princípio do Verão. Em Dezembro, como sabe, ela estava repleta de areia.

Face a isso estamos a ver se conseguimos fazer um abastecimento adicional este ano.

Por outro lado, se esteve presente na sessão onde estivemos a apresentar o projecto da Baía de São Lourenço, o próprio projectista nesse momento referiu que é possível, com um baixo custo, fazer uma protecção destacável em São Lourenço para que se possam reter melhor as areias.

Há esse estudo que mandámos elaborar. Portanto, será realizada dentro desta empreitada que vai ser lançada ainda este mês, mais tardar na primeira quinzena do mês de Julho, a requalificação ambiental da Baía de São Lourenço, incluindo, como V. Exa. também sabe, porque isso foi dito pelo Sr. Presidente do Governo, a requalificação e a melhoria substancial daquele portinho que existe lá e que tem problemas na sua rampa.

Nós estamos habituados, quando assumimos os compromissos, a cumpri-los. É isso que vamos fazer.

A seu tempo verá que existirá para ali um grande projecto.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): O problema foi o que fizeram há 7 anos!”

A Oradora: Nós estamos a fazer aquilo que foi pré-estabelecido e determinado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(O Sr. Presidente da Assembleia foi substituído na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente, Deputado Costa Pereira)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

*** Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de falar de um assunto que é muito sério, a desertificação das ilhas mais pequenas. Gostaria de falar disto em relação a Santa Maria porque é um assunto sério, que não deve ser motivo de aproveitamento político na véspera das eleições.

Em 1970, a Ilha de Santa Maria, segundo os censos, tinha 9.765 pessoas.

Em 1981, tinha 6.500 pessoas, ou seja, uma perda de cerca de 3.265 pessoas em 10 anos.

De 81 para 91, passou para 5.922 pessoas, uma perda de cerca de 600 pessoas.

De 91 para 2001, passou para 5.568, ou seja, uma perda de 300 e tal pessoas.

Segundo os dados estatísticos, que não são rigorosos porque não são censos, são valores estimados, em 96 tínhamos 5.713 e em 2006 tínhamos 5.549, ou seja, uma perda de 164 pessoas.

Santa Maria está a perder população, mas está a resistir a essa perda.

Essa perda, hoje, está a ter um decréscimo menor do que teve em anos posteriores.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Demonstrativo da incapacidade do Governo!

O Orador: Sr. Deputado, há coisas que são da nossa responsabilidades, mas outras não são. Quando se inicia uma acção de perda de população isso tem efeito nesse ano e nos anos subsequentes.

Quando os casais jovens saíram nas décadas de 50 e 60 para os Estados Unidos e Canadá, os casais que ficaram foram os mais velhos, portanto, não podem ter filhos porque já terminaram a idade reprodutiva.

Portanto, há aqui uma situação que é preciso ter em atenção.

Nós estamos a fazer um esforço muito grande para criar desenvolvimento em Santa Maria. Estamos a fazê-lo na área do turismo (é visível), da construção do porto de recreio, no golfe que estamos a fazer um projecto de grande qualidade, como o Sr. Deputado teve possibilidade de ver.

Estamos à espera da suspensão do PDM para começarmos a comprar o terreno e avançarmos com a obra.

Em relação ao possível erro que houve no cais ferrie (repare bem), toda a estrutura que foi feita vai ser aproveitada. Apenas uma parte vai ser ampliada. A gare marítima fica no mesmo sítio. Há apenas uma pequena deslocação, porque fez-se, e bem, um porto de recreio diferente daquele que estava projectado, para aumentar a estabilidade das águas no seu interior.

Este projecto já foi ensaiado, em modelo reduzido, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil, e muito brevemente vai ser lançado a concurso.

O valor global da segunda fase do porto de recreio é que anda à volta dos dois virgula tal milhões de euros. Portanto, não é só a correcção.

Estamos a fazer um grande esforço em Santa Maria.

Agora, o aumento da população de Santa Maria não se faz de um momento para o outro. É um processo lento, por isso tem que ser visto a longo prazo. Não pode ser visto a curto prazo.

De qualquer maneira estamos orgulhosos pelo facto de, neste momento, Santa Maria estar a perder muito menos população do que perdeu no passado, nas décadas de 70, 80 e 90.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

* **Deputado Sérgio Ferreira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo Sr. Secretário Regional da Economia, gostaria de lhe dizer que falo de desertificação desde que sou deputado. Portanto, não é só nos momentos de campanha eleitoral. Falo quando acho que devo falar.

Há aqui uma questão que é preciso ter em conta.

Eu sei que a desertificação não se resolve por decreto, nem se resolve por se fazer esta obra ou aquela obra, mas a desertificação é um problema concreto de Santa Maria e é um problema para o qual se tem que encontrar resposta. Ponto final.

Obviamente que Santa Maria tem que estar a perder menos população do que estava antes, porque tem muito menos população para perder.

Deputado Helder Silva (PS): Não faça esse exercício!

Sr. Deputado, 150 pessoas em 5000 não é muito menos do que 600 em 6000!

Deputado Lizuarte Machado (PS): É melhor fazer um desenho!

O Orador: Sr. Deputado, não é preciso fazer desenhos!

Deputado Mark Marques (PSD): Até porque os senhores desenham mal!

O Orador: Não se esqueça que nestas 120 e tal pessoas perdidas não estão contabilizados os estudantes que saem todos os anos de Santa Maria e que não voltam à ilha.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isso não é assim!

O Orador: É preciso acrescentar este facto a esses números.

Eu também sou de opinião que o problema da desertificação (e sempre o disse porque não gosto de ser demagógico) não se resolve de um dia para o outro e que não há uma medida específica para combater a desertificação, mas existe uma série de medidas que tem que ser implementadas.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É o que estamos a fazer!

O Orador: O senhor disse, mas tem que reconhecer que não sou obrigado a concordar com as medidas que o Governo Regional tem implementado para combater a desertificação.

Os senhores têm a vossa perspectiva e eu tenho a minha. Se calhar é por isso que os senhores são do Partido Socialista e eu sou do Partido Social Democrata.

Deputados Mark Marques e António Marinho (PSD): Graças a Deus!

Deputado Jorge Macedo (PSD): E nunca foste da JS!

O Orador: Relativamente à questão do porto de pescas, Sr. Deputado Alberto Costa e Sra. Secretária, é muito fácil chegarmos hoje aqui e dizer que “parámos o projecto porque os pescadores quiseram”.

Eu sei que foi os pescadores que quiseram. Eu conheço o processo todo.

Mas o que é preciso dizer é que quando se fez o projecto do porto de recreio, esqueceu-se ou o projectista esqueceu-se (não sei quem é que esqueceu!) que havia ali um porto de pescas.

A primeira vez que tentam resolver a questão do porto de pescas de Santa Maria, a solução do Sr. Subsecretário Regional das Pescas era pegar em metade da marina e transformá-la em porto de pescas.

Dou os parabéns ao Sr. Secretário Regional da Economia que, em bom português, “pôs os pés à parede”, e disse que ali não era para fazer porto de pescas. Se o Sr. Secretário não tivesse tomado esta posição, era esta a “brilhante” solução que o Sr. Subsecretário Regional tinha.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Nada disso!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Secretário, isto é um elogio! Não percebeu?

O Orador: Eu chamei a atenção aqui: “Cuidado! O projecto que querem implementar pode condicionar a movimentação dos barcos dentro daquele saque, tanto para as pescas como para o porto de recreio!”

O Sr. Subsecretário Regional voltou a dizer que não, que estava tudo estudado, que aquilo era a melhor solução.

A verdade é que não era a melhor solução, porque depois de estar adjudicado voltaram atrás. Eu sei que foram os pescadores que quiseram.

Então por que é se deixou decorrer todo o processo para depois voltar atrás? Por que é que não estudaram tudo de uma vez? É esta a questão.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Ana Paula Marques*): Mas ninguém voltou com o processo atrás!

Quem é que disse isso?

O Orador: Quem fica prejudicado com isso são os pescadores que vão ter que esperar não sei quantos mais meses para ter um porto de pescas.

Neste momento, devido à feitura da marina, têm condições de trabalho muito complicadas naquele porto e a Sra. Secretária, tal como o Sr. Secretário sabem isso.

Penso que é importante que estas questões fiquem claras.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Em relação às outras questões que levantei, folgo muito em ver que ninguém me contradiz. A sala de desmancha continua sem funcionar.

As pessoas têm que ter memória. No Conselho de Ilha do ano passado, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas disse que em Janeiro o problema estaria resolvido.

Janeiro já passou. Já estamos em Junho e a sala de desmancha continua à espera.

Eu continuo à espera. Mas, Sr. Secretário, enquanto em continuar à espera, continuarei a dizer que a sala de desmancha está fechada. A questão é esta.

Muito obrigado.

Deputados Jorge Macedo e Pedro Gomes (*PSD*): Muito bem!

Presidente: Encerrado este debate, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos dias 14 e 15 de Maio o Governo Regional visitou uma vez mais a Ilha das Flores dando assim cumprimento às correspondentes disposições estatutárias.

Foi a quarta e última visita estatutária desta legislatura e, como tal, impõe-se um balanço do que foram estes quatro anos de governação no que à ilha das Flores diz respeito.

Tivemos o privilégio, e também a responsabilidade, de liderar uma candidatura que se apresentou perante os eleitores com um programa concreto e objectivo para a legislatura, um conjunto de compromissos sistematizado em mais de cinco dezenas de medidas, nas áreas económicas e sociais. Isto ao contrário dos partidos da oposição parlamentar, de cujas

promessas a História nada regista, para além daquele mapa que ficou célebre, e que, por isso mesmo, se pode dar ao luxo de exigir tudo e até mesmo o seu contrário.

É relativamente ao programa com que nos apresentamos a sufrágio que temos que prestar contas àqueles que em Outubro de 2004 nos confiaram o seu voto.

E é com orgulho e a satisfação do dever cumprido que fazemos o balanço desta legislatura. Porque não só concluímos ou estamos executando praticamente todos os nossos compromissos como fomos mesmo mais longe, dando resposta a necessidades entretanto surgidas e que, por isso mesmo, não constavam do Manifesto Eleitoral.

Comprometemo-nos em 2004 em continuar a mudar as Flores para melhor. E, quatro anos volvidos, é inequívoco que a ilha das Flores mudou, e que essa mudança foi positiva.

Mudou no sector dos transportes com a conclusão dos trabalhos de protecção e ampliação do molhe do porto comercial das Lajes e a ampliação e remodelação da aerogare do aeroporto das Flores. E também com o aumento da frequência das escalas nas Flores dos navios de passageiros nos meses de Verão e com a continuação do alargamento progressivo e sustentado dos horários do transporte aéreo, pois que, conforme já foi anunciado, a partir de agora a ilha das Flores passará a dispor de voos todos os dias durante todo o ano.

Mudou no sector energético com o reforço da aposta nas energias renováveis, o que permite já atingir, pontualmente, valores na ordem dos oitenta por cento de energia produzida a partir de fontes renováveis.

Mudou nas acessibilidades internas com a conclusão das obras de correcção e repavimentação betuminosa da estrada das Lajes à Ribeira da Cruz e a execução de idêntica intervenção entre a Ribeira da Cruz e Santa Cruz. Tal como mudou com a intervenção, não contemplada nos compromissos eleitorais, no Ramal da Fajã Grande e na Rua da Esperança, em Santa Cruz. E como mudou! Há dez anos a ilha das Flores tinha pavimentos com mais de trinta anos e hoje os governos do PS já investiram quase trinta milhões de euros na reforma da rede viária desta ilha, apostando claramente na qualidade, funcionalidade e segurança.

Mudou também na agricultura e pecuária, designadamente com os apoios à Associação Agrícola para a construção de um armazém em Santa Cruz e a construção de um parque de retém e exposição de gado bovino nas Lajes, sem esquecer o investimento feito na rede

viária florestal e de acesso às pastagens, onde se destacam as intervenções feitas no caminho dos Ferros Velhos e no caminho florestal Morro Alto – Lombas.

E mudou nas pescas, onde foi apoiada a renovação de toda a frota artesanal, possibilitando que se passasse de uma frota de embarcações de boca aberta de madeira, para uma frota composta maioritariamente por embarcações cabinadas de fibra e de alumínio e foram efectuados melhoramentos, construídas casas de aprestos e instaladas gruas nos portos das Lajes e de Santa Cruz, sem esquecer a construção do porto de Ponta Delgada, cuja inauguração ocorreu durante a última visita estatutária.

Trata-se de uma infra-estrutura de há muito reivindicada e muitas vezes prometida no passado, mas que, porque enquanto os outros prometem nós cumprimos, coube ao governo socialista de Carlos César transformar em realidade.

De referir que o novo porto de Ponta Delgada das Flores custou cerca de dois milhões e cem mil euros e vai permitir melhorar as condições não só para a actividade da pesca, bem como para as actividades marítimo-turísticas em geral. A obra consistiu na construção de um molhe de protecção com cerca de trinta e sete metros de comprimento e de um cais acostável com cinquenta e quatro metros, dividido em três troços e preparado para receber embarcações até aos dezanove metros, na construção de um terraplano com trezentos metros quadrados e na instalação de uma grua eléctrica com capacidade para dez toneladas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A mudança para melhor da Ilha das Flores é também bem visível nos sectores sociais.

A mudança para melhor é bem evidente no sector da saúde, onde se procedeu à remodelação e ampliação do Centro de Saúde para instalação da Unidade de Medicina Física e Reabilitação, já em funcionamento, ao reforço dos meios humanos e dos equipamentos destinados à prestação dos cuidados e à aquisição de uma viatura que funciona como gabinete de enfermagem e consultório móvel, uma experiência pioneira no Serviço Regional de Saúde que serve as diversas localidades da Ilha, consoante as necessidades, poupando, sobretudo à população mais idosa, deslocações maiores para além da sua área de residência. E onde se introduziu a telemedicina, uma valência que a ignorância atrevida critica, sem ter sequer consciência de que se trata também de uma experiência pioneira e ainda única nos Açores.

A mudança para melhor reflecte-se igualmente nas novas instalações do Instituto de Acção Social, na nova Biblioteca Pública, que terá ludoteca, secções infantil e juvenil e uma área de leitura descontraída, todas apoiadas por novas tecnologias, e nas obras de protecção da orla costeira de Santa Cruz, entre muitas outras acções que se tornaria fastidioso enumerar, de tantas que são.

Acções levadas a cabo directamente pelo Governo Regional ou realizadas com o seu apoio e cooperação por outras entidades da Ilha, como sejam as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia, as Comissões Fabriqueiras e as Misericórdias.

Cabe aqui e a propósito assinalar que as Lajes das Flores vão ter, em breve, uma residência para idosos, construção totalmente financiada pelo Governo Regional. Este equipamento, cuja primeira pedra foi lançada durante a visita estatutária, representa um investimento da ordem de dois milhões e cem mil euros e terá oito quartos duplos e seis individuais, com capacidade para vinte e dois utentes.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A mudança é bem visível e a mudança vai ter continuidade!

Conforme foi tornado público durante a visita estatutária, a empreitada de beneficiação do Caminho dos Ferros Velhos e do troço da estrada regional entre Santa Cruz e os Ferros Velhos, com uma extensão total de vinte e um quilómetros e quatrocentos metros, encontra-se em fase de análise de propostas. Trata-se de um investimento superior a quatro milhões de euros e que vai arrancar ainda este ano, integrando também a reabilitação da calçada do interior da freguesia da Fajã Grande e a reparação do Ramal do Lajedo.

Também dentro em breve vão ser lançadas a concurso as obras do Centro Escolar das Lajes, do ginásio anexo à Escola Padre Maurício de Freitas, orçado em cerca de dois milhões de euros, e do posto da RIAC de Santa Cruz.

Está igualmente em fase de concurso público a empreitada de construção do Núcleo de Recreio Náutico e do Edifício de Serviços no Porto das Lajes, onde se inclui a gare para passageiros, pelo valor estimado de nove milhões e meio de euros, ao que se seguirá a construção da nova sede do Clube Naval das Lajes das Flores.

Estão já em curso e a decorrer a bom ritmo as obras do Centro de Interpretação Ambiental e do novo hotel do Boqueirão (4 estrelas) e está para breve o início da intervenção na Fábrica da Baleia.

Ainda este ano vai ser instalado no Centro de Saúde um novo equipamento de Raio X com digitalização de imagem e, entretanto, teve já início a segunda fase da ampliação do Centro de Saúde, investimento que contempla a implementação da hidroterapia, incluindo para o efeito a construção de uma piscina com a dimensão adequada ao tratamento simultâneo de vários utentes e a instalação de uma câmara hiperbárica. Esta empreitada contempla também a construção de uma sala de autópsias e a instalação do respectivo equipamento, num investimento total de cerca de seiscentos mil euros.

No âmbito da implementação do sistema integrado de Gestão de Resíduos, está em fase de lançamento o concurso público para a construção do Centro de Processamento e do Centro de Valorização Orgânica por Compostagem, que inclui uma estação de transferência, bem como as infra-estruturas de apoio complementares, e que vai finalmente possibilitar a selagem das duas lixeiras a céu aberto existentes nas Flores, algo que muitos prometeram mas que são os socialistas que vão concretizar.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós, socialistas, temos razões de sobra para nos sentirmos satisfeitos com a obra feita e a satisfação dos compromissos assumidos relativamente à Ilha das Flores. Mas não estamos acomodados.

Temos uma nova ambição para a nossa Ilha, a ambição de fazer sempre mais e sempre melhor, cientes de que a satisfação de uma necessidade gera sempre um novo objectivo.

Na última visita estatutária foram deixados sinais claros do que nos próximos quatro anos, revigorados por uma clara vitória eleitoral do Partido Socialista, Carlos César e o seu governo vão continuar a fazer muito e bem na Ilha e pela Ilha das Flores.

A título de exemplo, podemos referir algumas das decisões tomadas ou anunciadas pelo Governo Regional nas Flores, como sejam:

- A decisão de mandar elaborar os projectos para a reabilitação dos troços de estrada entre o Alto da Matosa e o ramal da Fajã Grande, numa extensão de treze quilómetros e meio, entre a Vila das Lajes e o ramal da Fajã Grande, numa extensão de catorze quilómetros e entre o cruzamento do Caminho dos Ferros Velhos e a freguesia de Ponta Delgada, numa extensão de dez quilómetros e meio;
- O início das diligências com vista à criação de um Posto de Saúde na vila das Lajes das Flores, com o objectivo de melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde;

- A decisão de iniciar a fase de concepção e estudo da terceira fase das obras do Centro de Saúde, que incluirão a remodelação da estrutura e orgânica interior do edifício e das redes eléctrica e de águas;
- A disponibilização aos produtores de leite das Flores de um plano de incentivos e apoio às iniciativas de melhoramento genético dos efectivos pecuários com vista à melhora da produtividade e do rendimento das explorações agro-pecuárias;
- A elaboração do projecto da terceira fase da protecção da orla costeira de Santa Cruz das Flores, incluindo o ordenamento do Porto das Poças de forma a permitir melhorar a tranquilidade das águas e a segurança das embarcações de pesca e de recreio naquela zona portuária;
- E, por último, mas sobremaneira importante, a garantia dada pelo Presidente do Governo de que, na próxima legislatura, o cabo de fibra óptica vai ser alargado às Ilhas das Flores e do Corvo.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Desde 1996 que os florentinos têm vindo a apoiar de forma sempre crescente o Partido Socialista nos sucessivos actos eleitorais.

Esse apoio crescente resulta daquilo que os florentinos viram e sentiram ao longo destes anos de governo socialista nos Açores.

Porque viram obra feita! Viram promessas cumpridas! Viram melhoradas as suas condições de vida! Porque sabem que têm quem os ouve e se empenha em resolver os seus problemas! Porque sabem que, como não se tem cansado de repetir o Presidente Carlos César, para o PS a equação é simples: “compromisso assumido” igual a “compromisso cumprido”.

E também porque não acreditam naquilo que insiste em dizer uma oposição triste, deprimida e sem rumo.

Porque, Sras. e Srs. Deputados, ao contrário do que diz aquele senhor que anda à procura de vida nova nos Açores depois da vida lhe ter corrido mal em Portalegre, nas Flores não há falta de oxigénio, nem falta de esperança. O que há é uma oposição com falta de ar e a entrar na fase do desespero. E, por isso mesmo, sem projectos nem ideias.

Mas quanto a isso nada podemos fazer...

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está inscrito para debate o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto mais não seja pelo esforço e pelo discurso festivo do Sr. Deputado Manuel Herberto (eu não o podia deixar aqui sozinho), há aqui alguns esclarecimentos que gostaria de pedir ao Sr. Deputado.

Sempre dissemos, enquanto oposição, que o nosso dever é fiscalizar o Governo e exigir que ele cumpra tudo aquilo que prometeu para as nossas ilhas.

É isso que temos feito. Exigimos o porto de Ponta Delgada das Flores, que felicitamos pelo facto da obra estar completa. Ele está feito, a funcionar a favor dos florentinos e estamos satisfeitos.

Verificou-se também a melhoria das ligações aéreas, com a ligação ao Domingo. Sempre nos batemos por elas. Está a funcionar melhor. Ainda bem! Também nos congratulamos com isso.

Sempre tem sido essa a nossa acção, a de fiscalização.

Exigimos há anos a telemedicina. Ela é fundamental para todas as ilhas, mas sobretudo para as ilhas mais periféricas, como é a Ilha das Flores.

Tem funcionado esporadicamente. Ela não está a funcionar bem, por isso é preciso melhorar.

Também nos congratulamos com a aquisição do RX digital que, em muito, contribuiu para a melhoria da telemedicina, mas é uma promessa que foi feito há muito tempo.

Quanto às outras promessas que também já estão feitas há algum tempo, Sr. Deputado Manuel Herberto, posso garantir-lhe aqui que vamos continuar a fiscalizar e vamos continuar a exigir que o Governo cumpra aquilo que prometeu há alguns anos e que vem prometendo. Nós vamos continuar atentos nessa fiscalização que deve ser a actividade governativa e que deve ser a actividade de uma oposição responsável perante o Governo e perante a maioria.

Se calhar por isso também, Sr. Deputado, é que talvez faça falta à Ilha das Flores eleger um Deputado do CDS/PP para, mais próximo da população, fazer uma melhor fiscalização, não que a nossa não tenha sido sempre feita com acutilância.

O Sr. Deputado Manuel Herberto falou na sua intervenção na lixeira. Diz que ela vai acabar. Nos nossos tempos, já não se admite que assistamos àquele espectáculo que se assiste nas Flores.

No último plenário tivemos aqui alguma troca de impressões sobre os pneus. Eu gostaria de saber, e com a concordância do vosso governo em relação à Câmara Municipal de Santa Cruz, que é do Partido Socialista, se nesse projecto está incluído a reciclagem daqueles pneus?

Já agora, e uma vez que a Sra. Secretária Regional do Ambiente se encontra aqui, que oficializou (acho graça ao termo, oficializar) o Sr. Presidente da Câmara de Santa Cruz, eu gostaria de saber se já teve resposta do Sr. Presidente da Câmara a respeito daqueles pneus que estão lá, subterrâneos?

Gostaria de ter algum esclarecimento sobre essa matéria e, sobretudo, como é que vão resolver esse problema.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Não podia estar mais de acordo consigo.

Legislar e fiscalizar a acção do Governo, se não são as duas, são as duas principais razões para que fomos mandatados para aqui estar, todos nós, oposição e partido que suporta o Governo.

Independentemente do PS ser o partido que suporta o Governo e nós integrarmos a bancada do Grupo Parlamentar que suporta este Governo, pode ter a certeza que também estes deputados estão na primeira linha da fiscalização da acção governativa e da exigência dos compromissos.

Só que há uma pequena diferença entre os que falam e os que fazem.

A diferença entre os deputados desta bancada e os deputados dessas bancadas, é que nós conseguimos, normalmente, que se façam, porque também somos parte responsável na função dos compromissos.

Para nós não basta denunciar as questões, não basta falar nos assuntos, não basta calvagar a oportunidade. Para nós é necessário dar resposta efectiva aos compromissos. Por isso somos mais exigentes, antes de aqui chegarmos, com o nosso próprio Governo.

Portanto, uma das razões pelo facto de nos terem confiado um mandato é para fiscalizarmos a acção do Governo.

V. Exa. fá-lo e fá-lo muito bem, porque também tem que cumprir o mandato que o povo lhe confiou.

Quanto à questão de quem é que melhor poderá fazê-lo, o povo, dentro de dias, há-de resolver esse assunto certamente e com a sabedoria com que sempre soube resolver essa questão.

Quanto à questão da selagem das lixeiras, parece-me que é algo que resulta de um compromisso existente entre o Governo Regional e as autarquias das Flores, que passa pela construção do Centro de Processamento e da Central de Compostagem.

Quanto ao passivo ambiental, nomeadamente a questão de uma sobra de pneus que ficou em Santa Cruz e que entretanto a autarquia decidiu pôr a bom recato e que ainda não está a “nascer” porque há dias a Assembleia Municipal fiscalizou esse lugar e realmente viu o que é que estava a acontecer, o que lhe posso garantir, da minha parte, quer como autarca, quer como deputado, é que farei tudo o que estiver ao meu alcance para que aquele passivo ambiental não fique acolá.

Portanto, aqueles pneus vão ter que ser retirados, limpos e exportados, tal como foram todos os outros e como hão-de ser todos os outros daqui para a frente.

Se isso lhe serve como consolo e se confia naquilo que é a minha palavra, posso dizer-lhe que estou empenhado pessoalmente, quer como autarca, quer como deputado, para que aquela situação seja resolvida.

Há-de ser resolvida certamente, porque a Sra. Secretária também já se pronunciou nesta casa no mesmo sentido, logo que haja oportunidade para isso.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Ambiente e do Mar.

* **Secretária Regional do Ambiente e do Mar** (*Ana Paula Marques*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima

Relativamente à abertura de um concurso público para a construção do centro, as propostas vão ser entregues no dia 21 de Julho e o acto público será no dia 22 de Julho. É um concurso público internacional, com uma grande dimensão e tudo leva a crer que ainda este ano vamos começar a construir essa infra-estrutura.

Depois dela construída, está pronto o caderno de encargos para entregar à Associação de Municípios da Ilha das Flores com a finalidade de encerrar os dois aterros.

No âmbito da exportação do passivo ambiental, que é um investimento do Governo Regional, cerca de um milhão de euros, esse concurso foi realizado para dois anos. A empresa que ganhou o concurso teve um pequeno problema, que é justificável e que tem a ver com um incêndio de uma empresa que estava a receber o passivo ambiental dos pneus que estavam a ser exportados dos Açores.

Houve uma pequena quebra de exportação este ano, de dois a três meses. Já está a ser reposto e já estamos a recuperar o tempo perdido.

Em primeiro lugar, estamos a limpar as ilhas que têm maior passivo. Refiro-me concretamente à Ilha de São Miguel e à Ilha Terceira. Só a Ilha Terceira tem 5 mil toneladas.

Santa Maria já está totalmente limpa. Para São Jorge já temos uma calendarização para isso. Logo que seja possível e do ponto de vista operacional se possa retirar o passivo que temos nas Flores, a Câmara Municipal terá que desenterrar aquilo que enterrou e depois caberá à empresa que ganhou o concurso público reencaminhar para destino final adequado o passivo ambiental que existe nas Flores.

Portanto, o tratamento que fazemos, fazemos a nível do arquipélago. A lei tanto se aplica nos municípios das Flores como se aplica para os municípios e para todos os operadores em geral.

Queria dizer que as coisas estão a correr dentro da normalidade. Espero que a empresa possa cumprir com o contrato que realizou com o Governo, para que se possa, no tempo estabelecido (é evidente que tivemos esta interrupção que nada levava a crer que pudesse acontecer, mas esperamos possa ser reabilitado e possa continuar a prestar o serviço que estão a prestar ao Governo) cumprir.

Portanto, a lei também se aplicará às Flores, Sr. Deputado.

À semelhança daquilo que estamos a fazer em todo o arquipélago, entregaremos os cadernos de encargos para a selagem das lixeiras mal iniciaremos o processo de construção da unidade, porque também só podemos selar as lixeiras depois de ter a unidade construída para que se possa normalizar toda a situação.

Portanto, o que não podemos impedir, é que agora, durante este espaço de construção da infra-estrutura se continue a depositar naquele sítio.

Não podemos colocar o lixo no mar, nem noutra sítio.

Espero que dentro de um ano e meio tudo possa estar concluído e a Ilha das Flores limpa, porque ela é tão bonita e merece ser melhor tratada.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa:

É tão legítima a ambição do CDS/PP em eleger um deputado pelas Flores, como tão legítima é a sua ou a do Partido Socialista. Portanto, a legitimidade é a mesma. Obviamente que nós trabalhamos para isso e fazemos o melhor que podemos e sabemos.

Eu fiquei sem perceber se agora os deputados da maioria fazem obras, porque usou a frase: “os que falam e os que fazem”. Eu não percebi!

Se na sua opinião a diferença entre os deputados da maioria, na acção fiscalizadora do Governo, é porque fazem obra e os outros falam, na minha opinião parece-me que a diferença não é bem essa.

Que devem fiscalizar a acção do Governo, estamos plenamente de acordo.

Que a maioria tem essa obrigação de fiscalizar o seu Governo, concordo totalmente consigo e subscrevo por baixo a sua afirmação. Devia e deve fiscalizar a acção governativa com frontalidade e sem receios. É para isso que os senhores aí estão. Foi para isso que os senhores foram eleitos. É para isso que cá estamos e por isso o fazemos.

Sr. Deputado Herberto Rosa, eu e o CDS/PP, até hoje, naturalmente temos tido falhas, mas temos procurado ser uma oposição responsável, crítica e objectiva.

Daquilo que aqui foi dito, que V. Exa. no seu discurso enumerou, e que já estão concluídas, foram reivindicações que o CDS/PP aqui denunciou: o porto de Ponta Delgada, o RX digital, a telemedicina, as viagens ao Domingo e por aí fora. Portanto, falamos com razão.

Tanto falamos com razão que teve consequência e as coisas apareceram.

Vamos continuar a falar e a tentar ter razão, sem demagogia, Sr. Deputado Manuel Herberto. É isso que nós procuramos fazer, fiscalizar o Governo e exigir que o Governo cumpra, sem demagogia.

Mais uma vez devo manifestar a minha satisfação por, ao ter entrado neste debate sobre a Ilha das Flores, ficar o compromisso dessa bancada (obviamente que para mim basta o que foi dito, não preciso de um papel escrito) e da Sra. Secretária Regional do Ambiente que o Sr. Presidente da Câmara de Santa Cruz vai desenterrar os pneus e que depois será dado o devido tratamento. A Sra. Secretária Regional do Ambiente garantiu isso aqui.

Presumo que hoje foi dito, pela primeira vez, se não me falha a memória, que o assunto dos pneus vai ser tratado, vai ser resolvido, que vão ser desenterrados os pneus, que V. Exa. e o Governo estão empenhados nisso e que se vai resolver aquele grave atentado ambiental.

Mais uma vez o CDS/PP só pode estar satisfeito com a sua actuação, por ter dado mais um contributo positivo para este debate e para a Ilha das Flores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Uma breve nota para esclarecer, porque é sempre importante esclarecer e debater.

O que eu disse e quero reafirmar é isto:

Antes de sermos eleitos, quando nos apresentámos com um programa eleitoral em nome do Partido Socialista, e depois de eleitos, quando aprovámos o Programa do Governo, nós, deputados da maioria, assumimos particulares responsabilidades, porque ficámos numa situação de nos poder ser cobrado, obviamente, o incumprimento.

Nós, Deputados da maioria, não fazemos obra, obviamente.

Mas, nós, deputados da maioria, somos sempre responsabilizados pela obra que não foi feita.

Era muito bonito, Sr. Deputado, mas não pega, que tudo o que corresse mal era culpa do Governo e do Grupo Parlamentar do PS e tudo o que corresse bem ou se concretizasse era mérito da oposição. Não é!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso não me serve!

O Orador: A maior parte das vezes, antes até da oposição se lembrar que nós tínhamos esse compromisso assumido, nós já estávamos a trabalhar há muito tempo para garantir que o compromisso se assumia.

Tenho a certeza que todos os que aqui estão, sem exceção, têm uma coisa que se chama vergonha na cara.

Portanto, quando assumem um compromisso assumem-no de boa fé e a partir do momento em que o assumem fazem o possível e o impossível para que esses compromissos sejam concretizados.

Para isso, não fazem a obra, mas exigem e trabalham com o seu governo para que a obra se faça. Por isso têm que ter o mérito quando as coisas correm bem e também tem que ser reconhecido mérito quando as coisas acabam em sucesso.

O mérito ser apenas da oposição e o Grupo Parlamentar do PS ser uma espécie de câmara de eco daquilo que é o Governo, é uma tentativa que a oposição faz, mas que, no caso concreto e naquilo que aos socialista diz respeito não colhe.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Gonçalves.

Deputado António Gonçalves (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A sociedade da informação de hoje promove o desenvolvimento socioeconómico e de condições de bem-estar social, na medida em que permite uma plena difusão do conhecimento e o acesso de todos os cidadãos à informação, o que, em regra, se transforma em novas oportunidades e melhores parâmetros de qualidade de vida.

Todas as vantagens da sociedade da informação e das tecnologias de informação e do conhecimento – TIC – poderão ser verdadeiramente maximizadas numa região insular como a nossa, que está geograficamente afastada dos principais centros e mercados, nacionais,

européus e mundiais, factor que normalmente é caracterizado como constituindo uma limitação estruturante da nossa economia.

As TIC possuem a capacidade de reduzir os custos da distância e proporcionam às organizações, às empresas, às famílias e às pessoas o acesso à informação, independentemente do local onde estas se encontram.

As TIC poderiam ajudar a criar as condições para uma maior coesão e valorização social dos açorianos, em especial daqueles que vivem nas ilhas menos populosas da nossa Região. Se há sítio onde as TIC são auxiliares preciosos e indispensáveis da proximidade, da solidariedade e do desenvolvimento, ele é nos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O desenvolvimento harmónico e equilibrado da Região Autónoma dos Açores, essa bandeira importante em que assenta a nossa autonomia, é um dos principais problemas políticos do presente e do futuro.

Os Açores só serão, na verdade, uma Região, sentida como tal pela sua população, se de facto existir um desenvolvimento económico, social, cultural que inclua todas as ilhas que a constituem.

Para que o desenvolvimento seja harmónico e equilibrado é fundamental que o Estado proporcione os mesmos direitos a todos os cidadãos que vivem na Região.

E assim tem de ser, até porque os deveres de cidadania são iguais para todos independentemente da parcela da Região onde vivam ou trabalhem.

Mas este desenvolvimento harmónico e equilibrado da Região exige uma atenção muito particular em relação às ilhas menos populosas e mais afastadas. As populações destas ilhas aspiram ao progresso e ao desenvolvimento que todos desejamos para a totalidade da Região.

Sem este desejado progresso, só há uma consequência: a desertificação populacional destas ilhas.

E é isto que está a acontecer nas Flores.

A Ilha das Flores luta contra a desertificação proporcional, já que tem uma taxa de crescimento natural negativa de -0.4%, enquanto a média da Região é positiva e é de 0.24%.

A Ilha das Flores vê a sua população envelhecer, pois o seu índice de envelhecimento é de 121, enquanto o da Região é de 63.

A Ilha das Flores assiste à diminuição da sua taxa de natalidade, uma vez que esta é de 8, enquanto a média regional é de 12.5.

A Ilha das Flores tem cada vez menos habitantes, pois entre 1994 e 2005 viu a sua população decrescer em 5%, enquanto a média regional foi de um crescimento de 1%.

Na Ilha das Flores, os jovens representam 28.7% da população, enquanto que na média da Região estes representam 35.5% dos açorianos.

A Ilha das Flores tem cada vez menos alunos a frequentar as suas escolas, já que estes representam somente 20% da população das Flores, enquanto que na Região esta taxa é de 23.5%.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A sociedade da informação e das tecnologias de informação e do conhecimento poderá ser um recurso valioso para tentar estancar esta hemorragia populacional.

Mas, uma estratégia política que pretenda obter resultados favoráveis nos sectores económico, social e cultural com recurso às TIC, deve promover as necessárias condições para esse efeito.

E o que os cidadãos das Flores têm assistido, neste domínio, por parte do Governo Regional, ao longo destes 12 anos, é tudo menos acção.

Um resumido historial das peripécias por que tem passado o projecto de ligação da Ilha das Flores, através do cabo de fibra óptica, às outras ilhas do arquipélago, e daí ao todo nacional, à Europa e ao Mundo, dá bem para entender o quão pouco tem sido feito.

Em 1998, no primeiro governo regional da responsabilidade do Partido Socialista, o Presidente do Governo afirmava que o seu governo havia solicitado um estudo sobre os custos da ligação do cabo de fibra óptica às Flores e ao Corvo.

Passaram dez anos e ainda não se tem conhecimento público deste estudo, nem das suas conclusões, nem da previsão dos custos de semelhante projecto.

É óbvio que fazer Melhor é Possível!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Afirmava, então, o Presidente do Governo que “o Governo Regional considera de grande utilidade, e é politicamente favorável numa perspectiva de futuro, que essa ligação se faça ao Grupo Ocidental, dependendo apenas da confirmação de características técnicas desse projecto e do valor financeiro que estará em causa”.

O Presidente do Governo, em 1998, prometia neste Parlamento que o Governo Regional traria na sua proposta de orçamento para o ano de 1999 uma proposta de alteração em relação às previsões iniciais, com o reforço de “meio milhão de contos”.

Hoje, passados dez anos, a ligação da ilha das Flores por cabo de fibra óptica às restantes ilhas do arquipélago continua a ser uma miragem.

É óbvio que fazer Melhor é Possível!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Em Outubro de 2004, o Partido Socialista defendia, no seu Programa Eleitoral, a participação financeira, “com recursos a fundos comunitários no estabelecimento de um anel óptico submarino que interligue o actual anel de fibra óptica com as ilhas das Flores e do Corvo.”.

Pura demagogia política. Passados dois meses, após o acto eleitoral de Outubro de 2004, em que os açorianos deram a maioria absoluta ao Partido Socialista, eis que surge neste Parlamento, para debate e aprovação, o Programa do Governo sem fazer nenhuma referência ao estabelecimento de um anel óptico submarino que interligue o actual anel de fibra óptica com as ilhas das Flores e do Corvo.

Foram ludibriados os florentinos e os corvinos pela demagogia do Partido Socialista.

É óbvio que fazer Melhor é Possível!

Ainda em Dezembro de 2004, o Secretário da Economia afirmava peremptoriamente, nesta casa, que “a resolução deste problema não é certamente do Governo Regional, mas é da Portugal Telecom”.

Pior do que isso, é difícil. Mas Melhor é Possível!

No mês passado, em visita oficial do Governo Regional à Ilha das Flores, o Secretário Regional, membro do mesmo governo a que pertence o Secretário da Economia, e que tutela actualmente as comunicações, prometia aos florentinos que “a conclusão do anel de fibra óptica, junto à ilha das Flores e Corvo ficará concluído na próxima legislatura”.

Mas porque hão-de continuar os florentinos a acreditar num governo e num partido político que anteontem prometia estudos, ontem prometia soluções, e hoje promete resolver o problema depois de amanhã?

Porque hão-de os florentinos continuar a acreditar num governo e num partido político que de manhã diz que a solução deste problema é da sua responsabilidade, para de tarde dizer

que a responsabilidade é da Portugal Telecom, para voltar a dizer à noitinha que afinal a responsabilidade parecer ser sua?

Não dá valor à honra da palavra e do compromisso!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: É óbvio que Melhor é Possível!

Aliás, que credibilidade poderão ter as palavras de um membro deste governo regional quando afirma que o anel de fibra óptica será concluído na próxima legislatura se este mesmo governo regional apresenta, em Bruxelas, um Programa Operacional dos Açores para a Convergência 2007-2013, que diz o seguinte: “Não está, *a priori*, previsto financiamento do programa regional, no domínio do investimento em infra-estruturas de telecomunicações realizadas pelos grupos nacionais”.

É possível melhorar “a oferta de serviços de telecomunicações com o mesmo nível de qualidade e de tarifas existentes noutras regiões do território continental, europeu ou internacional é essencial para o desenvolvimento dos Açores e para promover a igualdade de oportunidades a todos os açorianos.

É possível deixar de ouvir falar nos problemas das telecomunicações que afectam áreas desde a tele-medicina à videoconferência, passando pelas comunicações telefónicas VOIP e móveis e pela quantidade de aplicações informáticas a funcionar on-line nas mais diversas áreas (transportes, agricultura, finanças, serviços de justiça, etc.).

É possível oferecer serviços de telecomunicações aos florentinos com níveis de qualidade e de tarifas idênticas aos do restante território nacional e comunitário.

É possível fazer da aplicação das telecomunicações um meio para ajudar o desenvolvimento da Ilha das Flores, criando melhores e mais oportunidades de emprego para os jovens que queiram permanecer ou regressar à sua ilha após a sua formação.

É importante esta medida para o desenvolvimento da Ilha das Flores.

Nós confiamos, e os Florentinos também!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos para debate os Srs. Deputados José Eduardo, Manuel Herberto Rosa, Guilherme Nunes.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

* **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Gonçalves:

Ouvindo com muita atenção a sua intervenção quase que diria: bem-vindo ao clube!

Mas também tenho que lhe dizer: o Sr. Deputado chega atrasado! As inscrições já fecharam. Outros chegaram primeiro!

Deputado António Gonçalves (PSD): Já falo deste problema há muito tempo!

O Orador: Já outros têm as soluções para o problema que aqui trouxe.

A história da ligação do cabo de fibra óptica à Ilha das Flores o senhor conhece, supostamente, melhor do que eu.

Fazendo as minhas pesquisas sobre aquilo que foi falado nesta casa sobre o anel de fibra óptica às Flores e depois de ouvir algumas das suas frases ali, fui buscar ao meu dossier uma declaração política de 2004 que também falava disso, mas houve coisas que o senhor ali não falou. Passo a citar:

“Esta anomalia da ligação é fruto de um processo que já vem do passado e da responsabilidade de um Governo do PSD”.

Deputado António Gonçalves (PSD): Foi há 12 anos!

O Orador: Exactamente!

Então o senhor sabe que ao nível da comunidade europeia a negociação do cabo foi feita para as restantes 7 ilhas e não foi feita para as ilhas do Grupo Ocidental.

Deputado António Gonçalves (PSD): Não houve tempo!

O Orador: Digo-lhe, Sr. Deputado, que tem sido motivo de empenhamento dos deputados desta bancada a ligação do cabo de fibra óptica.

Já em 1997 o Deputado Herberto Rosa trouxe este assunto aqui.

Novamente, em Abril de 2007 (10 anos depois) voltou a trazer o mesmo assunto.

Até no Congresso Regional do PS há uma moção dos deputados desta bancada, aqui presentes, sobre o anel de fibra óptica às Flores. Logo aí, há um anúncio.

No concelho de Ilha das Flores há o anúncio da ligação do anel de fibra óptica.

O Sr. Deputado diz que passaram 10 anos e ainda não se tem conhecimento público deste estudo.

Não! Devia ter dito: passaram 10 anos e finalmente tivemos conhecimento público das conclusões e dos estudos.

O anúncio da conclusão e dos estudos foi feito nas Flores na reunião do Conselho de Ilha.

Eu percebo essa sua intervenção. É preciso aproveitar o anúncio e em vez de se vir congratular, veio duvidar e até propagandear pela ilha a sua intervenção de forma enganosa. Até tem muito a ver com a solução que se avizinha para este problema.

Cavalgar os sucessos e os êxitos dos outros, é uma forma lamentável de brilhantismo e de fazer política, Sr. Deputado, mas esta já é uma forma comum da sua bancada e agora até me parece que é uma forma comum da sua pessoa. Está copiando o Presidente do seu partido.

Quando se diz que vamos agora aumentar o valor das diárias para os doentes deslocados, lá vem o Presidente Costa Neves dizer que também vai fazer.

Quando falamos do COMPAMID ele diz que vai ser para mais 14 mil açorianos.

Diz que vai baixar o IRS para todos os escalões.

Amanhã, depois de aprovado o complemento de abono de família, estou para ver o que é que ele vai dizer!

Se calhar vai pedir que também seja pago para os que tenham mais de 35 anos.

O senhor está caminhando no engano usando os êxitos dos outros.

Deputado António Gonçalves (PSD): Não! Eu falo do que é preciso!

O Orador: Não faça isso. Seja sincero, Sr. Deputado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estou, deveras, surpreendido com a intervenção do Sr. Deputado António Gonçalves, porque pensei que o pudor que o tinha contido de falar em telecomunicações, mesmo quando nós trouxemos o assunto a esta casa, durante a sua presença como deputado, se ia manter.

Pensei que estava envergonhado, que não falava em telecomunicações e em cabo de fibra óptica nesta casa porque tinha vergonha da negociação ruinosa que foi feita para a região.

Enfim, não foi uma liberalização, mas foi uma coisa parecida, que a Dra. Berta Cabral fez em 95 relativamente ao anel de fibra óptica, em que negociou para 7 ilhas o cabo de fibra óptica e para as Ilhas das Flores e do Corvo um sistema de ligação satélite, que trazia o *delay*, menos largura de banda, menos velocidade de transmissão de dados.

O PSD, em 95, entendeu que havia duas regiões autónomas dos Açores: uma constituída por 7 ilhas e a outra ficava dos lados da América.

Deputado José Manuel Nunes (PSD): Isso é agora!

O Orador: Entretanto os socialistas trabalharam para resolver o problema, estudaram, procuraram financiamentos e tentaram que as empresas do sector assumissem os compromissos, porque em 95 não tirámos nenhuma contrapartida. A Região nem sequer tem hoje uma tarifa especial para utilizar aquilo de que pagou 75% com os seus próprios fundos. Pareceu-me que era esse pudor que o levava a não falar em telecomunicações, porque já trouxemos esse assunto aqui, além de termos trabalhado nele ao longo deste tempo.

Como disse o Deputado José Gabriel Eduardo, e muito bem, inclusive, no último congresso, eu e o Deputado Guilherme Nunes subscrevemos uma moção sobre essa matéria, que teve resposta muito aplaudida na intervenção final do Presidente do Partido.

O que acontece pura e simplesmente, e tem que ficar bem claro, é que o Partido Socialista, 10 anos depois (é certo!), vai conseguir resolver, na próxima legislatura...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Vai resolver no próximo milénio!

O Orador: ... um problema e uma penalização, em termos de telecomunicações das ilhas do Grupo Ocidental, incluindo as ilhas das Flores e do Corvo no anel de fibra óptica.

Esta é a verdade! Este é um compromisso que o PS da Ilha das Flores vai incluir nos seus compromissos eleitorais, porque este não é um compromisso da anterior legislatura. Não está no nosso programa eleitoral, em nenhum lado, nenhuma referência ao cabo de fibra óptica, mas vai estar no próximo. Garanto-lhe que vai estar e, tal como aquele rol extenso, como disse há pouco o Sr. Deputado Artur Lima e que parece que não é contestado, porque ninguém o contestou, é um compromisso para cumprir, porque nós, como já disse e volto a repetir, não nos limitamos a querer assumir compromissos.

Nós temos a responsabilidade, o dever, a obrigação e a vergonha na cara de que para nós, compromisso assumido é compromisso cumprido.

Outra coisa que V. Exa. falou, e é uma preocupação que partilho consigo, tem a ver com a questão demográfica e com a desertificação.

Mas se é verdade que a Ilha das Flores perdeu muita população nos últimos anos, se ainda hoje o rácio entre nascimento e óbitos é ligeiramente negativo, também não é menos verdade que nos últimos três ou quatro anos se vem a registar um fenómeno que ainda não se reflecte nos sentidos, mas que está presente nas estatísticas.

Nos últimos três ou quatro anos há uma inversão na curva e, quando em 2000 se estimava que vivessem nas Flores 3.900 pessoas, hoje prevê-se que sejam 4.000 e poucas. Isto quer dizer que o esforço que o Partido Socialista e o seu Governo tem feito, muitas vezes mal compreendido por alguns que até se atrevem a falar que estamos preocupados em arranjar “tachos” para os jovens qualificados, que depois de concluírem a sua licenciatura querem voltar para a sua ilha, permite-nos hoje ter mais jovens na Ilha das Flores, ter mais população e certamente, com a lei natural das coisas, havemos de ter o aumento da taxa de natalidade daqui a algum tempo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

* **Deputado Guilherme Nunes (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gonçalves.

* **Deputado António Maria Gonçalves (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois deste manancial de obras anunciadas, disto tudo que está para fazer, decorridos 12 anos, e depois desta patente única que é do Partido Socialista para que tudo o quando o que a Ilha das Flores precisa e necessita tem que ser obra dos Srs. Deputados que aqui estão nesta sala, depois de mais ninguém ter o direito a reclamar nada...

Deputados Clélio Meneses e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e de esquecer que este assunto foi por mim tratado em requerimento e já o trouxe noutras momentos, depois do Partido Socialista se assenhorar de toda a verdade e culpar o PSD no passado, de há muitos e muitos anos ter sido a origem disto não ter sido resolvido 12 anos depois, queria só dizer que em 2004, num debate nesta casa, pelo Sr.

Deputado Manuel Herberto, foi dito textualmente as seguintes palavras em relação a este assunto:

“O Grupo Ocidental não é discriminado pelo facto de estar a utilizar uma tecnologia alternativa, porque a estação terrena da Marconi dá resposta adequada ao tráfego”.

Mais à frente dizia:

“Neste momento, e reitero aquilo que disse, existe uma estação terrena, solução tecnológica que foi encontrada no equilíbrio custo/benefício, que dá resposta cabal”.

Era esta a visão de futuro e a excelente visão que o senhor via para a sua ilha neste sector e era isto que o senhor queria para um problema estrutural importantíssimo, sem o qual, hoje, no Séc. XXI, a Ilha da Flores não se encontra mais no mapa do mundo, nem no mapa dos Açores.

Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

Não falemos mais em demagogia, nem na proximidade das eleições, nem na disputa do número de deputados que irão ser eleitos.

Como o senhor disse, o povo irá escolher!

O povo avaliará e é isso que todos, democraticamente, temos que fazer.

Quanto à moção, no congresso do Partido Socialista, acerca do cabo de fibra óptica para a Ilha das Flores, eu não vi. Gostaria que um dia me entregassem uma cópia, porque gosto de estar informado.

Em relação a estas pequenas coisas e a tudo o que eu disse, eu queria ainda parafrasear o meu colega Deputado Herberto Rosa, na sua última intervenção sobre este assunto, em Abril de 2007, quando ele citava Winston Churchill:

“É inútil dizer que estamos a fazer o possível. Precisamos fazer o que é necessário”.

Essas foram palavras suas em Abril de 2007. É isto que todos esperamos por parte do Governo que nos governa e que é o Governo de todos os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não me esqueço e normalmente não me arrependo das palavras que digo.

Quero dizer-lhe, Sr. Deputado, o seguinte, para colocarmos as coisas no devido lugar:

Eu disse que foi encontrada uma solução técnica com limitações, mas que foi dando resposta, até porque estávamos a nascer de uma situação zero (no ano 2000 não tínhamos praticamente telecomunicações, quando chegámos ao Governo só tínhamos a RTP/Açores).

É obvio que, com a evolução, com a maior procura, com o maior acesso, com a democratização do acesso às TICs, existem limitações.

Sabia desde o início que as limitações iam existir. Não era preciso ser especialista.

Foi encontrada uma solução que tinha a ver com a relação custo/benefício. Inicialmente a solução funcionava minimamente, porque não havia a pressão que há hoje sobre a banda larga e não havia nenhum compromisso da parte do PS/Flores relativamente a essa matéria.

Quem colocou em causa a opção de 1995 não foi eu. Quem colocou em causa a opção de 1995 foi o Sr. Deputado do PSD. O Sr. Deputado do PSD é que veio colocar em causa a opção de 1995 do seu próprio Governo, do Governo do PSD.

O que disse foi que não estávamos sem telecomunicações. É verdade que não estávamos. Que não são as melhores, não são não senhor.

É demagogia cara pensar que erros deste tipo, de portos, de aeroportos e de infra-estruturas de comunicação, se resolvem com questões ou de um dia para o outro.

Há erros que são irreversíveis.

Este erro, felizmente, graças ao Governo do PS não será irreversível, porque infelizmente cometeram-se na Região, e se calhar também se cometeram nas Flores, alguns erros que hoje se mostram praticamente irreversíveis. Hoje, há infra-estruturas que vamos ter que conviver com elas durante muitos anos, porque ou por localização, ou por tipologia, ou por dimensão, não servem, mas já não se podem alterar.

No caso concreto das telecomunicações houve uma opção que se veio a revelar que não resultava, que hoje já não dá resposta cabal, porque há novas necessidades e alguma sobrecarga sobre o sistema que não havia inicialmente.

Obviamente que o Partido Socialista vai fazer o que lhe compete: perante o problema, vai encontrar a solução.

Agora, não foi o Partido Socialista que criou o problema, mas é o Partido Socialista quem vai encontrar a solução. Este é um facto que, por muito que custe ao PSD, vai ser assim, porque o que tem que ser tem muita força.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Nunes.

Deputado Guilherme Nunes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Corvo em virtude da sua pequenez, do afastamento das ilhas maiores com excepção das Flores, do seu isolamento provocado pelas suas costas de altas arribas e pelas condições meteorológicas adversas, e da sua fraca densidade populacional; - recordemos aqui a evolução demográfica da ilha desde 1849 a 2004 e que é a seguinte:

Em 1849, havia no Corvo 810 habitantes;

Em 1900, 808 habitantes;

Em 1930, 676 habitantes;

Em 1960, 681 habitantes;

Em 1981, 370 habitantes;

Em 1991, 393 habitantes;

Em 2001, 425 habitantes;

Em 2004, 451 habitantes.

Note-se que desde 1981 a população da ilha tem aumentado gradualmente, passou dos 370 habitantes para os 451 em 2004.

- Como eu ia dizendo, por todos estes motivos a Ilha, e as suas gentes, sempre sentiram grandes constrangimentos ao seu desenvolvimento. Mas não foi por isso que desistiram da sua terra. Nunca deixaram de enfrentar as dificuldades ao longo dos séculos, sempre com o intuito de as ultrapassar e sempre o conseguiram. Chegamos até hoje, chegamos a 2008, ano de eleições regionais e, de repente, apareceram dirigentes de outros partidos a se arvorarem em defensores da Pátria Corvina e Açoriana. A nos quererem defender de fantasmas e de medos que nunca tivemos. São donos da verdade, sabem tudo, prometem tudo, mesmo que não possam cumprir, falam de tudo, falam, falam, falam....

Gostaria de citar aqui um parágrafo da Moção de Orientação apresentada no XIII Congresso do PS e cujo primeiro subscritor é o Presidente do Partido, Carlos César.

- “A democracia em que vivemos nos Açores, pujante de liberdade, dá-lhes, felizmente o direito de tudo dizer, mas a realidade, essa, que todos afinal vemos, retira-lhes, também felizmente, o mérito e a razão”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Enquanto uns falam, o Governo do Partido Socialista trabalha e faz obra em prol dos Corvinos e dos Açorianos.

Trabalha e faz obra para cumprir as promessas eleitorais que fez aos Corvinos aquando das eleições regionais de 2004. E tem cumprido. Se algum investimento, daqueles que tínhamos prometido, não foi realizado, outros, que não tínhamos prometido, foram-no e posso dar alguns exemplos:

- Nova embarcação de passageiros que ligará o Porto da Casa no Corvo com os Portos da ilha das Flores, já em construção;

- Nova central do Rego D’Água, obra já concluída e em funcionamento, infra-estrutura que garante fornecimento e distribuição de energia com qualidade e com o objectivo de, futuramente, integrar as componentes hidroelétrica e eólica, projecto denominado “Corvo Renovável”;

- Muro de protecção da orla costeira no Porto da Casa, já em construção;

- Nova grua de 30 toneladas, já adquirida, que se encontra no porto das Lajes e que em pouco tempo estará a operar na nossa ilha;

- Nova Lota, já adjudicada, que terá também sala de filetagem para aumentar o rendimento dos nossos pescadores e consequentemente da ilha. Está previsto o arranque das obras para breve;

- Parque de retém desmontável para o Porto da Casa, que ajudará e melhorará o embarque de gado vivo que se faz duas ou três vezes por ano, e que já se encontra na ilha.

Não poderia deixar de enumerar, também, alguns compromissos assumidos na última visita estatutária à ilha nos passados dias 15 e 16 de Maio como sejam:

- Construção do Centro de Processamento, do Aterro Sanitário com capacidade para 386 toneladas de lixo por ano e tempo de vida útil estimado em 15 anos e distribuição de ecopontos particulares num investimento superior a 760.000 euros;

- Construção do edifício denominado “Espaço Cultural Multiusos”, investimento de cerca de 850.000 euros, que será gerido em conjunto pela autarquia e pela Direcção Regional da Cultura;
- Iniciar o concurso para a repavimentação da estrada do Caldeirão, numa extensão de 5.500 metros;
- Projecto de ampliação e repavimentação da Pista do Corvo com valor estimado em um milhão e meio de euros;
- Lançamento do concurso público para a empreitada de construção da zona balnear e para a reparação e desassoreamento do Porto da Casa pelo valor de 1.000.000 de euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na Ilha do Corvo foram feitos grandes investimentos nos últimos anos, obras, algumas delas com décadas de reivindicação, e que beneficiaram todos os sectores da sociedade corvina. Os nossos agricultores, os pescadores, as mulheres, as crianças, os jovens e os idosos, são testemunhas do esforço feito pelo Governo Regional, quer por sua iniciativa, quer em parceria com o poder local e com outras instituições da ilha para, com todas essas obras, proporcionarem uma melhor qualidade de vida aos nossos habitantes. Citando as palavras do colega José Carlos San-Bento nesta casa, diria que “Os Governos do PS transformaram sonhos e ambições com dezenas de anos em histórias de sucesso e realidades promissoras”. Estamos satisfeitos mas, como é apanágio de todo o ser humano, não queremos ficar por aqui. E certamente que não vamos ficar, porque sabemos que o nosso Governo, o Governo do Partido Socialista, continuará a investir, cada vez mais, nas ilhas mais pequenas com economias mais débeis, para que elas se aproximem rapidamente, em termos de desenvolvimento, das maiores e com mais recursos.

Assim, as nossas gentes podem continuar confiantes porque, como já foi referido, com a garantia do nosso Governo, continuaremos a trabalhar para que haja Sempre Mais Corvo e Sempre Mais Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para pedidos de esclarecimento, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se há conceito e vocábulo que passou a fazer parte do discurso político é o termo “empreendedor” ou “empreendedorismo”.

Apesar de o conteúdo que revela ser tão antigo como a existência do ser humano, o empreendedorismo é hoje manifestamente reconhecido como a estratégia política que concilia desenvolvimento e cidadania, crescimento económico com iniciativa, autonomia com vontade e esforço pessoal.

A História dos Açores fez-se e faz-se com pessoas empreendedoras, algumas recordadas em texto, nome de rua ou monumento; outras conhecidas apenas nas comunidades onde residiram e trabalharam; e muitas outras, anónimas, que venceram as dificuldades e as limitações da vida, inovando nos procedimentos, criando pequenas empresas, assumindo riscos e ultrapassando o descrédito dos outros.

É destes cidadãos que os Açores precisam e é porque a Região acredita na sua capacidade empreendedora que em diferentes áreas de intervenção existem “incentivos”, mecanismos de apoio e, sobretudo, se aposta nas pessoas que se empenham em ser autónomas na construção dos seus percursos de vida, pessoal e profissional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se o empreendedorismo é um conceito moderno, é também uma linha de investimento estratégica, que coloca o cidadão como sujeito, principal actor no processo de desenvolvimento. Ao invés da política que faz depender o crescimento apenas e só da acção dos governos e sobretudo dos governantes, o empreendedorismo como política de descentralização do poder aposta na competência e na capacidade do cidadão comum.

E é nesse sentido que devemos analisar as diferentes medidas criadas nos últimos anos, que concretizam esta linha de actuação onde se elege como cidadãos de crédito, estudantes, beneficiários de medidas de protecção social, empresários jovens ou socialmente desfavorecidos e muitos outros grupos sociais.

Nesta linha de acção, o governo não se considera o único responsável pelo crescimento económico, nem o único promotor de projectos inovadores, mas antes reconhece o seu papel

de suporte, necessário e inicial, à concretização dos projectos inovadores de muitos cidadãos.

Esta posição é sem dúvida a demonstração de um poder que se descentraliza, que se humaniza e sobretudo, de um desenvolvimento que se pretende integrado e tenha em conta a realidade local e regional, porque nasce da iniciativa de quem vive de perto os problemas e procura as respostas mais eficazes.

No âmbito das políticas económicas e sociais dos governos do Partido Socialista, em particular no decurso desta legislatura:

- É hoje possível a um jovem recorrer aos sistemas de incentivos para criar uma empresa e, desta forma, criar o seu próprio emprego através do Empreende Jovem.

- É hoje possível a uma pessoa sem crédito na banca por ter fracos recursos económicos, montar a sua própria empresa e vencer as dificuldades de sobrevivência do seu agregado familiar, através do recurso ao Micro Crédito.

- É hoje possível a um estudante, com bons resultados escolares, mas sem recursos económicos suficientes, beneficiar de apoios à sua qualificação, nomeadamente no ensino profissional e pós-secundário, através de bolsas de formação;

- É hoje possível a uma família com baixo rendimento, beneficiar de uma medida de protecção que lhe permita fazer face às despesas básicas e, por essa via, investir na escolarização dos filhos, na manutenção da saúde e assim atingir um nível de vida digno, que a liberte, da fronteira definida como o limiar da pobreza, através do Rendimento Social de Inserção.

O empreendedorismo não é apenas um conceito novo, é a expressão de uma nova forma de fazer política, que acredita no cidadão, que reconhece o carácter inovador e não põe em causa a sua capacidade de sucesso, só porque é jovem, mulher ou não possui suficientes recursos materiais.

Como referia Muhammad Yunus, o fundador do Banco Grameen, importa “criar desenvolvimento económico e social a partir das bases”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não é fácil libertarmos de uma cultura de dependência, de um modo de fazer política que cria viciados nos sistemas e coloca o ênfase nos dadores, nos políticos, nos governos e

transforma os cidadãos em eternos agradecidos, que se curvam diante dos seus benfeitores, em particular quando estes são governantes.

Não é por acaso que num quadro político conservador é mais frequente dar-se o peixe e não a cana; porque quem recebe a dádiva de peixe fica eternamente agradecido e volta no dia seguinte pedir outro favor. Ao invés, quando se dá a cana, é certo que o outro inicialmente irá duvidar da sua capacidade, terá dificuldade em persistir no esforço da actividade e necessitará de incentivo e apoio até demonstrar aos outros e a si próprio que é capaz.

A política e os políticos que fazem do empreendedorismo, em particular na sua vertente social, um pilar do desenvolvimento, fomentam a autonomia, a responsabilidade dos cidadãos, considerados como cooperantes e co-responsáveis na transformação da sociedade, na criação de riqueza e no combate à pobreza e à exclusão social.

Acreditar e fomentar o empreendedorismo, tem sido uma marca deste governo socialista. Os exemplos são vários e as iniciativas começam a revelar frutos.

Recentemente ocorreu um Curso de Empreendedorismo para jovens licenciados, organizado pela Direcção Regional do Trabalho e Qualificação; foram criados o Centro de Empreendedorismo da Universidade dos Açores, o Gabinete e o Manual do Empreendedor. Os primeiros projectos de jovens empreendedores foram galardoados no âmbito do Concurso Regional de Empreendedorismo e os primeiros empresários, que tiveram apoio do Micro Crédito já são uma realidade.

Mais do que formar novos empresários para a Região, ao apostar no cidadão empreendedor, o governo manifesta o quanto acredita no desenvolvimento dos Açores feito com as pessoas. Neste sentido, os diferentes regimes de apoio financeiro, seja ao nível económico ou social, são ajudas iniciais, reforços necessários, que só terão eficácia se os próprios beneficiários dessas medidas também acreditarem em si, na sua capacidade e nos seus projectos.

Exemplos de sucesso não faltam. Por ventura fala-se mais do dinheiro que se dá, se empresta ou se facilita do que da capacidade dos que dele beneficiam.

Criticam-se os sistemas de ajuda, as medidas de discriminação positiva, porque na lógica dos críticos da oposição, o investimento por via de apoios deveria ter, supostamente, um retorno imediato. Não entendem que se apoiarmos 2000 jovens empreendedores, o mais certo, como referia o Director Regional do Trabalho, é termos 500 empresários e desses apenas 250 com sucesso. Se apoiarmos 10.000 famílias com o Rendimento Social de

Inserção, o mais certo é termos 1000 que ao fim de um ano deixam de necessitar da medida e outras 500 que entram a pedir apoio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O importante não é olhar às verbas que visam incentivar a autonomia dos cidadãos e o reforço da sua capacidade empreendedora. O importante são os sucessos dos empresários que souberam transformar recursos em riqueza, dos beneficiários que conseguiram ultrapassar dificuldades e reequilibrar o seu quotidiano e hoje são pessoas com sucesso empresarial ou pessoal.

Citando o pensamento dos impulsionadores do empreendedorismo social, “as grandes árvores nascem de pequenas sementes” e nesse sentido, gostaria de partilhar convosco alguns números, bem elucidativos de como também na nossa Região e fruto dos incentivos criados pelos governos do Partido Socialista, há sementes que já deram fruto.

Na primeira edição do Concurso Regional de Empreendedorismo, realizada em 2006, foram apresentadas 13 candidaturas e, na edição de 2007 foram 20, estando a decorrer o prazo para o concurso de 2008.

No âmbito do Empreende Jovem, foram apresentados 9 projectos na Medida 1 (Criação de empresas), perfazendo um investimento global de aproximadamente de € 1.100.000 e apresentadas 51 candidaturas na Medida 2 que prevê estágios em empresas.

Ao nível do Micro Crédito, deram entrada até ao mês de Abril 85 candidaturas, das quais 55% apresentadas por mulheres.

Histórias de sucesso abundam entre beneficiários de RSI. Mulheres em situação de monoparentalidade que foram beneficiadas com um apoio integrado, ao nível da habitação, de recursos financeiros, acompanhamento familiar e incentivo à formação e qualificação profissional, acabam por se libertar do Rendimento Social, porque se inserem de cabeça erguida numa sociedade que nem sempre acreditou na sua capacidade de vencer.

Casais com falta de motivação para a vida activa, descobrem em programas de apoio, como o PROSA, que são capazes de satisfazer as suas necessidades e, mesmo beneficiando do RSI durante nove anos, hoje sentem o orgulho de poder gerir os seus próprios recursos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os resultados menos bons, em políticas de desenvolvimento social sobretudo as que visam combater a pobreza ou o desemprego, não são sinónimo de insucesso, mas sim constituem o

próprio risco inerente a este tipo de medidas. Ao contrário do que possam pensar o insucesso na aplicação de uma medida de incentivo, não é sinónimo de falência, mas antes, motivo para a reflexão, análise e sobretudo, correcção da resposta, uma vez que o insucesso revela obstáculos a evitar. Se o caminho se faz caminhando, o desenvolvimento faz-se aprendendo com os obstáculos. Quem não aceita e, ao mesmo tempo, combate o insucesso não cresce, desiste. E esta não é certamente a atitude política mais correcta.

É preciso acreditar nas pessoas, dar-lhes oportunidades de vencer, fomentando uma cultura que fomente o espírito empreendedor, desde a infância, particularmente junto dos jovens, pois a sociedade que ambicionamos é de cidadãos activos, participantes e sobretudo co-responsáveis pelo desenvolvimento da nossa Região.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições, está encerrado o Período de Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante.

Vamos fazer o nosso intervalo para almoço. Regressamos às 15 horas.

Muito obrigado. Bom almoço!

Eram 13 horas.

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que ocupassem os vossos lugares, para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Ontem, quando interrompemos os nossos trabalhos, estávamos a debater a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Aprova o Plano de Ordenamento Turístico da RAA (POTRAA)”**.

Vamos continuar com o debate. Tinham ficado inscritos vários Srs. Deputados dos quais apenas está presente o Sr. Deputado Jaime Jorge, ao qual dou a palavra.

* **Deputado Jaime Jorge (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para registar que o Sr. Secretário Regional da Economia também não está cá. Obviamente que uma boa parte desta intervenção era-lhe dirigida.

Presidente: Se o Sr. Deputado preferir, podemos fazer um compasso de espera, porque o Sr. Secretário está a chegar.

O Orador: Se calhar era melhor.

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

* **Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

O PSD entende que, considerando a importância do turismo para os Açores, este Plano, como documento orientador e estratégico desse mesmo sector, é muito pobre. É nesse enquadramento que vou centrar a minha argumentação e apresentação.

Antes de mais, este Plano assenta numa filosofia de desenvolvimento ilha a ilha, não referindo, em nenhuma situação, o triângulo, não explora o conceito, nem tão pouco reconhece, ao contrário da maior parte das pessoas que aqui vivem nestas três ilhas.

Entendemos que isso é grave!

Já que a situação destas três ilhas é aquela que verdadeiramente transmite aos turistas que nos visitam uma ideia de arquipélago, só por isso, entendemos que este plano deveria merecer da nossa parte um chumbo.

Mas há mais. Não contempla, com soluções objectivas, o grande desafio actual do turismo açoriano, que é urgente ultrapassar. É com o aumentar a procura e alargar a época alta do turismo. É este o grande desafio que temos pela frente, mas este plano não dá resposta a essa grande questão.

Como é que nós aumentamos o nosso período da época alta turística, que neste momento são só dois ou três meses, e aumentamos, com isso, a nossa procura turística?

Pelo contrário, este plano parece sugerir sempre a seguinte lógica:

Já que as taxas de ocupação são baixas, diminui-se a oferta, ao invés de procurar aumentar a procura.

Ao invés de procurar aumentar-se a procura diminui-se a oferta, já que as taxas são baixinhas.

Parece-me pouco ambicioso!

As linhas centrais deste plano, Sr. Secretário, que são inovação, qualidade e não massificação, precisam de ser melhor explicadas. Carecem de informação adicional sobre a sua operacionalização.

Mesmo que se concorde com estas premissas não se percebe, na prática, como é que se aplicam estes conceitos.

Parece haver uma ideia subjacente em todo o plano de que o impacto real do turismo se faça sentir, acima de tudo, nas ilhas de maior desenvolvimento, enquanto que nas restantes ilhas o impacto será nulo.

Uma estratégia correcta devia ser mais ambiciosa e ousada para as ilhas pequenas.

Parece-nos que a estratégia é muito limitativa e muito pouco ambiciosa para as ilhas pequenas que precisam, sim, essas de um verdadeiro impacto no turismo.

Não faz ainda nenhuma referência à interacção com os outros sectores, nomeadamente com a educação, com a saúde, com a agricultura e com as pescas. Como sabemos o turismo dos Açores é um sector transversal a todos estes e se calhar ainda a mais alguns. É uma questão que ainda se pode discutir.

Em nosso entender, é um erro estratégico limitar a oferta, por ilha, a um único produto.

É necessário destacar um produto que dê visibilidade a cada um destes destinos, embora achamos que é um erro estratégico. Se calhar deviam figurar nessa simbologia de promoção das ilhas mais alguns produtos.

Felizmente, as nossas ilhas têm muito produtos que podem ser muito interessantes e que podem ser facilmente vendidos, como por exemplo, na Ilha do Pico, para além da indústria da baleia, do *whale watching* que os senhores seleccionaram como dando alguma primazia sobre os outros, não deixa de ser importante o sector da vinha, a montanha, montanha que curiosamente aqui só tem uma simples referência, como montanha vulcão, um verdadeiro ícone nacional. É muito mais do que isto, neste momento, para o sector do turismo nos Açores.

No caso da Ilha do Pico, a sua classificação está claramente subavaliada, Sr. Secretário. Foi completamente esquecida a dimensão da ilha. Numa primeira fase nem referiam a *gateway* do Pico. É curioso: tanto que o Governo investiu naquela *gateway* e um plano para o sector do turismo esqueceu-a. Isto é suficientemente demonstrativo da fragilidade e da falta de informação da equipa que esteve no terreno a trabalhar neste plano. Não fazia referência à paisagem da vinha classificada pela UNESCO. Outro erro de conceito e de construção gravíssimo.

A única referência à montanha, como já disse, foi para classificá-la como um vulcão ícone nacional. Isso é muito pouco.

Por outro lado, este plano não esclarece, Sr. Secretário, nem reforça a evolução das ligações aéreas da *gateway* do Pico com o exterior e, nesta altura, passados que estão 2 para 3 anos da abertura daquela infra-estrutura à navegação aérea, era exigível que houvesse mais informações sobre como é que o sector do turismo a vai aproveitar para o futuro.

Também não dá nenhuma resposta (e vou meter-me aqui em áreas que o meu colega Costa Pereira poderá vir a dizer que não são as minhas) ao papel da *gateway* da Horta, no que diz respeito às ligações e à distribuição do turismo para as Ilhas das Flores e do Corvo.

Não faz nenhuma referência, Sr. Secretário, ao desenvolvimento das infra-estruturas portuárias para que a evolução das embarcações que ligarão estas 3 ilhas, e estas 3 com as restantes, não seja o contrário do que é proposto, de aumentarem progressivamente de dimensão e de diminuírem a regularidade de ligações. No mínimo manter as ligações, mas aumentar sim a regularidade das ligações com as ilhas.

Estimar o número de camas em cada ilha, para daqui a alguns anos, parece-nos muito pouco para um plano desta ambição.

Um sector tão importante para os Açores, como é o turismo, merece um plano mais consistente que não peque por tantas ausências e que não seja sobretudo marcado por estas ambições.

Vou deixar aqui, Sr. Secretário, para finalizar esta minha intervenção, uma frase que sintetiza o parecer da mesa de turismo da Associação Comercial e Industrial da Ilha do Pico, que fez uma análise aturada a este documento. É uma visão dos empresários do sector, daqueles que sentem “na carne” verdadeiramente as omissões e a reduzida ambição deste plano.

Depois de uma análise exaustiva, que o Governo neste momento já conhece, eles dizem:

“Em síntese, este plano não deixa de ser uma colecção de lugares comuns, bem estruturada, mas de pouca aplicabilidade prática e sem uma visão consistente para o futuro.”

Penso que esta frase é muito feliz na forma como em poucas palavras sintetiza muito bem o sentimento geral que resulta da análise deste plano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Plano de Ordenamento Turístico, é o terceiro plano a nível nacional a ser proposto para aprovação, porque existem apenas dois: uma na Madeira, o Plano de Ordenamento Turístico da Madeira...

Deputado António Marinho (*PSD*): Isso não quer dizer que seja muito!

O Orador: ... e outro no Algarve, que foi aprovado muito recentemente, nos finais do ano passado.

Se este for aprovado, será o terceiro Plano de Ordenamento a ser aprovado a nível nacional.

Lisboa ainda não tem, nem o Alentejo, nem o Norte, nem o Centro.

Portanto, não é fácil fazer um plano destes.

O anterior plano, que foi aprovado pelo Governo anterior em 95 (também no final da legislatura e o PSD levou 20 anos para fazer aquele plano director), era um plano orientador. Não era um plano sectorial, não era um plano vinculativo. Este é diferente, é um plano de ordenamento.

Como viram, este plano de ordenamento foi feito por uma equipa balizada nesta área do ordenamento e do turismo. Na sua composição existem polímeros de inegável qualidade nesta área.

Tecnicamente eu não tenho capacidade técnica para discutir, com quem fez este projecto, se ele tem validade ou não técnica.

No meu entender, tem validade técnica. Mas também não reconheço técnicos abalizados do outro lado, em planeamento e em turismo, para dizer que ele não está correcto.

Em termos políticos, vamos ver o que é que nós estamos aqui a falar.

É evidente que um Plano de Ordenamento Turístico tem que abranger a Região Autónoma dos Açores, abrangendo todas as ilhas da Região. Haverá sempre um Conselho de Ilha que entenda que um determinado produto deveria estar mencionado ou não. Por isso eu disse que é sempre possível, numa assembleia de 100 pessoas, haver 90 a dizer que aquele produto é o melhor para aquela ilha e haver 10 que sempre indicarão outro produto como o melhor para a ilha em termos de centralidade.

É possível, com outra equipa, haver outros produtos centrais em cada ilha. Eu acredito que isso seja possível.

Esta foi a filosofia encontrada por esta equipa que durante dezenas, para não dizer centenas, de reuniões que tiveram com as câmaras municipais, com as juntas de freguesia e com todas as pessoas interessadas no turismo, tiveram.

É evidente que não se conseguiu a unanimidade, mas quando o Sr. Deputado António Marinho disse que não houve consenso, devo dizer que houve consenso quando se definiram os critérios para a avaliação dos diversos cenários. Avaliaram-se os cenários com aqueles critérios.

O cenário vencedor em 2005, verificou-se que em 2008 e provavelmente pelo que se conhece em 2009, foi o correcto.

Houve pessoas que votaram contra. A forma como demonstrámos e apresentámos os dados foi transparente. Houve pessoas que disseram que sim, outras que disseram que não.

Concluiu-se pela maioria, como sempre acontece nestes casos, mas foram escolhidos os cenários procurando encontrar os consensos possíveis.

No caso do Pico o mesmo se passa. É evidente que podia ser encontrado, como produto central do Pico, a montanha, como podia ser a baleia.

Neste momento, considero correcta a opção tomada, porque na promoção que temos feitos dos Açores, a observação de cetáceos tem sido um produto de grande importância e relevância na ideia que temos de destino da natureza.

O Pico tem infra-estruturas reais que mais nenhuma ilha tem. O Museu da Baleia no Pico, é o museu mais visitado.

Portanto, temos que perceber que naquele caso concreto havia uma relevância daquele produto.

Daqui a 5, 6 ou 10 anos poderá haver outro produto central.

Em relação aos transportes aéreos e aos transportes marítimos, este não é um plano dos transportes. É um Plano de Ordenamento do Território na área do turismo.

É evidente que tem interfaces com os transportes, mas não compete a este plano definir claramente o que é que se vai fazer nos transportes.

Deputado Jaime Jorge (PSD): Mas pode dar indicações!

O Orador: Os transportes são bem mais abrangentes do que a actividade turística. Os transportes são importantes para a actividade turística, mas interessam para muitas mais pessoas, para os açorianos e para todas as actividades económicas da Região.

Isto não é um plano sectorial dos transportes. É um plano do turismo e são, em talhe de foice, mencionadas todas as ligações que todas as ilhas têm que ter.

As ligações com o exterior estão aqui mencionadas, mas não está aqui definido se o investimento no porto ou no aeroporto deve ser feito no ano tal ou no dia tal. É claro que não está. Não é essa a competência. Isto é um Plano de Ordenamento do Turismo, não é efectivamente dos transportes.

Quando se diz aqui que só nas ilhas mais desenvolvidas é que se permite um maior crescimento, não é verdade, Sr. Deputado. É nas ilhas mais pequenas que se permite um maior desenvolvimento em termos de oferta, claramente.

Eu disse que as ilhas da coesão, todas elas, tinham um crescimento muito elevado, muito superior a São Miguel, à Terceira e ao Faial. É claro que isto está aqui definido. Isto faz parte do tipo de ordenamento que queremos ter na nossa região.

Queremos ter desenvolvimento só na Ilha de São Miguel?

Não! Não é esse o caso.

Este caso mostra claramente que a Ilha de São Miguel cresce muito menos do que a Terceira, cresce muito menos do que o Faial e muito menos que o Pico. As ilhas que mais crescem são, primeiro, o Corvo, depois a Graciosa, as Flores, São Jorge, Pico, Faial, Terceira e assim sucessivamente.

Teve-se também em atenção as ilhas pequenas, como Santa Maria, em que houve um crescimento muito rápido da oferta e que não cresceu como outras ilhas de igual dimensão, porque ela já estava mais avançada.

Fez-se essa análise.

Quase todos os empresários da área do turismo estão inscritos na Câmara de Comércio e Indústria dos Açores.

Todos os empresários da área do turismo aprovaram e seguiram de perto este plano.

Este plano não causa qualquer problema às pessoas que estão envolvidas no turismo, nem aos agentes de viagem, nem aos hoteleiros, nem às pessoas que querem investir no turismo. Todos conhecem o plano, aprovaram as linhas mestras do plano e neste momento é um plano consensual nesta área.

Onde é que não é consensual?

Nos conselhos de ilhas. É evidente que há conselhos de ilha que consideram que está bem e há outros que (não direi que politicamente engajados, digamos) estão sempre contra, por mais que se fizesse.

Em São Jorge, porque não estava lá descrito uma cascata, ou trilho.

Deputado Mark Marque (PSD): Sr. Secretário, seja correcto. Isso é o acessório, não é o essencial!

O Orador: Mas está lá escrito isso.

Sr. Deputado, no caso de São Jorge este é um exemplo muito claro.

Eu gostava de dizer o seguinte:

Um Plano de Ordenamento Turístico não tem nada a ver com promessa eleitoral, ou com cumprimento de promessa eleitoral.

O vosso Plano Director foi aprovado em 95. Quando entrámos no Governo não o desfizemos, porque um plano tem que durar, não uma legislatura, não duas, pelo menos mais do que duas ou três. É assim que acontece com um plano, porque senão não vale a pena fazer planos nesta casa.

Se os Srs. Deputados do PSD quando chegaram ao Governo destruírem tudo o que fizemos aqui, isso não é política.

Um plano tem que ser consensualizado com as pessoas, com as diversas entidades, com os diversos autores e tem que resumir, no fundo, o que achamos importante para o nosso futuro.

É evidente que o Plano Director elaborado em 95 pelo Governo do PSD apontava que Ponta Delgada, Angra e Horta deviam ser os principais centros onde devia haver investimento na área da hotelaria.

A experiência dos hotéis franceses tinham, de facto, condicionado aquele plano.

Durante muito tempo, Ponta Delgada, Angra e Horta, foram os pólos que atraíram oferta hoteleira, mas surgiu a Caloura com investimentos com alta taxa de rendimento, Praia da Vitória com investimentos com alta taxa de rendimento e surgiu por outras partes da Região outros investimentos com capacidade, com sucesso. Este Plano procura encontrar novas centralidades.

Estamos à procura de um plano que crie o desenvolvimento harmónico dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Secretário, o senhor terminou em beleza!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu diria que o senhor terminou em beleza com o desenvolvimento harmónico de todas as ilhas dos Açores.

Vamos centrar-nos na matéria que está em discussão, o turismo.

Em primeiro lugar, duas considerações prévias.

O senhor disse que não tem capacidade para analisar e criticar este plano e quem o fez.

O Governo Regional dos Açores aceita qualquer plano que lhe apresentem, sem capacidade crítica e de melhoramento?

Foi isso que o senhor disse há pouco, que não se sentia com capacidade para discutir tecnicamente isso, mas tem capacidade para saber o que é melhor para o desenvolvimento dos Açores.

Eu espero que tenha!

Eu percebi que o senhor estava de algum modo a demitir-se dessa capacidade de discutir o que é melhor para os Açores.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu não estou tecnicamente abalizado para discutir isso!

O Orador: O facto deste ser o terceiro, o quarto ou quinto, não lhe traz mais valia nenhuma. Até podia ser o primeiro.

Vamos ver em que premissas é que isso assenta para percebermos por que é que isto não leva ao desenvolvimento harmónico dos Açores.

Na primeira premissa, Sr. Secretário, os senhores no quadro (aliás, devo-lhe dizer que os quadros estão muito bem feitos) da página 17, falam na desconcentração espacial dos fluxos turísticos intra-regional. Actualmente tem três pontos e os senhores querem aumentar um pontinho.

Aqui já se vê a ambição da desconcentração espacial dos fluxos turísticos.

Onde diz subsistema de procura, na desconcentração espacial dos fluxos turísticos intra-regional, os senhores aumentam um ponto.

Como é que isto vai promover o desenvolvimento harmónico dos Açores?

No intra-ilhas desenvolve um bocadinho. Vai para o dobro. Já é mais ambicioso um bocadinho.

Como é que se quer, aumentando um pontinho nesta escala, que se promova o desenvolvimento harmónico dos Açores?

Não percebo.

Não promove, Sr. Secretário, porque, desde logo, neste investimento, 50% das camas estão em São Miguel.

Temos que analisar isto com alguma crueza.

Depois parte desta frase, que eu acho espectacular (pág. 25, onde tem este “queijo”, que não é de São Jorge) e que merece ser lida, para os habitantes de todas as ilhas ouvirem o que está aqui:

“Através do quadro anterior é possível estabelecer 5 níveis no que respeita ao posicionamento estratégico das diversas ilhas no domínio do turismo”.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Deputado, isto é a situação actual!

O Orador: Aí é que está, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): A situação futura está à frente!

O Orador: É daqui que parte a premissa errada.

Na situação actual o triângulo está desfeito?

Não está. À frente o senhor diz: “um centro principal, inquestionável, incontornável foi criado”.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É actual!

O Orador: Sr. Secretário, estou a dizer-lhe a premissas de que isto parte. Parte dessa premissa que foi criada, este centro inquestionável, incontornável, e que não condiz com o desenvolvimento harmónico, porque foi aí que foi investido.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Deputado, veja a situação futura!

O Orador: Isto vai levar a que 50% das camas sejam criadas em São Miguel.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não. Vamos ficar com 49%!

O Orador: O aumento de 50% das camas verifica-se em São Miguel.

Onde é que está o maior crescimento?

O senhor não me diga que hoje em dia há dois centros secundários assumidos pelas ilhas da Terceira e do Faial!

É isso que se verifica hoje em dia?

Não é!

Nesta realidade, os senhores destroem a realidade do triângulo, que é uma realidade que devia ser promovida como um todo. É uma realidade onde as pessoas têm a noção de estarem nas ilhas.

Os Açores são baleias! Os Açores são ilhas! Os Açores são isto tudo!

Não podemos individualizar estas coisas.

Partindo desta premissa, a base é esta.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não senhor! A situação é diferente!

O Orador: Quando os senhores vêm com o modelo de geometria variável, dizem coisas incríveis.

Quando se chega à página 29, onde os senhores colocam as apostas estratégicas por ilhas, eu acho uma coisa curiosíssima. Por exemplo, as Flores e o Corvo têm a comunidade. O produto específico das Flores e do Corvo é a comunidade.

Gostava de saber se aqueles habitantes têm alguma característica diferente dos outros açorianos, porque esses são promovidos. Os outros não têm comunidades ou elas não existem?

Eu acho isso absolutamente fantástico!

O que é que tem de diferente a comunidade das Flores da comunidade da Graciosa?

É uma coisa absolutamente espantosa!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu já explico!

O Orador: É bom que explique, Sr. Secretário!

Em relação à Terceira, essa equipa de especialistas altamente conceituados, que o senhor aí referiu, esquece o património mundial de Angra.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não esquece. É património edificado!

O Orador: Esquece, Sr. Secretário, e põem aqui apenas património edificado. Põem património edificado como põem nas outras ilhas, como põem em São Miguel.

Digo-lhe mais:

O património (era o que devia estar aqui) edificado na Terceira não é só a cidade património mundial, também são os impérios do Espírito Santo.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Cá está. O senhor tem razão!

O Orador: Mas a cidade património mundial, por si própria, tinha valor para estar aqui individualizada e não está. O senhor esquece-se disso.

Depois, na estratégia de articulação territorial, o senhor (o Governo, entenda-se!) põe, como reforço das ligações na Terceira, apenas o reforço das ligações a São Miguel, enquanto que São Miguel tem reforço de ligações a todas as ilhas.

Sr. Secretário, se isto é desenvolvimento harmónico dos Açores, então o senhor vai explicar-me como é que isso se operacionaliza. Eu não consigo perceber como é que esse desenvolvimento é harmónico e como é que o senhor faz isso.

A Terceira, neste caso, não é um centro secundário, é um centro terciário no desenvolvimento deste plano turístico.

Nas áreas propostas para o desenvolvimento, os senhores propõem, para construção de hotéis e de unidades, aquela faixa entre o Porto Martins e a Baía da Salga. Fico muito honrado pela minha freguesia de nascimento, o Porto Martins.

Mas há ali zonas protegidas por causa dos pássaros e de uns certos bicharocos que tem para lá.

É a única zona na Terceira onde se pode fazer hotéis?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não!

O Orador: Não. Mas é a mais apoiada por este plano, porque tem majorações maiores e implica que os empresários invistam ali.

Sr. Secretário, este plano é positivo por ter aparecido (e eu não me importo que tenha aparecido agora, já devia ter aparecido antes), porque permite algum planeamento e alguma

orientação para o futuro. É verdade. Tem aqui algumas coisas boas e algumas linhas orientadoras. É verdade que tem.

Agora, infelizmente, e ao arrepio daquilo que o Governo Regional tem vindo a defender, reforça novamente a centralidade e o centralismo, só que um centralismo insular e esse não podemos aceitar.

O Governo (a Sra. Secretária Ana Paula Marques) vai fazer, e bem, um Museu da Baleia? Está a requalificar a fábrica da baleia nas Flores. É um projecto muito bonito.

Isto não é incluído no Plano?

Não se pode “vender” as Flores como tendo lá um centro de interpretação, um Museu da Baleia.

Centram-se num único produto esquecendo os outros. Na Terceira esquece-se imensos!

Realmente os conselhos de ilha não dizem só coisas como o Sr. Secretário diz aí. Dizem mais, Sr. Secretário:

O Sr. Presidente do Conselho de Ilha da Terceira diz que este Plano não serve a Ilha Terceira e coloca-a num plano terciário. Tenho aqui a entrevista do Sr. Presidente ao Diário Insular.

O Conselho de Ilha foi muito crítico em relação a este plano.

Deram-se voltas e mais voltas para dar um parecer que não é parecer, “que nem era carne, nem era peixe”, que o senhor aí tem (e eu sei porque estava no Conselho de Ilha) para não ofender o Governo por parte dos senhores membros do Conselho de Ilha do Partido Socialista da Terceira.

Acontece que essas propostas que eles fizeram não foram aceites. Só uma apenas: a cidade património mundial que é uma proposta de alteração da Comissão.

O Sr. Presidente estava no Conselho de Ilha e aqui espelha bem o que ficou lá dito.

Sr. Secretário, desenvolvimento harmónico?

Enfim, acho que o senhor terminou da pior maneira, porque vai ter que me convencer do contrário daquilo que acabei de dizer aqui, porque com este plano o que vejo é reforço de ligações aéreas para São Miguel e promoções.

Em São Miguel promove-se tudo e tenho que dizer isto com frontalidade. Eu não sou contra a que os outros se desenvolvam e quem tem capacidade para se desenvolver que se desenvolva.

Agora, quando é uma iniciativa governamental e é disso que se trata (se os empresários de São Miguel se querem desenvolver, brilhante, excelente) o Governo não se pode dar a esse luxo.

Os senhores põem tudo para São Miguel, não falta nada.

Nas outras ilhas, por exemplo, na Terceira, não há paisagem diversificada. Parece que havia aí uma coisa qualquer de madre silva, mas está esquecida.

Não temos a Caldeira Guilherme Moniz. Parece que também ficou esquecida no interior da ilha.

Na Terceira e no Faial, não há náutica de recreio, não há comunidades. Não está cá.

Também temos a gastronomia, o pedestrianismo (mais uma alteraçãozinha que se propõe).

Sr. Secretário, isto é um Plano que tem todas as qualidades que já disse e todos os defeitos que acabei de referir.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia, o seu tempo está escasso. Agradecia que fosse sintetizando de 3 em 3 minutos.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

* **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar ser breve e vou repetir aquilo que já disse.

Quando formos ver ilha por ilha, para saber onde é que está o centralismo, neste momento é preciso termos em atenção a situação actual: 72% das dormidas passam por São Miguel.

São Miguel, que tinha 4.854 camas em 2005, passa a ter 7.605 camas em 2015, com um crescimento de 56,7%.

A Terceira, que tinha, em 2005, 1.431 cama vai passar par 2.900,...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Vai passar, ponto e virgula!

O Orador: ... um crescimento de 102,7%, ou seja, o crescimento que é admitido para a Terceira é o dobro do que é admitido para São Miguel.

Nós temos que ver que o Plano é para 10 anos, é até 2015.

Antes de 2015 alguém fará um outro plano para corrigir outro desordenamento que exista ainda, mas a situação é esta.

No caso das Flores cresce 184,7%.

A Graciosa cresce 317%.

O Pico cresce 134%.

Eu não posso colocar nas Flores 5.000 camas. É impossível, nem poderei fazê-lo de um momento para o outro. Terá que ser com tempo, Sr. Deputado.

Isto é um crescimento no tempo.

Até 2015 é o máximo que São Miguel poderá atingir.

Em 2015 São Miguel atingirá 49,1% de toda a oferta, mas agora tem uma oferta que é de 57,1%.

Quem é que decresce?

São Miguel!

Não é verdade, é demagógico que se venha dizer que este é um plano para proteger São Miguel.

Não é verdade!

É um plano para o desenvolvimento harmónico.

Em relação ao património edificado, é evidente que eu podia colocar “Angra, cidade património”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Podia e devia!

O Orador: Só que a centralidade que é dada à Terceira pelo património edificado tem correlações com outras ilhas.

Eu não tenho nem em São Miguel, nem na Graciosa, uma cidade património.

Como disse o senhor e muito bem, a Praia da Vitória também tem património e o património edificado da Terceira não se resume só à cidade de Angra.

Portanto, património edificado é aquele denominador que está debaixo de um produto principal que é a cidade património, mas ninguém me negará que nesta equipa que tem algum conhecimento nesta área, passasse pela cabeça retirar a cidade património do mapa.

Isso é impossível.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso contradiz o que aqui está!

O Orador: Sr. Deputado, uma coisa é a situação presente (é preciso ler o que está aqui) e a situação futura.

O que o Sr. Deputado leu neste momento é a situação actual: 72% das dormidas passam por São Miguel. É a realidade!

O que é que se pretende mudar?

Criar centralidades em outras ilhas,

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Parte-se dessa premissa!

O Orador: É esta a visão desta equipa e é a visão que este Governo partilha.

Temos que criar novas centralidades. Com quê?

Com produtos centrais nas diversas ilhas.

Não pode ser com todos os produtos. Só pode haver um produto central.

Lá chegaremos ao segundo, mas mais adiante, numa outra etapa.

Agora estamos nesta etapa, a de criar potencialidades de descentralização, senão vamos continuar na situação que existia no Plano Director anterior, de 95, em que só em Ponta Delgada, em Angra e na Horta é que se deveria fazer hotéis.

Não é esta a situação agora. Pretende-se espalhar a oferta na região, pretende-se criar centralidades nas diversas ilhas. É isso que se está aqui a fazer, é isso que se propõe e é isso que se pretende.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor promove o Corvo com a comunidade!

O Orador: Sr. Deputado, eu não posso responder a tudo, mas não há dúvidas que muita gente que se dirige ao Corvo, dirige-se para conhecer uma ilha isolada, com 450 habitantes. Isso tem um nome. Chama-se comunidade.

As Flores tem proximidade ao Corvo. Quem vai às Flores, vai ao Corvo. Quem vai ao Corvo, vai às Flores.

Por isso, a comunidade é importante. A centralidade ao lado é Flores. Por isso é que foi atribuído às Flores também.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

*** Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Permito-me voltar novamente a uma questão que acho de extrema importância. Já foi aqui falada, mas vou voltar a referi-la devido à sua importância.

Este plano esquece o inesquecível!

A cidade Património Mundial de Angra do Heroísmo, por si só, valia a afirmação de um produto central. Ou seja, os Açores são conhecidos por causa dessa componente universal de Angra, por causa da função de Angra.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): É um património edificado!

O Orador: Se o senhor diz que é impensável, no património edificado, não pensar em Angra património, por que é o aceita colocar agora?

O que acabou de dizer é uma contradição.

Este plano parte de uma má caracterização da Ilha Terceira. Se parte de má caracterização, vai ter más finalidades. Logo vai ter uma deficiente finalidade.

É necessário reformulá-lo.

Reformulá-lo significa alterá-los nos meios de levar, alterar a estratégia.

Não sou só eu que o digo. É o próprio Conselho de Ilha.

No Conselho de Ilha, não somos só nós que temos acento. É um conjunto de entidades. É a sociedade organizada que o diz também e aprovaram um documento para que o plano seja reformulado.

Se pretendem reformulado, é porque não serve a Ilha Terceira.

Da forma como é aceite, parece-me que é uma forma de subconjunto.

Não! Angra por si própria, Património Mundial, não deve ser um subconjunto do património edificado. Deve ser a principal centralidade da Terceira e deve ser aceite como afirmação da própria da ilha.

É esquecido e como é esquecido não é aceite que o Plano sirva a Ilha Terceira.

Muito obrigado.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(Neste momento o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Sr. Deputado António Pedro Costa)

* **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar um contributo neste debate e poder recentrá-lo um bocadinho na Ilha do Pico, porque na verdade este Plano é muito pobrezinho relativamente ao tratamento que dá à Ilha do Pico.

Isso mesmo já foi denunciado pelo meu colega, Deputado Jaime Jorge, e começou também por, genérica e globalmente, ser ontem denunciado pelo nosso colega da bancada, Dr. António Marinho.

Esperava-se que um plano que demorou tanto anos a aparecer (vamos com 12 anos de governação socialista) fosse amadurecido em termos de estratégias, consistente e congruente, apresentasse uma base científica legal e forte e viesse dar resposta às necessidades da Região em matéria de orientação no desenvolvimento do sector turístico que é, sem dúvida, uma das grandes apostas da economia açoriana.

Ao fim e ao cabo parece que – desculpem o termo – “a montanha (a região) pariu um rato”. Ontem, o meu colega António Marinho já denunciava isso e de certa forma essa denúncia foi corroborada pelo Sr. Secretário quando afirmava que está a dar-se os primeiros passos na alteração do modelo do Partido Social Democrata, que assumia o desenvolvimento do turismo na Região com três centralidades principais: São Miguel, Terceira e Faial.

Ao fim e ao cabo, da leitura que se tira deste documento é que estas centralidades estão de novo ali bem marcadas, bem patentes.

Estes 12 anos de governação socialista no sector do turismo, mais não fizeram do que assumir a estratégia que vinha de atrás, quanto a mim também errada.

Eu sou daqueles que me oponho a encarar o desenvolvimento do sector do turismo na Região baseado, como grande prioridade, em três grandes centralidades.

Acho que os tempos mudaram. A própria economia mudou.

Foi o Governo Socialista, e muito bem, o próprio a criar mais duas *gateways* entretanto, a de Santa Maria e a do Pico.

Portanto, não se compreende bem, como é que um Governo apostando em mais cinco *gateways* na Região continue a insistir apenas em três centralidades.

Acho que os tempos mudaram, o quadro é outro, também a estratégia deve ser outra.

No fundo, e como disse ontem o Dr. António Marinho, os senhores fizeram primeiro a aposta, autorizaram a construção desenfreada, nalguns casos de hotéis, noutros nem tanto, e agora este plano aparece como uma espécie de chapéu que vem cobrir não só aquilo que está feito, mas vem gravosamente condicionar o futuro em termos de crescimento de algumas ilhas, nomeadamente em termos de oferta turística, o que deixa algumas ilhas apreensivas.

É naturalmente por isso que os respectivos conselhos de ilha apresentaram, nalguns casos, os seus pareceres negativos, o que no caso do Pico é um parecer muito negativo, a ter em conta não só o teor do parecer, como a ter em conta o debate que foi feito no Conselho de Ilha, ao qual não assisti nem participei, mas teria tido muito gosto em associar-me ao entendimento global dos conselheiros daquela ilha.

Portanto, a avaliar pelas próprias declarações do Presidente do Conselho de Ilha aos órgãos de comunicação social, este plano merece um chumbo por parte da Ilha do Pico.

Este plano é limitante, na medida em que condiciona o crescimento da oferta, como já disse. Também não faz uma aposta determinada na inovação e na diversificação da oferta turística. É também contraditório (e reportando-me sempre à Ilha do Pico) na medida em que considera apenas um eixo, entre o lugar da Silveira e a freguesia de São João, como eixo possível de expansão e de crescimento turístico.

Não sei como é que os técnicos que estiveram no terreno, numa ilha tão grande, com uma área tão ampla como a que a Ilha do Pico oferece, apenas encontraram aqui um eixo de concentração para o crescimento do turismo, já que também é defendido no próprio plano que se deve privilegiar a descentralização das infra-estruturas e a baixa densidade das mesmas no espaço geográfico que estiver em causa.

Portanto, não se percebe por que é que na Ilha do Pico condicionam a um eixo tão curto (Silveira/São João) essa estratégia.

É perigoso por aquilo que dizia agora o Deputado Artur Lima, porque a própria economia nos últimos anos vem determinando este cenário da criação de um fosso cada vez maior entre a Ilha de São Miguel e as restantes ilhas.

Este plano, nessa medida, é muito perigoso Sr. Secretário e merece a nossa grande preocupação.

É também um plano incongruente naquilo que já foi aqui denunciado ontem, que foi não ter recebido o consenso do próprio Governo, ou dentro de portas, na medida em que as Secretarias do Ambiente e do Mar e da Agricultura e Florestas têm pareceres muito delicados em relação à estratégia que está definida neste plano.

Portanto, se não merece o consenso do próprio Governo e levou tantos anos para ser feito, como é que há-de receber um consenso fácil e razoável da parte dos destinatários?

Gostava de focalizar aqui mais uma questão.

Sei que não estamos a discutir hoje transportes aéreos, nem a estratégia dos transportes aéreos, mas obviamente que ao discutir-se um Plano de Ordenamento de Turismo para a região não se pode esquecer uma matéria, fundamental e estratégica, nesse contexto, que são as acessibilidades.

Foram os senhores que criaram, e muito bem, a *gateway* do Pico há 3 anos.

Depois desse grande investimento, investimento importante e estratégico para aquela ilha, como é que os senhores se empenharam tão pouco politicamente na viabilização desta própria infra-estrutura, mantendo apenas um voo semanal entre Lisboa e o Pico, exactamente num dia que pouco ou nada convém aos mais directos interessados, que são os passageiros, mas não só os passageiros, também os industriais e os comerciantes da Ilha do Pico que por via desta porta e desta boa ligação com o Continente poderiam, muito mais comodamente e em segurança, colocar os seus produtos, nomeadamente os agrícolas mais perecíveis, no Continente?

Não se compreende isso. Se já estamos mal servidos com este voo semanal à Terça-Feira, ficámos bem pior, Sr. Secretário, com a alteração deste voo para o Sábado à tarde.

Eu não posso deixar passar este momento sem denunciar neste Parlamento esta situação. Vai dizer-me que não é culpa do Governo Regional, mas não me vai dizer certamente que o Governo Regional não tem nada a ver com esta matéria, porque tem, porque é o Governo Regional, em consonância com o Governo da República, que define as regras do serviço público regional, em matéria de acessibilidades aéreas.

Sr. Secretário, os picoenses esperavam mais deste Governo nessa matéria e esperam, com certeza, que este Governo, ou outro que seja, se empenhe politicamente muito mais numa matéria estratégica e importante para o desenvolvimento daquela ilha.

Daqui a pouco vamos ver como se vão posicionar os Deputados do Partido Socialista eleitos pela Ilha do Pico na votação deste documento, porque vai ser importante perceber qual vai ser a posição deles hoje e qual foi a posição deles no Conselho de Ilha sobre esta mesma matéria.

Para finalizar, gostaria de retomar uma frase que a Sra. Secretária do Ambiente e do Mar proferiu aqui em relação à Ilha das Flores em matéria de ambiente:

“É preciso tratar com mais cuidado a Ilha das Flores, porque é linda!”.

Eu diria que em matéria de turismo é preciso tratar com mais cuidado e maior justiça a Ilha do Pico, face às potencialidades elevadas que ela tem em matéria de turismo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para explicitar dois ou três assuntos.

Espaços específicos de vocação turística.

Eles foram escolhidos nas ilhas onde havia necessidade. Há ilhas que já têm espaços específicos de vocação turística nos seus PDM's, em grande quantidade.

Portanto, os espaços específicos de vocação turística podem ser declarados nos PDM's e podem ser declarados neste plano, porque servirão mais tarde, aquando da revisão dos PDM's, para serem incorporados nos mesmos.

No Pico existem espaços para o investimento da hotelaria à vontade, Sr. Deputado. Não há qualquer deficiência dos espaços. Nós achamos que aquele espaço devia ser salvaguardado, como achamos que na Terceira deveria ser salvaguardado aquele espaço antes que ele fosse estragado.

As Câmaras Municipais, nos seus PDM's, poderão colocar os seus espaços de vocação turística.

Nós achamos que havia algumas ilhas que mereciam atenção especial, porque havia espaços de vocação turística extremamente importantes, que não deviam ser estragados e que servem de recomendação. Não os podemos pôr lá como sendo espaços de vocação de turística. Mais tarde as Câmaras Municipais, ao reverem os seus PDM's, terão que os colocar.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Já têm PDM's! É diferente!

O Orador: Segundo aspecto (e vou repetir aquilo que já disse), o Pico cresce 130,4%. Há um crescimento de 460 camas para 1060, mais a possibilidade de uma bolsa de 106. O Pico cresce bastante. Cresce mais que o Faial, cresce muito mais que a Terceira e muito mais que São Miguel. Achamos que é a ilha que tem o maior crescimento, mas isto é até 2015. Estamos a falar *ab aeterno*. Este plano pode ser revisto com 3 anos de antecedência.

O voo no Sábado à tarde, não é bem o tema desta conversa, mas gostaria de lembrar que quem fez o Plano Director não foi uma pessoa qualquer. Quem o fez sabia o que estava a fazer.

Vivemos a experiência dos hotéis franceses que tinham falido na altura.

Nos anos seguintes houve concentração em Ponta Delgada, na Angra e na Horta. Aí é que tinham viabilidade económica.

Este Governo Regional tem feito um esforço imenso para aumentar as centralidades deste arquipélago.

A *gateway* do Pico, como disse e muito bem, foi criada por este Governo.

A *gateway* de Santa Maria também foi criada por este Governo.

Esta estratégia de espalhar o desenvolvimento e de criar centralidades é deste Governo e a estratégia deste plano é aumentar as centralidades criando em cada ilha uma centralidade. Aí é que está o grande problema, é criar em cada ilha uma centralidade. Podíamos criar duas, mas criar uma já é muito importante.

Criar, por exemplo, o património edificado e todas as ilhas que têm património edificado terem ligação à Terceira, é muito importante.

O mesmo acontece com a baleia, no Pico. Existem diversas ilhas que têm essa aptidão, mas o Pico é que é a ilha central nesta área. Se fosse criada a montanha, poucas ilhas teriam qualquer ligação com esta ilha.

Isso foi estudado profundamente. Isto não foi por acaso. Por trás disso há muito estudo.

Sr. Deputado, isto não foi de ânimo leve.

Quem faz críticas fáceis e superficiais a isto não está a entender a profundidade deste plano.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

* **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por dizer que em democracia as oposições são importantes, mas não é isso que se está a verificar neste debate.

Começando pelo PSD: o PSD não tem ideias!

Pobre é a herança do PSD em termos de planeamento e ordenamento nesta Região. Portanto, não têm qualquer legitimidade para vir falar daquilo que nunca fizeram.

Repescando um pouco as críticas e as opiniões do Sr. Deputado António Marinho, ontem e hoje, verifica-se que não se organizaram, nem sequer conseguiram espicaçar este debate, porque cada um traz aqui observações paroquianas...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Paroquianas?! Defender as nossas ilhas não é uma paróquia! Cuidado com o que diz!

A Oradora: ... de localismo (é preciso acrescentar mais uma coisinha na Ilha do Pico).

Este é um instrumento de gestão territorial. Nunca foi um inventário dos recursos turísticos. Não estamos aqui para enunciar tudo o que existe em cada ilha. Se assim fosse, nunca mais acabávamos de fazer o plano.

Sr. Deputado Artur Lima, o senhor faz aqui uma análise olhando apenas para os macaquinhos. Olha para as figuras e não lê o texto. Vem para aqui criticar as figuras sem ler o que vem a seguir, por isso não percebe nada do que está aí.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Eu é que não percebo!

A Oradora: Passando para a questão colocada pelo Sr. Deputado António Ventura, sabe que o parecer de ilha, da Ilha Terceira, não foi negativo.

Ele diz: “o limite de camas previsto parece-nos consentâneo com o crescimento equilibrado do sector”. Portanto, estão satisfeitos.

Acrescentam a Cidade Património Mundial.

Em comissão já fizemos essa proposta, como vamos ver a seguir na especialidade.

Não podemos perder a generalidade de um plano deste. Os senhores não querem que apareça aqui património edificado?

Ontem recebemos de oferta este livrinho. Se os 65 impérios que estão aqui, da Ilha Terceira, não fazem parte do património edificado, gostaria de perguntar aos terceirenses se é só Angra cidade património mundial?

E as casas do Ramo Grande? Isso tudo não interessa? É só cidade património mundial?

Os senhores querem reduzir a uma coisinha aquilo que é muito importante.

O património edificado é um conceito amplo onde cabe o património da UNESCO que está referenciado no documento. O Sr. Deputado Artur Lima não viu porque não quis. Está aqui referenciado, assim como a vinha do Pico está referenciada no documento.

Deputado Artur Lima (CDS): Coisinha! A Sra. Deputada diz que Angra, cidade património mundial é uma coisinha!

A Oradora: Sim, uma coisinha. Estes impérios não são para esquecer, nem o resto do outro património que tem muito valor é para ser esquecido.

Passando para outra questão, não sei como é que aqui estamos a perder a questão geral do debate. Se este é um instrumento de gestão territorial, não cabe aqui uma discussão de acessibilidades.

Deputado Artur Lima (CDS): Ah! Não cabe?!

A Oradora: Não. Não faz parte do âmbito deste plano.

Estamos aqui a discutir um tecto que foi criado para a Região em termos do crescimento da oferta de alojamento turístico.

Até agora, nem o PSD, nem o CDS/PP fizeram qualquer crítica ao número de camas que foi proposto aqui por ilhas.

Deputado António Marinho (PSD): O número de camas é o final.

A Oradora: Quais são as suas alternativas?

Não há qualquer proposta alternativa.

Deputado António Marinho (PSD): O que interessa são os pressupostos. Essa é que é a realidade. Por isso o POTRAA é zero!

A Oradora: Não há qualquer parecer do Conselho de Ilha que refira e que critique o limite de camas previsto para a sua ilha.

Se os senhores não são capazes de contradizer isto, nem sequer de encontrar qualquer problema na metodologia de fixação deste crescimento da oferta de alojamento, então não tem capacidade para criticar este plano.

As críticas não se consubstanciam em nada.

Deputado Nuno Amaral (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

* **Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Vou procurar respeitar a sua falta de tempo. De qualquer forma, não podia deixar de responder a algumas das questões que colocou a seguir à minha intervenção.

Quando o Sr. Secretário diz que este é provavelmente o terceiro plano a ser executado no país, espero que o senhor com isso não queria dizer que, por isso mesmo, o plano é bom.

Quanto muito essa desculpa serve para justificar a pobreza do plano.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Eu não disse isso!

O Orador: Provavelmente, o que o senhor quis dizer (pelo menos foi isso que eu interpretei) foi que por falta de experiência da equipa técnica que elaborou este plano só saiu isto. Foi isto que entendi.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Deputado, é uma experiência internacional, não é só a nível do país!

O Orador: Nessa perspectiva, para mim é uma justificação.

Por ser um plano de ordenamento, eu tenho que discordar consigo.

O senhor classifica este plano como um plano de ordenamento.

Por ser um plano de ordenamento não pode conter todas as informações que omite e que aqui levantámos? Não pode?

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Deputado, o mar é infinito!

O Orador: Mas a nossa região não é assim tão grande como isso!

Faço-lhe objectivamente esta pergunta:

Um Plano de Ordenamento do Turismo para os Açores não pode conter este tipo de informações que não consta aqui e que identificámos pontualmente, ilha por ilha?

Pegando naquilo que a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz diz e que o Sr. Secretário há pouco referiu na sua intervenção, o senhor não acha que por ser um plano de ordenamento deve fazer referência a transportes?

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Claro!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Então explique isso à Sra. Deputada, porque ela não sabe!

O Orador: Por acaso existe turismo sem transportes?

O turismo precisa de transportes como nós do pão para a boca.

O que nós achamos estranho é que haja um Plano de Ordenamento do Turismo que não faça uma referência a transportes. Isso é que é estranho, Sr. Secretário!

Sr. Secretário, eu compreendo os seus argumentos. O senhor destaca, do conjunto de produtos que cada ilha tem, um produto para chamar a atenção para esse destino, mas prejudicaria muito a promoção dos destinos se em vez de um único produto destacasse um conjunto de dois ou três produtos?

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Deputado, depois de 3 passa para 9!

O Orador: Deixe-me terminar, Sr. Secretário.

Por exemplo, no que diz respeito à ilha do Pico, podia figurar, em paralelo, ao mesmo nível, o *whale watching*, a paisagem da vinha, eventualmente a montanha. Prejudicaria a promoção destes destinos?

Não há experiências anteriores, noutras regiões, de destinos que são promovidos a partir de um pacote de produtos?

Deixo a pergunta no ar, porque para mim acho que teríamos mais resultados se, ao promovermos, apresentássemos mais produtos para cada um destes destinos.

Na resposta à minha intervenção, o Sr. Secretário também disse que todos os empresários, que constavam obviamente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, tinham concordado com este plano.

Eu tenho um relatório de empresários do sector, da Ilha do Pico, que não concordam.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O Sr. Deputado quer que todos digam sim, sim, sim!

O Orador: Sr. Secretário, o Pico não tem muito mais que dois ou três empresários no sector. Então não vamos ter em conta a opinião deles?

Eles não têm essa opinião que o senhor retratou aqui. Eles não têm esse entendimento deste plano. O senhor conhece o relatório.

Eu concordo que o senhor não pode ter em atenção a opinião de todos, mas também não pode vir para cá dizer que todos os empresários concordam com este plano, porque não é verdade.

Portanto, há empresários com experiência, com investimentos realizados no sector e que apostam no sector para desenvolver a sua actividade profissional e empresarial que têm uma opinião diferente deste plano.

Portanto, não se pode utilizar essa expressão de que todos os empresários dos Açores estão com este plano. Não é verdade!

Sr. Secretário, não sei o que é que senhor objectivamente pretende quando diz que não temos capacidade técnica para discutir as orientações que constam deste plano.

Não podemos aceitar isto!

As pessoas que vivem no triângulo, que vivem nestas ilhas, que fizeram a sua opção de vida neste arquipélago, que fazem aqui os seus investimentos, que vivem aqui, que procuram

viver do turismo, directa ou indirectamente, todos eles sentem que o turismo é um sector imprescindível para o desenvolvimento do arquipélago. Não sendo a maioria deles técnicos abalizados no sector, têm, no entanto, uma palavra a dar e essa palavra devemos ouvi-la...

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): E ouvimos!

O Orador: ... porque ela resulta da sua experiência vivida no terreno.

Essa palavra conta para nós tanto quanto conta a palavra dos técnicos mais abalizados que fizeram parte desta equipa.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): São níveis diferentes, Sr. Deputado!

O Orador: Esta opinião não pode ser inferior obviamente à opinião desses técnicos.

Eu só reconheço uma vantagem neste plano.

Há bocadinho o Deputado Artur Lima já fez referência a isso e volto a frisar esse aspecto. Este plano teve o mérito de, uma vez por todas, começarmos a discutir a sério o turismo nesta casa e serve para perceber que o turismo nos Açores é um caso sério e merece ser encarado com essa seriedade.

Não pode ser despachado, à beira de eleições (custa-me utilizar este termo, mas vou ter que utilizar, Sr. Secretário), com esta leviandade.

O turismo merece um plano que tenha todas as respostas que as diversas intervenções feitas aqui apontaram.

Não é por ser um plano de ordenamento que não as deve conter.

O Sr. Secretário disse há pouco que só agora os dois hotéis da periferia de São Miguel, o da Serra e o da Praia, é que começaram a pouco e pouco a viabilizar-se.

Se calhar o PSD tinha uma visão muito mais à frente do turismo nos Açores. Se calhar nos dias de hoje faz sentido aquele tipo de unidades. Deixo a questão a no ar.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostava de ser claro.

Se os Srs. Deputados do PSD não querem votar a favor do plano, é convosco.

Este plano foi discutido publicamente, foi trabalhado com centenas de pessoas ligadas ao turismo, com as Juntas de Freguesias, com as Câmaras Municipais. Estão aqui incluídos os projectos das Câmaras Municipais em cada sector. Foi trabalhado durante anos.

Condenam-nos porque levámos tempo demais.

Eu disse que este era o terceiro plano, em vias de aprovação, a nível nacional.

Deputado António Marinho (PSD): Mas não quer dizer que seja bom!

O Orador: Em relação a ser bom ou ser mal já disse que a equipa que está aqui tem currículo. Efectivamente tem. Não significa que ela tenha feito um produto bom, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

O Orador: ... mas que tecnicamente está bem feito, está.

Deputado António Marinho (PSD): É um conjunto de bons princípios!

O Orador: Eu disse isso logo no início. Se alguém vem discutir tecnicamente isso, gostava de saber qual é a capacidade técnica que tem para discutir.

Agora se o produto é bom ou mal, estamos aqui para discutir politicamente.

Todas as pessoas que se pronunciaram, nós procuramos tecnicamente colocar as informações que nos deram no plano, umas foram aceites, outras não, porque eram opções globais da Região Autónoma dos Açores.

Não se pode atender a todos os pedidos e opiniões, porque elas têm que ser vistas no seu conjunto.

Volto novamente às centralidades, Sr. Deputado.

Não se pode passar numa Região que até há bem pouco tempo tinha três centralidades, Ponta Delgada, Angra e Horta, para dezenas de centralidades. Não é possível! Seria fazer pouco dessas centralidades. Vai ser difícil implementar as centralidades que estamos aqui a propor. Passam a ser nove.

Só se pode criar centralidades quando uma determinada ilha tem um produto que tem ligações e conexões com outras ilhas.

Quando se quer criar um produto nesta ilha que é só daquela ilha, não há centralidade nos Açores, aquela ilha contracta consigo própria.

Por isso aqui se escolhe produtos em determinadas ilhas que têm conexões com as outras ilhas. Isto chama-se planeamento, Sr. Deputado.

É por isso que a equipa fez esse acórdão, é por isso que isso tem uma determinada lógica.

É claro que poderia colocar montanha igual a baleia, igual à vinha. Tinha que ter 3 centralidades para a Ilha do Pico.

Não significa que a montanha se venha desenvolver mais que a baleia, ou que a vinha se venha desenvolver mais que a baleia, mas a Ilha do Pico tem uma centralidade clara na baleia, que tem ligações com o Faial, São Miguel e com as outras ilhas que estão à volta. Isto é extremamente importante, dar ao Pico uma centralidade que ele não teve ainda.

O Governo Regional procurou dá-la através da criação da *gateway*. Agora cria, de facto, um produto típico, único nos Açores, onde vai investir nessa área. É mais uma centralidade, é uma descentralização do desenvolvimento do turismo. É isso que estamos a propor neste plano.

Quanto ao número de camas, à limitação do número de camas, e uma estratégia de descentralização que está aqui clara e que não pode ser feita de um momento para o outro, não se pode dizer que em São Miguel não cresce o número de camas e só vai crescer nas outras ilhas. Não é possível, não seria viável, nem seria bom para o turismo. Isto é um processo que tem que se fazer ao longo do tempo, por isso é que há um planeamento.

É isso que estamos aqui a propor.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Uma das questões que lhe coloquei e que visava exactamente esse vosso modelo de desenvolvimento era a seguinte:

Na desconcentração espacial dos fluxos turísticos os senhores sobem 1 ponto. O senhor ainda não se referiu a isso.

Como é que articula isso com toda essa teoria que tem vindo aqui a desenvolver (gráfico pág. 17)?

É isso que é preciso saber.

Como é que o senhor, com este aumento do número de camas nas ilhas, de 100%, de 200%, de 400%, de 500% e por aí fora, na desconcentração espacial dos fluxos turísticos, quer crescer um pontinho?

Como é que bate uma coisa com a outra?

Aí não consigo perceber e também quanto ao reforço das ligações aéreas.

Tenho que dizer isto com alguma elegância, mas tenho que o dizer.

Julguei que a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz tinha lido isto e tinha percebido alguma coisa do que aqui está. Pelos vistos a Sra. Deputada não leu e não percebe nada do que aqui está. Esta é a maneira mais elegante que encontro para lhe dizer isto. Apetecia-me dizer de outra maneira, mas devido ao respeito que tenho por si não vou dizer.

De acessibilidades fala-se logo na página 17.

A senhora diz que isto é um Plano de Ordenamento e, como tal, não tem nada a ver com acessibilidades e com transportes aéreos.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Não compete definir as estratégias de acessibilidades!

O Orador: A senhora não leu isto, não sabe o que aqui está. Se for à página 41, a medida 2.3 diz: “apoio à criação, melhoria de infra-estruturas de transportes com valia no domínio do turismo de recreio, bem como à melhoria da flexibilização das acessibilidades internas e externas”. Ou seja, as acessibilidades estão neste plano, estão aqui, são fundamentais para este Plano e a senhora não sabia que elas constavam do mesmo. Manifestou aqui o seu total desconhecimento. Lamenta-se, Sra. Deputada, porque esta oposição, quando faz críticas, fá-las fundamentadas e estão fundamentadas no documento que a senhora fez e que tinha a obrigação do saber de trás para a frente e da frente para trás, o que não aconteceu. Lamenta-se profundamente.

Depois levanta-se demagógicamente, com a arrogância da maioria, para vir aqui passar atestados aos outros.

Sra. Deputada, o atestado é devolvido à procedência. Assine-o como quiser e peça aos seus colegas que o rubriquem também que é para emoldurar na sua parede daqui para o futuro devido à enormidade que acabou de dizer aqui há pouco.

Se é a senhora que vem defender isto pela parte do Governo, é melhor que eles arranjem um advogado de defesa, porque senão, não chegam lá.

Sr. Secretário, ainda antes disso, fico muito satisfeito da centralidade deste debate do POTRAA estar centrada no Pico e na Terceira. Pelos vistos os Srs. Deputados das outras ilhas concordam todos com isto. Todos gostam deste plano.

Devo aqui fazer justiça aos conselhos de ilha que manifestaram as suas opiniões e aos habitantes dessas ilhas que não vêm nos seus deputados a defesa dos seus interesses nesta casa. É o que se está aqui a verificar e é triste. É triste verificar que os Deputados das

diversas ilhas não intervierem a defender a sua ilha e os seus interesses para o qual foram eleitos, porque se esses Srs. Deputados são responsáveis, querem os louros e querem as rosas, também hão-de querer espinhos. A coisa tem que ser avaliada nos dois sentidos e nas duas perspectivas.

Sr. Secretário da Economia, permita-me com toda a serenidade dizer-lhe o seguinte:

Já disse que este Plano tem o mérito de, pela primeira vez, trazer uma discussão séria, objectiva, sobre o turismo nos Açores, que é um sector fundamental para nós, mas Sr. Secretário eu não vejo necessidade de haver precipitações nessa matéria.

Devo dizer, com a toda a sinceridade, que sobretudo nesta altura e partindo até de uma premissa da centralidade que os senhores aqui têm, partindo da premissa que até os senhores irão ganhar as eleições em Outubro, eu não vejo mal nenhum (não sei se premissa é errada ou é certa) em que o Governo tenha a humildade democrática de retirar este diploma e permitir uma discussão mais aprofundada com os conselhos de ilha, para termos então um diploma bom, estruturante, que os açorianos, de Santa Maria ao Corvo, se possam orgulhar.

Sr. Secretário, a humildade é uma qualidade, não é uma fraqueza.

Ficava bem ao Governo ter essa humildade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto não respondi à pergunta.

Aparece um crescimento na desconcentração espacial dos fluxos turísticos intra-regional, mais um valor em 2015.

É preciso perceber que os fluxos turísticos que vêm para os Açores não são gerados internamente. São gerados no exterior.

Temos cinco *gateways*.

Queremos crescer! Mas é preciso perceber que nas cinco ilhas que já têm *gateways*, o turismo deve vir do exterior (é esse o objectivo!), mas internamente também se deve crescer. É o que está aqui dito. Não vejo que esteja incorrecto o que aqui está.

A desconcentração espacial dos fluxos turísticos intra-ilhas, mais abaixo volta a crescer duas casinhas, a outra cresce mais uma. Penso que tem que crescer, mas é preciso perceber que os fluxos turísticos se vêm para os Açores, vêm do exterior, não vêm do intra-ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Secretário, isso é um crescimento para 10 anos!

O Orador: É evidente, mas com a experiência e o crescimento que temos, no intra-ilhas, ele vai crescer, mas não vai crescer de um momento para o outro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

* **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, antes de intervir, posso pedir ao Sr. Presidente o favor de divulgar o nome dos Srs. Deputados que estavam inscritos antes do Sr. Deputado Artur Lima usar da palavra?

Presidente: Estavam inscritos os Srs. Deputados Jaime Jorge, Ana Isabel Moniz, Cláudio Lopes, António Ventura, Carla Bretão, Artur Lima.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não me fiz entender. Quando o Sr. Deputado Artur Lima usou da palavra, já havia deputados inscritos a aguardar pela sua vez.

Presidente: Claro, Sr. Deputado. Já estavam inscritos os Srs. Deputados Costa Pereira, Mark Marques, José Rego, António Marinho.

* **Deputado Costa Pereira (PSD):** Então posso concluir, Sr. Presidente, que as palavras que o Sr. Deputado Artur Lima aqui disse não se aplicam a esses Srs. Deputados.

Presidente: Obviamente que não, nem a mim que estou noutra função.

* **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto para clarificar que haviam deputados de outras ilhas inscritos para usar da palavra e que ainda não tinham tido oportunidade, por uma questão de ordem de inscrição.

Presidente: Foi um lapso, Sr. Deputado.

* **Deputado Costa Pereira (PSD):** Muito obrigado. Somos sempre bem-vindos!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para além daquilo que já foi aqui genericamente dito acerca do POTRAA e relativamente à realidade da Ilha do Faial, o Conselho de Ilha já tornou público a sua posição.

A verdade é que dessa posição que é genericamente concordante com os objectivos e os aspectos positivos que um documento desta natureza implica, também esse Conselho de Ilha apresentou, por escrito, um conjunto de reservas, a maior parte das quais não foram tidas em conta.

Para não correr o risco de resumir apenas à questão da Ilha do Faial esta minha intervenção e para não ser apelidado de uma visão paroquiana ou paroquial, por muito respeito que tenho pelas paróquias, gostava sobretudo de fazer uma reflexão sobre um aspecto que me parece preocupante neste documento, que é a completa decepção que ele representa e o absoluto vazio acerca das ilhas que constituem o triângulo no seu conjunto.

Nesse aspecto o POTRAA sobrevaloriza este sub-destino de base territorial que é o triângulo.

Desvaloriza e não o considera sobretudo numa altura em que a verdade exige que se reconheça que há condições especialíssimas que favorecem a emergência de produtos turísticos com base no triângulo.

Temos, no triângulo, duas *gateways*. Temos possibilidades de interface, das melhores nos Açores, com o transporte marítimo.

Tudo isso bem aproveitado e bem planeado permite maximizar a capacidade de acolhimento turístico nestas três ilhas e de assim dar origem e constituir um produto altamente competitivo e importante pela relação qualidade/preço, no conjunto dos Açores.

Infelizmente acerca deste sub-destino de base territorial que é o triângulo, o POTRAA é uma absoluta desilusão e é um absoluto vazio, quando, no nosso entendimento, o triângulo é uma das realidades e das potencialidades que tem maior capacidade de crescimento nos Açores.

O POTRAA pela omissão que faz, assumida em relação ao triângulo, é, no nosso entendimento, o retrato fiel do Governo e daquilo que o Governo tem dito e tem feito acerca do triângulo.

Nada! Um absoluto zero!

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Concluo dizendo, com tristeza, que o POTRAA é o epitáfio escrito por este Governo do desenvolvimento harmónico dos Açores na área do turismo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia** (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nenhum Governo fez tanto pelo triângulo como este Governo.

A *gateway* do Pico foi criada por este Governo. Ajuda ou não o triângulo?

O investimento que vamos iniciar brevemente no porto da Horta, com a remodelação de toda a frente marítima, é ou não importante para afirmação do triângulo?

O investimento que vamos fazer na ampliação do aeroporto de São Jorge, é ou não importante para o triângulo?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já estão cá há 12 anos, Sr. Secretário!

O Orador: O que é o Sr. Deputado acha que estamos aqui a fazer?

Não estamos a trabalhar para o triângulo?

Não estamos a trabalhar para a descentralização na Região Autónoma dos Açores?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já se passaram 12 anos, Sr. Secretário!

O Orador: Quer votar contra, Sr. Deputado?

Vote! Não por falsidades.

Este Governo tem feito pela descentralização.

Os Srs. Deputados do PSD falam tanto nos transportes aéreos, mas ouvi o vosso mentor, que era o Presidente do Gabinete de estudos, a falar na concentração do transporte aéreo em São Miguel. É esse o vosso modelo para os Açores. Isto é a defesa do triângulo.

O Sr. Professor Mário Fortuna foi há bem pouco tempo Presidente do Gabinete de Estudos do PSD. Nessa altura ele disse isso, Sr. Deputado.

Os vossos mentores são estes!

Vem um senhor do PSD dizer que, o Governo Regional, que fez o investimento que fez no aeroporto do Pico, que está a fazer um investimento no aeroporto de São Jorge, que está a fazer marinas no triângulo, que está a fazer um grande investimento no porto da Horta, está a desprezar o triângulo!

Cego é quem não quer ver!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

* **Deputado Mark Marques (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Artur Lima, com essa pressa de estar sempre na linha da frente, de vez enquanto consegue isso. Acontece aos melhores!

Sra. Deputada Ana Moniz, uma coisinha em São Jorge, para si, não sei o que é, mas acho que foi um pouco infeliz quando chamou as intervenções feitas antes da minha, a minha e as que virão, de coisas paroquianas. Não é bem assim!

Foi um lapso! Sei que não é assim. Também não o disse de propósito. Sei que já se arrependeu para aí 10 vezes.

O Sr. Secretário há pouco disse acerca dos pareceres dos conselhos de ilha, que uns já não são à partida e trazem os assuntos assim de “lana caprina”.

Sr. Secretário, o senhor sabe que é assim.

Eu não sou porta-voz nem sou Presidente do Conselho de Ilha de São Jorge, mas participei nesta reunião.

Os Deputados do Partido Socialista de São Jorge, que não estão neste momento na sala, também no dia não estavam lá, por isso, com certeza não participaram nele.

Sr. Secretário, o parecer é negativo não porque a ilha é PSD. Isso é uma fobia que os senhores têm.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Vai deixar de ser!

O Orador: O senhor revela a importância que está a dar a este documento.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu li isto e não achei tanta contradição!

O Orador: O senhor não leu isto. O senhor não leu este documento!

Quando o Conselho de Ilha refere aqui que o produto estratégico, neste vosso plano, deve ser o queijo, acho que é um pouco ridículo. Quando o Conselho de Ilha diz que deve ser as fajãs, o queijo de São Jorge come-se em qualquer sítio e exporta-se em contentores de frio. As fajãs não! Felizmente! É preciso ir lá.

Quando fala que criaram a *gateway* do Pico, é verdade.

Mas não criaram, por exemplo, para nós, de São Jorge, de lá até agora, uma ligação diária com, por exemplo, Velas/São Roque para que pudéssemos usar essa *gateway*.

O senhor vai dizer que vão criar novos barcos.

Já passaram 12 anos e nada!

O Sr. Deputado José Gaspar vai dizer que tivemos 20 anos e não fizemos!

Vamos sair desse círculo, porque assim não chegamos lá.

O que quero dizer com isto é que o parecer do Conselho de Ilha de São Jorge não é, por norma, contra, por ser contra. Está fundamentado e tem 6 páginas.

O Sr. Deputado Artur Lima tem razão quando diz que os Deputados da outra bancada (sei que ele se referia era aos Deputados do Partido Socialista), não dão o seu contributo nem trazem aqui as preocupações dos jorgenses, falando no caso concreto de São Jorge, e que a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz pensa que é uma coisa paroquiana.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: De facto, os Açores são feitos de várias paróquias e todas essas paróquias é que fazem a bela Região que somos. Graças às 11 paróquias de São Jorge, somos uma linda ilha.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

* **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte dos partidos da oposição tem havido alguma preocupação pela participação dos Deputados do PS nessa discussão ou não, mas isto não quer dizer que esta discussão não tenha sido feita a nível do Grupo Parlamentar.

Devo dizer ao Parlamento que este documento foi analisado pelos Deputados do Partido Socialista em Comissão e no Grupo Parlamentar e foi definida uma estratégia de debate. A definição dessa estratégia compete aos Deputados do Partido Socialista e não às bancadas da oposição.

Foi nosso porta-voz até agora a Dra. Ana Isabel. Eu, com responsabilidades na Presidência da Comissão de Economia, também tenho alguma coisa a dizer e é sobre isso que vou falar.

Qualquer parecer do Conselho de Ilha foi analisado com todo o cuidado, por mim e pelo Sr. Secretário, em reunião própria, quando devia fazê-lo, e na Comissão de Economia foram colocadas todas as questões e o Partido Socialista, na Comissão de Economia, face aos pareceres dos conselhos de ilha, entendeu apresentar algumas propostas de alteração e são essas que traz aqui hoje para serem aprovadas.

Elas já foram rebatidas ou não pelos partidos da oposição, mas dos pareceres dos Conselhos de Ilha entendemos que eram pertinentes algumas questões e essas questões o Partido Socialista propôs e estão ali para serem colocadas.

Relativamente a este plano, há duas ou três questões que gostaria de referir.

O Sr. Deputado António Marinho fala nos pressupostos. Eu coloco ao PSD e ao CDS/PP a discussão no centro onde ela deve estar: este plano satisfaz ou não os açorianos relativamente ao futuro, relativamente aos cenários que foram traçados?

Antes de tudo, eu quero saber da parte do PSD e do CDS/PP, dos cenários traçados, qual o cenário que os vossos partidos apostaram?

Da parte deste Governo e desta bancada, sabemos que queremos continuar a crescer no turismo de uma forma moderada.

No Governo houve quem não entendesse que se continuasse a crescer de uma forma moderada.

Deputado António Marinho (PSD): É o contrário

O Orador: No caso do Ambiente, achava que se havia traçar questões e que o crescimento deveria ser estagnado.

Deputado António Marinho (PSD): É o contrário

O Orador: Quero saber aqui, da parte do PSD e do PP, dos três cenários traçados, qual é a vossa aposta?

A partir dessa aposta traçada vamos caminhar para outras questões, como o número de camas por ilha.

Julgo que das várias coisas que aqui foram ditas, não há objectivos, não há acções, não há uma série de coisas. Eu julgo que o plano traça um conjunto de linhas estratégicas para os Açores, partindo de um cenário. É aqui que ponho a questão: queria saber da parte do PSD e do PP se querem crescer de uma forma exponencial nos Açores ou se querem preservar o nosso ambiente?

Essa questão é importante para os Açores.

É neste centro que nos devemos centrar.

Julgo que se está a discutir alguns crescimentos pontuais em algumas ilhas ou maiores noutras. Há ilhas que até tenho preocupação, porque gostaria de as preservar mais, quando há crescimentos de 300 ou de 200%.

O que vejo é uma discussão do número de camas quando se duplica uma oferta. Fazem-se às vezes contas, como o Sr. Deputado do PP, a dizer que são Miguel vai crescer, que o incremento de São Miguel vai ser mais 50. Faça as contas em mais 37, que é um valor significativo.

Pergunto ao Sr. Deputado do PP se quer destruir alguns hotéis que já existem em algumas ilhas para que as centralidades se alterem?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não seja demagogo, Sr. Deputado!

O Orador: Não sou demagogo!

O Sr. Deputado do Pico disse que o Governo atrasou este Plano para poder construir em algumas ilhas. É grave a acusação que veio do Pico.

Eu quero saber quais foram as forças vivas do Pico que fizeram com que crescesse o número de camas naquela ilha, durante os anos em que este plano esteve a ser executado?

Relativamente ao tempo que levou a fazer-se o plano, julgo que foi o tempo necessário.

Eu estive numa autarquia (o Sr. Presidente dessa autarquia está na mesa) em que se levou mais de 20 anos para construir o PDM.

Portanto, este plano levou o tempo que foi necessário. Está aqui mas não foi feito à pressa, nem de forma despachada. Levou o tempo necessário para amadurecer e para hoje ser aqui aprovado.

Relativamente a espaços de vocação turística, quando se fala que nalgumas ilhas haveria espaços que poderiam aparecer e outros não, alguns Deputados nas suas ilhas devem ter visto e devem ter conhecimento dos seus PDM's.

No caso de São Miguel, ainda há dias na Comissão de Economia falava-se no PDM da Ribeira Grande. Há vários espaços de vocação específica, definidos naquele PDM.

Portanto, não quer dizer que aqui teriam que aparecer todos os espaços de vocação específica turística para o próximo futuro.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Jorge.

* **Deputado Jaime Jorge (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para terminar e muito rapidamente, Sr. Secretário, gostaria, antes de dirigir uma questão ao senhor, de dirigir uma à Deputada Ana Isabel Moniz.

A Sra. Deputada há pouco mostrava-se muito indignada, porque não reparávamos no elemento essencial, que era a distribuição e o crescimento do número de camas por ilhas numa projecção até 2015, que constava deste plano.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Então para que é que serve o Plano?

O Orador: Gostaria de dizer, Sra. Deputada, que para nós o número de camas não é assim um elemento tão importante quanto isso.

Se não tratarmos, como disse o meu colega António Marinho, dos pressupostos anteriores, se não criarmos condições para o desenvolvimento do turismo, pode não ser necessárias mais camas.

O que temos que tratar é das condições de crescimento para que em 2015 haja condições para haver esse número de camas.

Focar a atenção no número de camas, no crescimento da oferta hoteleira, julgo que a preocupação começa do telhado para a base.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O senhor leia tudo!

O Orador: Em síntese, Sr. Secretário, e para terminar, o que queria deixar aqui bem vincada era esta preocupação:

Achamos que o triângulo – faço referência aqui ao triângulo, de propósito, para contrariar a discussão ilha a ilha que este plano introduz – merecia deste plano outra atenção, outro tipo de reposta e outra preocupação de acordo com aquilo que são neste momento as ambições das pessoas e dos agentes económicos que fazem a sua vida, que aqui exercem a sua profissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

* **Deputado Costa Pereira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional sobre o POTRAA, no que se refere ao triângulo, não disse nada. Portanto, significa que concorda que o POTRAA, acerca do triângulo, é um zero!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Para além disso, fiz um conjunto de referências acerca do triângulo e estava a falar naturalmente no contexto da promoção turística...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Isto não é um plano operacional de *marketing!*

Isto é um plano de ordenamento!

O Orador: ... e do lugar do triângulo na política de desenvolvimento de turismo.

O senhor, para me responder, falou de obras.

Para percebermos qual é, no entendimento do Governo, o lugar, o papel e a importância do triângulo, nada melhor do que ler o que está escrito. Vou ler aqui um excerto de uma entrevista dada pela Sra. Directora Regional do Turismo, ao Jornal Tribuna das Ilhas, no dia 11 de Fevereiro de 2005.

O jornalista perguntou à Sra. Directora Regional do Turismo (penso que conhece e sabe o que é que ela pensa sobre o triângulo):

“- Relativamente ao triângulo não acha que este grupo de ilhas tem capacidade para se tornar um aliciente destino turístico?”

Resposta da Sra. Directora Regional:

“- Claro. O triângulo tem um grande potencial de crescimento. Entretanto peço desculpa de não poder desenvolver este ponto que considero importante, porque senão acabo por perder o avião da tarde”.

O que este Governo pensa sobre o triângulo, na área do turismo, é a melhor altura para apanhar o avião para sair do Faial.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Deputado, isso é demagogia!

Deputado Mark Marques (PSD): Não é demagogia! Está publicado no Jornal!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

* **Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de saber o que é que o PSD fez no triângulo. Zero!

Quando eu entrei havia 400 mil dormidas, Sr. Deputado.

O Hotel Caravelas era do Governo e estava falido. Era isso que o Sr. Deputado tinha.

O senhor tinha hotéis públicos e falidos! Foi isso que o PSD deixou de herança, em termos de turismo, desde Santa Maria até às Flores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já passaram 12 anos!

O Orador: Em Santa Maria temos um hotel de bandeira que pagámos 50 mil contos para os custos de exploração.

Nas Flores tínhamos a SITURFLOR onde se gastou 2 milhões de euros para nada.

Sr. Deputado, é essa a vossa herança!

No triângulo foi zero!

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor o que é que está a dizer?

O Orador: O senhor não tem moralidade de falar do turismo, nem do triângulo.

O Hotel Caravelas estava falido.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Quando o PS chegou ao Governo descobriu o Pico, o Faial e São Jorge!

O Orador: Ouça, Sr. Deputado.

Os empresários do sector ainda se lembram dos tempos negros do PSD a nível do turismo.

Não vale a pena falar muito mais sobre isso.

O Sr. Deputado António Marinho veio dizer que há 8 meses consecutivos o turismo baixa.

Muito bem! Mas em 12 anos triplicámos as dormidas.

Em 20 anos de Governo PSD elas mantiveram-se inconstantes.

Sr. Deputado, temos 77,5 de penetração do mercado nacional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

* **Deputado António Marinho (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

A última intervenção do Sr. Secretário deu bem nota de que quando os argumentos faltam é uma coisa terrível. Recuam 12 anos atrás esquecendo-se que têm um passado de 12 anos do qual são responsáveis.

Ainda bem que relembrou os 8 meses em queda. Os 8 meses em queda não são um qualquer acaso. Os 8 meses em queda significam um determinado movimento com alguma consistência.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Muito bom, Sr. Deputado!

Se subir para o próximo mês, o senhor vai vir dizer!

O Orador: Estamos agora a discutir o POTRAA. O senhor teve oportunidade de dizer alguma coisa antes, mas não disse, mas tenho todo o prazer em discutir consigo isso.

À parte dos lapsos que aqui foram cometidos, à parte das coisinhas, à parte das desconsiderações e omissões de costume, relativamente à apreciação que fazemos deste plano, acho que ficou aqui perfeitamente claro, quer na intervenção que eu próprio fiz ontem, quer na intervenção dos meus colegas, designadamente às questões de cada ilha e não só, são também as questões regionais.

Discutir as camas? Para discutir as camas primeiro é preciso que haja camas, que haja quem se deite nas camas. Por isso, primeiro é preciso discutir uma estratégia que leve a que haja gente que se deite nas camas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: É preciso discutir os pressupostos!

Se são 15 mil, se são 15.300,...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Esse era o seu tempo!

O Orador: ... se são 19.700, não é isso que joga. É preciso discutir os pressupostos!

Peço desculpa, Sra. Deputada, de lhe dizer que já devia saber isso há muito tempo, atendendo à sua formação. Para se definir um determinado objectivo, primeiro tenho que discutir os pressupostos. Isso é que é importante.

Depois de conhecidos os pressupostos, que não existem, que não têm ou que estão mal traçados e definidos, é que podíamos discutir a razoabilidade das propostas apresentadas.

Como é óbvio, em qualquer estudo, de qualquer natureza, é assim que se passa.

Ficou aqui clara a fragilidade que está associada a este documento. É um documento, conforme ontem tive oportunidade de dizer, recheado de bons princípios, é um bom manual de boas práticas, mas é aplicável a qualquer outra realidade. Não tem alma.

Este documento não tem alma!

Este documento – ontem falei numa minuta, possa falar agora de um modelo que é aplicável a qualquer outra realidade – não tem alma, não tem Açores metido lá dentro, não tem a realidade de cada ilha metida lá dentro. É por isso que ele é incapaz! É por isso que ele é insuficiente! É por isso que vale muito pouco, mas não vou dizer os zeros que o Sr. Secretário aproveitou agora para referir.

Isso transporta consigo algo que começa a ser preocupante, os perigos das opções perfeitamente virtuais que estão contempladas neste POTRAA, aquelas tais opções que o Sr. Secretário se referiu em Comissão, como podia ser esta, como podia ser outra qualquer. Não é exactamente assim.

Se há ali determinadas opções, há um condicionamento em termos futuro a determinadas opções que não têm sustentação. Foram postas para ali, como foram postas as 15.200 camas. Não há sustentação para isso. É frágil.

Tudo aquilo é frágil na classificação dessas opções. Isso comporta perigos, porque pode levar a que esta ou aquela ilha se veja condicionada por um período alargado da evolução daquele sector e daí a preocupação de cada um de nós e o facto de aparecerem estes pareceres dos conselhos de ilha que, quase de uma forma suprapartidária, ou se quiser, pluripartidária, envolvendo pessoas ligadas ao PSD, ao Partido Socialista e provavelmente ao PP ou outros, toda a gente alinhar exactamente na mesma tecla.

Quer isto dizer que não é uma questão partidária que aqui está. Isto quer dizer que as pessoas de cada ilha sentiram que o documento não lhes é favorável, independentemente das tais questões de capelinha ou de paroquianos que falava a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz. Não! Não são questões paroquianas. Não são pequenas coisinhas. São questões que condicionam o desenvolvimento de cada um dos nove passos que constituem os Açores.

Por isso mesmo digo, por ele ser frágil, por ser perigoso nas opções que faz, por não estar a ele associado uma opção clara em termos de acessibilidades, que é fundamental num plano como este, porque as pessoas não vêm para aqui, nem se movimentam dentro do espaço regional a nado. Têm que ter uma forma de se deslocarem de lá para cá, para trazermos os turistas que vêm de fora, que é para as pessoas se deslocarem dentro deste espaço.

Por não existir isto tudo, pela incapacidade de criação de consenso que existiu da parte do Governo, naturalmente que este não é o modelo que mereça a nossa aprovação, não é o nosso modelo.

Por isso mesmo digo vamos dar conta disso na votação. Vamos votar contra, mas fundamentado em tudo isto. Temos razão e temos do nosso lado quem, a nível de cada ilha, sabe bem, em que é que este POTRAA, um documento claramente frágil, pode condicionar o desenvolvimento de cada espaço dentro da Região.

É por isso que votamos contra, porque não alinhamos em algo que pode efectivamente destruir a capacidade de desenvolvimento de cada ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Rego, durante a minha intervenção, estava distraído e não ouviu o que eu disse.

Eu disse, Sr. Deputado José Rego, e basta olhar para o quadro, dividir e fazer a continha, que São Miguel fica com 50% das camas. Isto é tão líquido quanto isso. Apesar do crescimento, a realidade é esta. Se V. Exa. não entende e vem cá com a sua demagogiazinha, o que está aqui escrito, não fui eu que fiz, os senhores é que fizeram. Pelos visto não o leram, mas é o que aqui está.

Sr. Deputado José do Rego, quem é que vem falar em turismo ambiental e da protecção ambiental das ilhas? São os senhores? São?! Com que moralidade?! Quem andou a promover turismo de saco plástico e a subsidiar a 50 euros?! São os senhores que vêm falar disso agora?!

Agora é que estão interessados nisso, porque agora é que viram que era o caminho. Viram que aquele serviu até determinado ponto.

Deputado José Rego (PS): O que é que o senhor quer para os Açores? Quer mais ou quer menos?

O Orador: O senhor não venha cá com o turismo ecológico, porque foi exactamente o contrário daquilo que os senhores andaram a fazer.

Quando os senhores neste plano perspectivam para o futuro o nível económico do turista e a propensão para o consumo aumentam um pontinho.

Portanto, os senhores querem a mesma coisa.

Sra. Deputada Ana Isabel Moniz, a sua credibilidade neste debate já foi demonstrada. Portanto, não vale mais a pena.

Sr. Secretário, quando se faz esta projecção optimista de camas, pergunto-lhe: qual é a taxa de ocupação média na Terceira? Fecham ou não unidades durante o Inverno? Qual é a ocupação das unidades hoteleiras nas Flores?

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): São baixas!

O Orador: O senhor vai crescer quantos por cento nas Flores?

E na Graciosa, Sr. Secretário, qual é a ocupação?

Como é que vai crescer?

Aí é que está a realidade, Sr. Secretário.

Isto não é ser realista. Isto é uma projecção muito optimista, muito cor-de-rosa para o futuro, mas parte de premissas erradas, como eu já lhe disse várias vezes.

Os senhores não venham com a conversa que vão aumentar 300% na Graciosa, que é o que aqui está. Isso não é possível.

Deputada Ana Isabel Moniz (PS): Não há nenhum parecer que diga isso!

O Orador: Eu não tenho os números (naturalmente os senhores têm), mas não tiro o mérito ao Governo de ter dado um grande impulso ao turismo nesta Região. Não tiro esse mérito. Vemos e é “palpável”.

Sr. Secretário, com a mesma seriedade, faça-me a retrospectiva da ocupação média, do crescimento médio das camas, e veja o salto do que havia na Terceira e do que há. Qual foi a ocupação, relacionando uma coisa com a outra?

Aí é que se pode perspectivar para o futuro.

Aqui não é realista.

Eu até gostaria muito que na Graciosa tivéssemos 500 camas e elas tivessem ocupadas e o mesmo para as Flores, que deixássemos as pensões. Mas temos que ser realistas com as acessibilidades internas que temos.

Presidente: Sr. Deputado agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Se chegar um Airbus com 300 pessoas a Ponta Delgada, quero saber como é que as distribuímos pelas Flores, pela Graciosa, etc.

Foi o mesmo problema que o senhor aqui levantou e que concordo com ele. Aí é que reside o problema, Sr. Secretário. Portanto, temos que ser realistas nessa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

*** Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este debate voltou ao sítio certo.

Em relação ao ambiente temos tido uma preocupação muito grande. Não foi por acaso que o ano passado fomos classificados pela National Geographic Magazine, como as segundas melhores ilhas do turismo sustentado. Este galardão é importante, mas ele é importante porque temos tido um desenvolvimento adequado do turismo.

Sr. Deputado, quando falamos no número máximo de camas não estamos a dizer que todas as ilhas vão atingir esse número. Está aqui escrito, Sr. Deputado.

Em 2015 a Ilha de São Miguel não pode ter mais do que 7.605 camas, mais uma margem de 761, com requisitos especiais.

Hoje, a Graciosa não pode atingir mais de 330 camas.

Repare-se que na Graciosa estamos a fazer um hotel com 120 camas. As 80 camas que temos lá, mais as 120, já faz 200.

Isso vai exigir, por parte do Governo Regional, uma atenção muito especial à Graciosa.

Até 2015, na Graciosa só se pode construir mais de 130 camas, mesmo com o turismo em espaço rural.

Portanto, estamos conscientes do que estamos a fazer na Graciosa. Isso exige de nós um grande esforço, de promover a Graciosa, de fazer ligações da Graciosa com a Terceira, com mais facilidade, de renovar a frota da SATA, de criar pacotes turísticos para a Graciosa, de encontrar operadores turísticos que queiram vender a Terceira e a Graciosa.

Durante muito tempo a Terceira não tinha voos directos com o exterior.

O ano passado iniciou-se com o voo da Holanda. Este ano vai manter-se e ainda vamos iniciar um novo voo com a França.

Daqui a três, quatro, cinco anos, até chegar a 2015, estou convencido que a Terceira terá, se calhar, um número de ligações directas com o exterior, não digo quase igual, mas muito parecido já com o que temos em São Miguel. É para isso que temos que caminhar e a Terceira ser um pólo de distribuição para outras ilhas do Grupo Central. É isso que estamos a fazer lentamente.

Fechar no Inverno?

Quase todos os destinos turísticos que conheço, fecham no Inverno: Algarve, Baleares, Canárias... Quase todas as ilhas fecham no Inverno algumas unidades.

Nós também temos algumas que fecham. Paciência! É o normal funcionamento do mercado.

Nós temos o Inverno que temos. Não temos a temperatura que a Madeira tem.

Eu nunca condenei o Plano Director anterior, porque ele dizia que se deve desenvolver em Ponta Delgada, Angra e Horta. Porquê? Porque aí é que havia viabilidade económica. Isso estava demonstrado e durante muito tempo foi assim.

Não queremos esse modelo, mas tivemos que passar por esse modelo para fazer crescer a oferta, para depois poder diversificar a oferta, espalhar a oferta pelos Açores.

É por isso que estamos a ter um novo plano de ordenamento agora e não antes.

É por isso que este Plano é verdadeiramente um plano diversificador da nossa oferta, porque cria mais centralidades nas diversas ilhas. É esse o nosso contributo. É preciso apostar. O sonho é que faz avançar o desenvolvimento.

Há aqui alguma mistura de sonhos, Sr. Deputado. Eu sei que nas Flores ter um crescimento de 184% é difícil, mas não é impossível.

Tivemos que marcar isto como um limite máximo. Não quer dizer que seja atingido, mas tivemos que procurar que as apostas feitas nas Flores, na Graciosa e em São Jorge, sejam válidas, como são no Pico.

As pessoas consideram pouco o crescimento do Pico, mas oxalá que daqui a 2015 ele esteja preenchido.

O que eu não tenho dúvidas nenhuma é que São Miguel vai ser preenchido. Não tenho dúvidas nenhuma!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Aí é que está!

O Orador: Sr. Deputado, eu não tenho dúvidas nenhuma que em São Miguel vai ser preenchido, mas estamos a fazê-lo de uma forma que diminua a centralidade de São Miguel. É isso que estamos a fazer, por isso é que estamos a ordenar o território.

Sr. Deputado, há aqui uma visão estratégica que está coberta. Há aqui pressupostos que foram feitos e que estão correctos. Devo dizer que a equipa que fez isto é uma equipa com experiência. Não é uma equipa banal que copia modelos de um lado para o outro. Põe a alma açoriana e as potencialidades das nove ilhas aqui.

O fruto disto vai ser colhido mais adiante. Daqui a 4, 5 ou 10 anos vamos verificar se este plano foi cumprido ou não.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate, vamos passar para a votação.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional tem uma alteração que vem da Comissão para o seu artigo 2º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Isabel Moniz.

* **Deputada Ana Isabel Moniz (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de alteração que vem da Comissão diz respeito ao artigo 2º. Pretende clarificar o que aqui estava relativamente ao conteúdo do Plano

Assim, propõe-se que no nº 1 se indique que o POTRAA compreenda as normas de execução, o relatório e as plantas síntese publicadas respectivamente nos anexos I, II e III do presente diploma.

No ponto 2 prevê-se que o relatório e as plantas síntese devem estar disponíveis para consulta pública no portal electrónico do Governo Regional dos Açores.

Relativamente a um quadro que se apresenta no relatório sobre o POTRAA, na página 29, também são propostas duas estratégias específicas em termos da oferta produtos e reserva ambiental para as Ilhas do Corvo e da Graciosa, tendo em conta as classificações de reserva da biosfera, que foram atribuídas recentemente pela UNESCO. Os produtos vinha da Ilha do Pico e património edificado da Ilha Terceira passam a constar as classificações mundiais da UNESCO que estão directamente associadas a estes produtos.

Presidente: Explicado o conteúdo da proposta de alteração, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo 2º, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 26 votos a favor do PS, 15 abstenções do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos à votação dos restantes artigos.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados com 26 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 26 votos a favor do PS, 15 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas.

Vamos iniciar o debate da **Proposta De Decreto Legislativo Regional – “Competências da RAA em matéria de emprego e trabalho para a entrada de cidadãos estrangeiros e atribuição do estatuto de residente”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

* **Secretário Regional da Educação e Ciência (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma cuja discussão vamos agora iniciar visa, em resultado da alteração legislativa que aconteceu a nível nacional, repor as competências que a região desde 1979 vem exercendo nesta matéria.

A Lei que regula a entrada e permanência de estrangeiros no país, a Lei 23/2007, atribui às Regiões Autónomas um conjunto de competências em matéria de emissão de vistos de trabalho e autorizações de residência.

Essa é uma matéria que esteve regulada na Região durante muitos anos por um decreto de 1979. Esse decreto foi depois incorporado na própria orgânica da Secretaria da Educação e Ciência, na área do trabalho e qualificação profissional.

O novo enquadramento jurídico, a nível nacional, exige que a Assembleia Legislativa Regional regule a Lei 23/2007 nas matérias que são por aquela lei atribuídas à Região,

nomeadamente a questão da gestão das ofertas de emprego, as questões que têm a ver com o número de visto de trabalho e as questões que têm a ver com as autorizações de residência. É um diploma essencialmente orgânico e que visa estabelecer na região os procedimentos a seguir nesta matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

* **Deputada Mariana Matos (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional define as competências da Região Autónoma dos Açores relativamente à entrada de cidadãos estrangeiros e para atribuição do estatuto de residente em matéria de emprego e trabalho.

O diploma define quais os serviços e órgãos que nos Açores devem assegurar a exequibilidade destas funções. Tal definição é necessária no âmbito do novo enquadramento legislativo, a propósito da Lei 23/2007, de 4 de Julho, que, como sabemos, aprovou o regime jurídico referente à entrada, permanência, saída e afastamento dos estrangeiros no território nacional.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que este diploma é essencial porque ficam definidos os serviços e os órgãos que na Região devem assegurar as competências em questão. Nesse sentido votará favoravelmente.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedro Costa.

* **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para nós esta Proposta de Decreto Legislativo que estabelece competências na Região em matéria de emprego e trabalho para a entrada de cidadãos de estrangeiros merece o apoio do PSD.

Por isso o Grupo Parlamentar do PSD vai votar a favor desta iniciativa legislativa.

Este decreto legislativo vem permitir a criação de um contingente indicativo de oportunidades de emprego, da responsabilidade da Região e por isso é para nós uma inovação importante, porque nos Açores vem clarificar e regulamentar tal capacidade legal.

Esta proposta também é importante, porque a contratação de estrangeiros para trabalhar na nossa Região só será autorizada desde que a oferta de emprego não possa ser satisfeita por trabalhadores desempregados que beneficiem do princípio da preferência.

Assim, para nós acaba a incerteza e as dúvidas do efectivo exercício das atribuições por parte da região nesta matéria.

Também entendemos que assim ficam clarificadas algumas dúvidas daqueles que achavam que os estrangeiros “roubavam” os postos de trabalho aos açorianos.

Como os Açores sempre foram uma Região de emigração e por isso sabe bem acolher aqueles que a procuram (cada vez são mais aqueles que aqui vêm trabalhar), julgo que é uma matéria importante para ser devidamente regulamentada.

Com isto os cerca de 4.500 emigrantes que vivem nos Açores e que contribuem para o desenvolvimento da nossa terra, podem desta forma sentir que aqui não são estrangeiros, mas cidadãos deste mundo, com os seus direitos devidamente assegurados e respeitados entre nós.

Por isso, nessa perspectiva, o Grupo Parlamentar do PSD entende votar a favor desta proposta.

Presidente: Vamos passar para a votação.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Para este diploma não existe nenhuma proposta de alteração.

Vamos votar na especialidade todos os artigos, desde o 1º até ao 7º.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mariana Matos.

Deputada Mariana Matos (PS): Sr. Presidente, a Comissão propõe a eliminação do artigo 6º.

Presidente: Muito obrigado pelo esclarecimento.

Então vamos votar em primeiro lugar a proposta de eliminação para o artigo 6º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de eliminação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar os artigos restantes do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 3: **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Condições de recrutamento e acesso à profissão de profissional de banca de casinos na Região Autónoma dos Açores”.**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Ciência.

* **Secretário Regional da Educação e Ciência** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que vamos agora discutir visa estabelecer na Região Autónoma dos Açores as condições em que é emitida a certificação para o exercício da profissão de banca em casinos.

Esta profissão é regulada pela Lei 8/2006, que estabelece um conjunto de condições para o exercício desta profissão.

Essa lei estabelece também que a entidade que a nível nacional é competente para certificar estes profissionais é o INFTUR, uma entidade que não tem actividade na Região.

O que se pretende com este diploma é estabelecer a capacidade da Região para emitir a certificação necessária para o exercício desta profissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

* **Deputado Pedro Gomes** (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma brevíssima intervenção para dar conta ao plenário da posição do Partido Social Democrata quanto a esta matéria.

A posição do Partido Social Democrata, quanto a esta proposta que estamos tratando, vai no sentido de votar favoravelmente, bem como votar favoravelmente as alterações que na especialidade foram apresentadas na CAPAT, sem que contudo tal voto favorável a esta

iniciativa legislativa faça inverter a posição que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata assumiu nesta câmara, aquando da votação dos Decretos Legislativos Regionais relativos ao regime da concessão do jogo na Região Autónoma dos Açores.

Entendemos esta Proposta de Decreto Legislativo Regional tal como ela está consubstanciada nesta discussão como um objecto meramente instrumental do ponto de vista da certificação dos trabalhadores que vão desempenhar funções na banca dos casinos na Região Autónoma dos Açores.

Nessa medida, esta iniciativa legislativa faz sentido porque há necessidade na Região Autónoma dos Açores de haver uma entidade certificadora, dado que a entidade nacional, o INFTUR, não existe nos Açores.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata deixaria aqui assinalada a circunstância das propostas na especialidade que estão apresentadas visarem clarificar a redacção inicialmente apresentada para o artigo 4º, quanto ao júri de avaliação. Entendemos (e assim me adiantaria já, embora de modo geral, quanto à questão da especialidade, poupando uma segunda intervenção nesta matéria) que a redacção que vem da Comissão clarifica objectivamente a composição destes júris de avaliação, na formulação que está dada, dando amplitude suficiente para que eventualmente no futuro o concessionário do jogo na Região, que é o único concessionário do jogo bancado na Região, possa, através dos mecanismos próprios de direito privado, fazer-se representar nestes júris de avaliação com esta alteração que aqui está apresentada.

Termino dizendo que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votará favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste.

* **Deputado António Toste (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Atendendo à falta de legislação na região para uma nova profissão de um novo investimento, a proposta agora em apreciação visa o desenvolvimento da formação profissional, aliada ao incremento do turismo, neste caso particular, de banca de casino.

Como é do conhecimento de todos, a construção de um casino nos Açores é hoje uma realidade que em breve ficará ao dispor dos Açores, bem como para todos aqueles que nos visitam.

Será certamente mais um pólo atractivo para o desenvolvimento do turismo na Região.

Com mais este empreendimento cria-se também novos postos de trabalho até agora numa área inexistente nos Açores.

Como tal, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votará favoravelmente a Proposta de Decreto 17/2008.

Presidente: Vamos passar para a votação.

Os Srs. Deputados que concordam na generalidade, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Na especialidade temos uma proposta que vem da Comissão e que é subscrita pelo PS, relativamente ao artigo 4º

Está aberto o debate.

Não havendo inscrições, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar os restantes artigos do diploma, incluindo a parte remanescente do artigo 4º, que não foi alterada.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para o ponto seguinte da nossa Agenda da Reunião: **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Estabelece o Sistema de Gestão e Avaliação do Desempenho Regional dos Açores (SIADAPRA)”**.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O novo Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública Regional que trazemos hoje à análise deste hemiciclo insere-se no plano regional para a promoção da qualidade dos serviços públicos, implementado pelo IX Governo Regional dos Açores.

Esta proposta que estabelece legalmente este instrumento é um significativo contributo para a melhoria dos serviços prestados pela nossa Administração, quer ao nível interno, estabelecendo critérios de avaliação por objectivos inovadores nos vários departamentos da Administração Pública Regional, quer ao nível externo, no contacto visível entre os serviços públicos administrativos e os cidadãos.

Pela primeira vez é concebido e implementado nos Açores um sistema de avaliação que integra uma estratégia de gestão pública por objectivos, permitindo, simultaneamente uma avaliação do desempenho da Administração Regional como um todo.

Num primeiro nível, o SIADAPRAA vai permitir a avaliação dos serviços com a fixação de um Quadro de Avaliação e Responsabilização que definirá a missão, os objectivos estratégicos e operacionais, os indicadores de desempenho, e o grau de realização dos resultados obtidos que se irão traduzir numa avaliação final do desempenho anual de cada serviço.

Num segundo nível, o SIADAPRAA estabelece a avaliação dos dirigentes e determina a elaboração de uma Carta de Missão, por parte dos Directores Regionais, onde estão contidos indicadores de medidas, os quais vão permitir descortinar os progressos concretizados.

O terceiro nível previsto neste diploma trata da avaliação dos trabalhadores e resulta de uma articulação ponderada dos resultados obtidos, devidamente quantificados e na concretização dos objectivos individuais ou partilhados, previamente definidos.

As competências individuais, nomeadamente a capacidade técnica, o conhecimento, o exercício das respectivas funções, são também contemplados no terceiro nível do SIADAPRAA.

Este decreto estabelece assim de forma precisa as metas, objectivos e índices de responsabilização dos vários departamentos e serviços que compõem a nossa Administração.

Com este sistema inovador introduz-se nos Açores um novo conceito de avaliação e um maior nível de exigência e rigor nessa avaliação, tendo os resultados obtidos, a partir dos objectivos definidos previamente, uma importância muito significativa na classificação dos trabalhadores e dirigentes.

Este novo conceito de avaliação valoriza o mérito dos nossos trabalhadores, recorrendo para o efeito a indicadores de resultados devidamente quantificados, a objectivos previamente clarificados e definidos, sem qualquer possibilidade de análise subjectiva.

Neste contexto, e apenas a título de exemplo, posso afirmar que será imposto a todos os dirigentes que a sua classificação assente em pelo menos 60% no grau de cumprimento, em termos de resultados, nos objectivos que tenham sido previamente definidos e quantificados para o exercício da sua missão.

Com este sistema de avaliação vamos poder incentivar e premiar os melhores, com base em critérios objectivos, transparentes, rigorosos e exigentes, combatendo o facilitismo, a subjectividade e promovendo a competência.

Aliás, só com uma Administração competente, moderna, motivada e ciente da sua missão é possível continuar a desenvolver os Açores para melhor rumo a um futuro cada vez mais exigente.

Queremos fazer da nossa Administração Pública cada vez mais um sector pautado por recursos humanos mais qualificados e motivados em prol de um bem comum, o de servir de forma eficiente e eficaz.

São as pessoas que constroem a nossa administração e é para ela que trabalhamos.

Não podemos, nos dias de hoje, encarar os profissionais de departamentos e organismos públicos apenas como prestadores de serviço. Não! Eles são, antes de tudo, cidadãos que devem e serão reconhecidos e valorizados pelo seu desempenho e mérito no exercício das suas funções. São o rosto da mudança e parte integrante da sociedade.

É neste espírito que o Governo dos Açores enquadra a Administração Pública Regional ao serviço de todos os açorianos, sempre com o objectivo de fazer mais e melhor numa Região onde os valores humanos nunca são, nem nunca serão esquecidos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de ouvir, pela boca do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores a apresentação neste Parlamento da Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa instituir na Região Autónoma dos Açores o SIADAPRAA, que passa por ser um diploma regional diferente do diploma nacional relativo à avaliação de desempenho do funcionalismo público.

Eu disse, conscientemente, que *passa por se*, porque, na verdade, esta iniciativa legislativa, apesar da sua extensão, não deixa de ser a “irmã siamesa” do regime de avaliação dos funcionários públicos em vigor na República, aliás, aprovado pelo Partido Socialista.

Convém dizer que o Governo acaba por assumir isto mesmo no preâmbulo quando diz, e cito: “Neste novo diploma são fixados, tal como acontece na legislação nacional, os princípios e objectivos que presidem ao Sistema Integrado da Avaliação do Desempenho, os direitos, deveres e garantias dos intervenientes no processo avaliativo, as fases de procedimento, os prazos de reclamação e recurso, a gestão e acompanhamento do sistema”.

O Governo Regional ao apresentar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, podendo ter inovado nesta matéria, não o quis fazer. Não o quis fazer consciente e assumidamente, circunstância que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não deixa de assinalar aqui neste debate.

Queria aqui lembrar o que dizia o Partido Socialista a nível nacional a propósito deste sistema de avaliação dos funcionários públicos. Vou citar o Diário das Sessões, em 2004:

“Como vai ser concretizado o efectivo reconhecimento do mérito dos trabalhadores da Administração Pública com a imposição de quotas que inibem e impossibilitam uma avaliação autêntica?”

O Partido Socialista que na Assembleia da República, na oposição, em 2004, estava contra um regime de quotas na avaliação dos funcionários públicos é, curiosa e ironicamente, o mesmo Partido Socialista que fez aprovar o SIADAP e que aqui nos Açores faz aprovar,

porque a maioria socialista vai aprovar esta iniciativa legislativa, o SIADAPRAA que, afinal, impõe e mantém um regime de quotas na avaliação dos funcionários públicos.

Mas mais estranho ainda é também, e até de modo contraditório, um Governo que para a avaliação dos trabalhadores da Administração Pública, em geral, impõe um regime de quotas, mas que para uma categoria específica de trabalhadores (os professores) acabou por eliminar esse regime de quotas para a sua progressão na carreira. É uma contradição que não deixamos de assinalar aqui, mas não foi a única carreira em que isto aconteceu. Em carreiras especiais, nos corpos especiais da inspecção, também desapareceu este regime de quotas.

Gostaríamos de perguntar, e de obter uma resposta clara do Governo Regional, a razão de ser destes dois pesos e das duas medidas? Há quotas para uns e não há quotas para outros!

É preciso também lembrar que o Partido Social Democrata, a nível nacional, quando foi debatida esta iniciativa legislativa do SIADAP na Assembleia da República, votou contra o diploma.

Do mesmo modo, o Partido Social Democrata, nesta Assembleia Legislativa, coerentemente não partilha desta filosofia de avaliação dos funcionários públicos.

Entendemos que a capacidade legislativa da Região, a capacidade legislativa e as competências legislativas que o Governo Regional pode exercitar neste domínio, podiam e deviam ter sido exercidas num outro sentido que possibilitasse uma avaliação diferente, para melhor, dos funcionários da Administração Pública.

Este SIADAPRAA, afinal, limita a progressão nas carreiras. É também de algum modo um impedimento aos regimes de mobilidade (não interessa agora aqui discutir quais são) em geral, porque nos Açores há um regime de mobilidade diferente do regime nacional.

É também um sistema perverso na avaliação. É preciso dizer que os vícios do SIADAP nacional estão transpostos para este diploma regional.

É preciso lembrar que um processo de avaliação, por exemplo, só para que todos saibam do que se está a falar, começa no último trimestre de cada ano civil e pode prolongar-se por um período de recurso até Abril do ano seguinte (6 meses de avaliação dos funcionários dos vários serviços da administração) e mantém um sistema de quotas para as classificações mais elevadas que, de facto, é impeditivo de uma avaliação de mérito e de um estímulo concreto aos funcionários públicos e a uma boa administração eficaz.

Não percebemos a razão de ser desta opção do Governo Regional.

Uma coisa é certa:

Esta não é a nossa opção em matéria de avaliação dos funcionários. Não é hoje neste Parlamento quando discutimos o “irmão siamês” do SIADAP, como não foi na Assembleia da República na discussão do SIADAP, porque entendemos que, com este regime, não estamos a contribuir para valorizar a administração, para premiar os funcionários e para ter uma Administração Pública eficaz, capaz e posta ao serviço dos cidadãos.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que visa estabelecer o Sistema Integrado de Avaliação para a Administração Regional Autónoma dos Açores, abrangendo todos os funcionários e demais trabalhadores, bem como os dirigentes e ainda os serviços da Administração Regional Autónoma, directa e indirecta.

Com este regime inovador, pretende-se substituir o actual regime jurídico que vigora há mais de 24 anos.

Estas alterações vêm permitir uma avaliação do desempenho que premeia o mérito e promove a excelência no trabalho público, na Administração Regional Autónoma dos Açores.

Num primeiro nível, temos a avaliação dos desempenhos de cada serviço.

Num segundo nível, prevê-se a avaliação dos dirigentes.

E num terceiro nível, a avaliação dos trabalhadores.

Relativamente às dúvidas suscitadas pela intervenção anterior do Sr. Deputado Pedro Gomes, é importante realçar que esta adaptação no SIADAP à Região Autónoma dos Açores não podia fugir ao quadro do diploma nacional que no nº 2 e no nº 6 do artigo 3º diz o seguinte:

“Podem ser aprovados sistemas alternativos ao SIADAP, adaptados às especificidades das administrações regionais, através de Decreto Legislativo Regional.”

Mais abaixo diz uma coisa que o Sr. Deputado Pedro Gomes certamente não leu ou não quis referenciar, que é o facto destas adaptações terem que respeitar o disposto na Lei Nacional relativamente aos princípios, objectivos e subsistemas do SIADAP, questões que foram

referenciados por ele, terem que “respeitar a avaliação no desempenho baseada na confrontação de objectivos” e terem também, por último e aqui é essencial e fundamental, “respeitar a diferenciação de desempenhos o número de mínimo de menções de avaliação e o valor das percentagens máximas previstas na presente lei”, ou seja, terem que respeitar as quotas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos perante uma adaptação à Região do SIADAP.

O que durante muito tempo fez fixar pessoas nesta Região foram efectivamente os quadros de dotação global.

Agora, fixam-se quotas que ainda não sabemos quando serão fixadas, mas por si próprio não é uma coisa que seja negativa, porque pode permitir que se a pessoa tiver uma boa avaliação possa ser promovido em 2 ou 3 anos.

Há carreiras que foram excepcionadas dessas quotas, mas, naturalmente, há sindicatos atentos a isso e haverá sindicatos a pronunciar-se contra essa discriminação que são vítimas os outros funcionários públicos. Portanto, por via sindical, julgo que essa parte ficará acautelada dentro de muito em breve.

Este processo de avaliação dos funcionários, realmente é burocratizado. Implica talvez muitas reuniões, uma infinidade de processos que se podiam ter simplificado. Realmente, prevalece sempre a vontade do superior hierárquico. Prevalece sempre a vontade da Comissão de Avaliação mesmo se o avaliando discordar.

É um diploma positivo e traz naturalmente coisas boas para os serviços, sem ser individualmente para os funcionários. Por exemplo, se a avaliação dos serviço foi bom, esse serviço (é interessante estimular aqui a concorrência entre serviços) recebe mais dinheiro e mais quota para promover os seus funcionários no ano seguinte, o que nos parece positivo e o que leva a que os serviços também procurem a excelência e o bom funcionamento de maneira a que tenham mais recursos, mais dias de férias, mais quota para promover funcionários. Essa parte é positiva.

Também é positivo uma avaliação integral das chefias intermédias e superiores e obviamente dos funcionários.

É aqui que tem residido até hoje um problema: a falta de responsabilização das chefias intermédias que não eram avaliadas e que davam notas como se estivessem a preencher o Totobola. Preenchiam as cruzinhas por ali abaixo.

Essa falta de responsabilização das chefias intermédias foi talvez o que levou a que se chegasse aqui.

Espero que realmente seja exercido sobre essas chefias intermédias um controlo rigoroso para que exerçam o seu dever de classificar com rigor e isenção os seus funcionários, porque se forem classificados os funcionários com rigor e isenção, não temos dúvidas que este sistema vai premiar os melhores, coisa que nunca fez até aqui, porque agora bastava estar na carreira e sentar-se. Mesmo que não fizesse nada era promovido exactamente da mesma maneira que um funcionário que fosse exemplar.

Costumava dizer-se que o funcionário exemplar até nem era aquele que trabalhava. O funcionário público exemplar era aquele que picava o ponto às 9, ao meio-dia, às 14 e às 17 horas. Esse tinha a nota máxima, independentemente daquilo que fazia.

É positivo também que o trabalhador possa recorrer da decisão que foi decidida na nota e os parâmetros de avaliação são individualizados para cada trabalhador. Portanto, pode objectivar-se aqui alguma coisa, de entre – e é isso que eles também estão à espera – uma lista geral que será publicada na Portaria do Governo, portanto, pelo trabalhador, pelo serviço, ou por especialidade de cada um.

Parece-me que este diploma em relação à República é melhor. Adapta quase na íntegra.

Parece-me que é um diploma positivo e espero que funcione e que haja responsabilização hierárquica com rigor e com isenção.

Da nossa parte, este diploma merecerá o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria apenas, nesta segunda intervenção de realçar alguns aspectos que vão de encontro àquilo que o Sr. Deputado Artur Lima disse sobre esta matéria e, particularmente para salientar que acho que um dos grandes méritos deste diploma é que não será possível uma avaliação separada entre os objectivos e a avaliação do serviço em si, dos seus dirigentes e dos seus funcionários. Ou seja, introduz-se um grau de co-responsabilização que não

permitirá que se os dirigentes não atingirem determinados objectivos devidamente quantificados, se os serviços não cumprirem metas devidamente quantificadas, evidentemente os funcionários não podem também ter os mesmos resultados.

Ao introduzirmos para os serviços um Quadro de Avaliação e Responsabilização que define as metas e os objectivos estratégicos, ao introduzirmos uma carta de missão para os dirigentes onde é devidamente quantificado e tem pelo menos 60% da ponderação da avaliação dos dirigentes com base em resultados objectivos quantificados, também não pode haver uma classificação por parte dos funcionários. Introduce-se o princípio da co-responsabilização, da gestão partilhada de objectivos, da quantificação prévia desses objectivos e dessas metas que permite criar não só um reforço de espírito de equipa, mas uma avaliação justa onde um dirigente, como disse o Sr. Deputado Artur Lima, não pode considerar os seus funcionários todos muito bons, se não tiver previamente os serviços atingir, e ele como dirigente, resultados muitos bons, devidamente quantificados.

Acho que era isto que faltava para haver esta cultura de mais rigor, de mais exigência, de mais responsabilização, mas também de maior valorização do mérito.

No que concerne à matéria das quotas, sobre esta matéria tivemos um diálogo bastante objectivo e até tendencialmente consensual com os sindicatos.

É muito importante dizer, e os sindicatos reconhecem, que fomos nesta matéria ao máximo que podíamos ir, do ponto de vista legislativo regional.

Aquilo que fizemos sobre esta matéria é o máximo que podíamos ter feito sob pena de pormos em causa todo este diploma. Acho que o que está feito é muito importante.

Não é, sinceramente, uma matéria, neste âmbito, de discussão política. Penso que é uma matéria onde a solução encontrada foi uma solução que recolheu a larga maioria do apoio dos sindicatos, evidentemente com a introdução de algumas questões de princípio. Mas esses mesmos, que introduziram questões de princípio, compreenderam perfeitamente que não poderíamos ir mais além nesta matéria.

É uma matéria sensível e em relação a isto por aqui me fico.

Presidente: Vamos votar este diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Na especialidade não existem proposta de alteração, por isso poria todos os artigos do diploma à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Na especialidade, os artigos submetidos à votação foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e 15 votos contra do PSD.

Presidente: Passamos a próximo ponto: **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Adapta à Administração Pública dos Açores a Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (Estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remuneração dos trabalhadores que exercem funções públicas)”**.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

* **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que estabelece para a Administração Pública Regional os regimes de vínculos de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, constitui-se como mais um importante passo no processo de melhoria contínua e na qualidade, sempre em prol de uma prestação de serviço público mais exigente, mais qualificada e mais próxima dos açorianos.

Para alcançar esse objectivo o Governo dos Açores tem vindo a desenvolver uma estratégia pró-activa na busca constante das melhores soluções e da construção de novos modelos de funcionamento da Administração Pública Regional, cujos resultados são cada vez mais sentidos por todos os açorianos.

Procuramos soluções que tenham em conta a nossa realidade. Replicamos as boas práticas ensaiadas quer a nível nacional, quer a nível europeu, mas não nos eximimos de responsabilidades, de fazer diferente quando tal signifique melhor.

Assumimos a nossa especificidade e vamos continuar a desenvolver, até ao limite das potencialidades das nossas competências autonómicas, as soluções gestionárias inovadoras que permitem permanentemente modernizar e simplificar a nossa Administração Pública.

O Governo Regional tem plena consciência que o objectivo estratégico da qualidade como contributo instrumental para o desenvolvimento sustentado dos Açores envolve necessariamente a Administração Pública. Isso só se alcança com o esforço, com o empenho e a motivação dos funcionários públicos açorianos. Entendemos como aliados estratégicos neste processo.

Nos Açores encaramos os funcionários públicos como um importante activo, essencial no processo de desenvolvimento da nossa Região.

Nos Açores, os funcionários públicos não são encarados pelo Governo como um problema ou como um encargo, mas sim como uma componente essencial do futuro da nossa Região e um activo imprescindível para vencermos os desafios de modernidade e crescimento.

Aliás, foi precisamente esta sensibilidade que nos permitiu concluir com um consenso alargado um processo de negociação sindical que resultou na aprovação e apoio públicos dos sindicatos representativos de toda a função pública inseridos nas duas centrais sindicais (UGT e CGTP) à reforma da legislação laboral da Administração Pública Regional que se materializa nesta proposta que hoje estamos a debater.

O Governo dos Açores com esta reforma da Administração Regional demonstra e comprova uma vez mais que não temos funcionários públicos em excesso e que a gestão dos recursos humanos tem sido, na Região, feita com rigor, eficácia, eficiência, tornando desnecessário a introdução de medidas mais restritivas que, adoptadas no resto do país, que adaptadas nos Açores iriam penalizar, injusta e desnecessariamente, os nossos funcionários públicos regionais.

Com o novo regime jurídico das carreiras, vínculos e remunerações assegurámos a existência de quadros de pessoal em regime de direito público para todos os trabalhadores que, ao contrário do Continente, mantêm o seu vínculo de nomeação definitiva com a Administração Pública Regional.

Com a definição deste estatuto, garantimos e asseguramos, a todos os funcionários da Administração Pública Regional, a estabilidade de emprego, a manutenção do regime do horário de trabalho, dos regimes de férias, faltas e licenças, e não alargamos as causas de extinção da relação jurídica de emprego.

É, pois, com satisfação e com orgulho que podemos hoje assegurar que os funcionários da Administração Pública Regional irão usufruir de um conjunto de benefícios claramente superiores aos seus colegas do resto do país.

Esta é, sem dúvida, a mais importante medida constante neste diploma, que irá beneficiar a totalidade dos 18.600 funcionários públicos regionais e demonstra que o Governo dos Açores assume claramente uma opção estratégica de manter todos os direitos, benefícios e garantias que os funcionários usufruíam anteriormente.

Permitam-me, aliás, a este respeito salientar que esta discriminação positiva não é inovadora, porque é bom recordar, neste contexto, que o Governo dos Açores sempre garantiu as condições financeiras e administrativas necessárias que têm permitido a promoção na carreira de todos os funcionários regionais, o que tem constituído uma diferença muito relevante relativamente à Administração Central onde esse direito foi fortemente limitado desde 2004.

Neste seguimento e considerando o congelamento das progressões nas carreiras dos trabalhadores da Administração Pública entre 2005 e 2007, imposto por legislação nacional, o Governo dos Açores neste diploma pretende mais uma vez beneficiar os trabalhadores da Administração Regional, com uma medida que atenuar esse efeito, permitindo a contagem desse tempo de serviço congelado para efeitos de reposicionamento e novo escalão de carreiras em que os trabalhadores serão integrados.

É ainda em apelo aos princípios da estabilidade do emprego público na Região, que no mesmo diploma se institui uma norma que permite aos trabalhadores com mais de dois anos de contrato a termo resolutivo a integração nos quadros da Administração Regional, quadros de ilha respectivos, respeitadas as habilitações académicas e profissionais legalmente exigidas e um processo de concurso específico para o efeito.

Foi também com este intuito que, indo ao encontro das propostas dos sindicatos, entendemos que estendemos este processo de regularização aos trabalhadores dos hospitais

da Região que reuniam idênticos requisitos à data de transformação daquelas unidades de saúde em Entidades Públicas Empresariais.

Com esta medida, asseguramos de forma rigorosa que todos os trabalhadores beneficiem em idênticas circunstâncias de prestação de serviço na Administração Pública Regional das mesmas condições de acesso aos quadros de ilha, reforçando a justiça e o equilíbrio da proposta apresentada.

Aliás, foi precisamente com o objectivo de reforçar a transparência e assegurar com rigor e responsabilidade a estabilidade laboral de todos os trabalhadores que correspondem efectivamente a necessidades permanentes da Administração Regional, que propusemos a introdução de uma norma que não torne impeditivo de regularização as interrupções de serviço que não ultrapassem, nos últimos dois anos, 5% da totalidade do tempo de serviço prestado na Administração Regional, bem como a integração dos trabalhadores que exerçam, pelo menos há 4 anos, funções em regime de prestação de serviço.

Com estas medidas asseguramos a integração nos quadros da Administração Regional de 441 funcionários, sem que isso represente um aumento líquido do número de funcionários da Administração Regional, que registou, só nos últimos 3 meses, mais 250 aposentações publicadas no Diário da República.

Mais uma vez se demonstra que não há na Administração Pública Regional funcionários a mais. Aliás, é importante realçar que do total dos funcionários que passarão a integrar, ao abrigo deste Decreto Legislativo Regional, os quadros da Administração Pública, 330 estão afectos ao Serviço Regional de Saúde, ou seja, mais de 75% do total.

Esta realidade demonstra que o reforço dos recursos humanos afectos à melhoria da qualidade de prestação dos cuidados de saúde tem sido a grande prioridade na política regional.

Sabemos que esta é uma proposta e um contributo decisivo para aumentar a motivação de todos os trabalhadores da Administração regional.

É isso que hoje nos une, constituir uma administração mais satisfeita, mais motivada, cada vez mais qualificada e sempre ao dispor do cidadão com serviços de qualidade.

E porque a Administração Regional é feita por pessoas e para as pessoas, quer trabalhem na administração, quer sejam por ela servidas, consideramos que este capital humano é indispensável ao funcionamento harmonioso da nossa sociedade.

É neste espírito que o Governo dos Açores enquadra a Administração Regional ao serviço de todos os açorianos sempre com o objectivo de fazer mais e melhor, não deixando nunca de fazer das nossas potencialidades oportunidades e das singularidades que nos caracterizam vantagens comparativas.

Somos uma Região dispersa por 9 parcelas, onde todos somos necessários e estou certo que todos trabalhamos em conjunto por uma mesma causa: desenvolver os Açores e fazer da nossa Região uma região de futuro e com futuro.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

* **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltamos a apreciar um diploma relativo à função pública cuja paternidade se filia no socialismo que governa os Açores e governa o país.

É preciso começar por dizer, numa apreciação política desta matéria, que esta iniciativa legislativa do Governo Regional surge para minorar os efeitos de uma má legislação nacional aprovada pela maioria socialista na Assembleia da República...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... contra a qual largos sectores da sociedade portuguesa e milhares de trabalhadores se pronunciam contra.

É preciso dizer que a bondade invocada pelo Sr. Vice-Presidente na sua intervenção quanto a esta legislação é uma bondade relativa porque estamos a tentar minorar os efeitos perversos que decorrem de uma legislação do Eng^o José Sócrates, do Governo do PS, que é apoiado quer por esta maioria socialista nos Açores, quer inclusive pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores que, através do GACs, sexta-feira da semana passada, não se cansou de dizer e de anunciar que até achava que o Sr. Engenheiro Sócrates seria um bom Primeiro-Ministro para Portugal e que era preciso voltarmos a reeleger o Eng^o José Sócrates.

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas isso não é abrangido pela lei. Fale da lei!

O Orador: Já vou falar da lei. Estou a falar de política

Esta iniciativa legislativa do Governo Regional dos Açores aparece então para tentar remediar alguns dos males do socialismo.

A Assembleia Legislativa vai exercer competências legislativas aprovando esta proposta, porque a maioria socialista já o pré-anunciou. Sabemos que esta iniciativa legislativa vai ser aprovada, mas o que é verdade é que a iniciativa que o Governo Regional aqui apresenta não simplifica regimes de vinculação e progressão das carreiras. Só para dar dois exemplos, não clarifica um regime nacional que não está orientado para resultados e para objectivos, como também não altera os pressupostos da remuneração e das grelhas remuneratórias dos funcionários. É uma proposta que promete muito, mas realiza muito pouco.

Deputado Francisco Coelho (PS): Quais funcionários?

O Orador: É uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que tem ainda uma outra dificuldade grave e um outro problema complicado.

Ela destina-se objectivamente à Administração Regional Autónoma, isto é, à função pública da Região Autónoma dos Açores, deixando de fora uma parcela importante, significativa de outros funcionários que trabalham nos Açores, vivem nos Açores, prestam o seu trabalho e a sua dedicação aos açorianos e estão excluídos do âmbito desta iniciativa. Os trabalhadores do Estado que estão na polícia, no regime e notariado, nos tribunais, na Universidade dos Açores não estão abrangidos por esta iniciativa legislativa.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Os trabalhadores que estão na Administração Local também não estão abrangidos por esta iniciativa.

São alguns milhares de trabalhadores que não deixam de ser funcionários públicos, que vivem na Região Autónoma dos Açores e que não estão abrangidos por esta iniciativa.

Esta situação não pode deixar de ser colocada, quando fazemos este debate do ponto de vista político, com esta serenidade, com esta tranquilidade, mas também com esta clareza para que toda a gente perceba do que estamos a falar.

Queria lembrar à câmara a seguinte situação, para ilustrar o que acabo do dizer:

Imaginemos a situação de dois funcionários públicos, marido e mulher, um trabalha na Vice-Presidência do Governo, por exemplo, é funcionário público da Administração Regional Autónoma, e o outro trabalha na Câmara Municipal de Ponta Delgada.

O que é verdade é que de manhã, quando saem para o seu emprego...

Deputado Francisco Coelho (PS): Vão no mesmo carro!!!

O Orador: Não! No mesmo carro não! Graças à política do Eng^o Sócrates não têm dinheiro para pagar o combustível do carro. Vão no autocarro ou vão de “Bertinha”.

(Risos da Câmara)

Faz diferença!

Estes dois funcionários públicos vão prestar o seu trabalho para a Administração Pública, mas o que trabalha na Vice-Presidência do Governo está colocado ao abrigo deste regime, mais favorável. O que trabalha para o município não está abrangido por esta lei. Podemos concluir que estamos a criar nos Açores, no mesmo território e para funcionários públicos, um regime de desigualdade que o Partido Social Democrata não quer deixar de assinalar.

Deputado Francisco Coelho (PS): Está a ver! É melhor trabalhar para o Governo do que para a Câmara de Ponta Delgada!

(Risos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Pois é, Sr. Deputado! A diferença entre nós dois é que eu não brinco com coisas sérias.

Deputado Francisco Coelho (PS): Eu depois vou explicar!

O Orador: Os que me estão a ouvir percebem a diferença.

Deputado Francisco Coelho (PS): O problema é que o senhor ainda não percebeu aí coisas essenciais. Aliás, está a surpreender-me!

O Orador: O que é verdade é que esta iniciativa legislativa introduz uma nota de injustiça e de discriminação entre funcionários públicos e isso o Partido Social Democrata não deixa, nem pode deixar de assinalar neste debate.

Por outro lado, não deixamos também de saudar o facto da maioria socialista ter emendado a mão e ter apresentado um conjunto de alterações...

Deputado Francisco Coelho (PS): É trabalho, Sr. Deputado!

O Orador: ... que cobrem um conjunto de trabalhadores que prestam o seu serviço em regime de regularidade, de permanência à Administração Pública, aliás como assinalou o Sr.

Vice-Presidente do Governo, e que não estavam abrangidos pela versão inicial deste diploma.

Dentro da coerência do diploma faz sentido que se tenha alargado o seu âmbito de modo a cobrir as situações de contratos administrativos de provisionamento e tarefeiros ou prestadores de serviços, os designados recibos verdes, dentro da coerência do diploma.

Contudo, há uma questão que não deixamos de assinalar e de questionar o Governo Regional e a maioria socialista.

Há uma diferença na proposta que está apresentada entre o modo temporal necessário para a integração dos contratos administrativos de provimento, para os contratos de prestação de serviços, num caso 2 anos e no outro caso são 4 anos, este para as prestações de serviço.

Gostaríamos de obter um esclarecimento do Governo Regional quanto a este aspecto particular, porque há um tratamento desigual entre realidades que não são em absoluto idênticas, mas que no fundo representa uma continuidade de prestação de serviço ou de trabalho à Administração e representa uma necessidade permanente da Administração.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

* **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar uma iniciativa legislativa que procede a um conjunto de adaptações da Lei 12-A/2007 à Administração Pública da Região Autónoma dos Açores, adaptando-a às características da estrutura organizativa da Administração Regional Autónoma, num rumo distinto daquele que foi seguido a nível nacional, em coerência com o modelo de gestão centralizado nos recursos humanos da Administração, que tem vindo a ser adoptado ao longo dos últimos anos na Região e que tem por base os quadros regionais de ilha e um regime específico de mobilidade.

Este novo regime jurídico de carreiras, vínculos e remunerações assegura a existência de quadros de pessoal em regime de direito público e de nomeação definitiva para todos os actuais funcionários públicos, os quais mantêm esse seu regime de nomeação e esse seu vínculo com a Administração Regional Autónoma numa opção diversa, e que assumimos, daquela que foi assumida pela Lei 12-A/2007.

Fazemo-lo naquilo que é a área de competências e o âmbito de legislação desta Assembleia Legislativa.

Não pode esta Assembleia legislar sobre a Administração Local, conforme o Sr. Deputado Pedro Gomes aqui pretendeu fazer crer e muito menos sobre a Administração Central do Estado.

À Administração Local eventualmente poder-se-á adaptar um regime específico se os municípios deste país assim convencerem a Assembleia da República, a quem compete legislar sobre o Regime Jurídico da Administração Local. É importante que fique esclarecido este ponto.

Devo dizer que foi com estranheza que ouvimos um jurista competente, um especialista em questões de constitucionalidade e de inconstitucionalidades, já várias vezes referenciado nesta casa, como o Deputado Pedro Gomes, cometer uma atoarda deste género à Constituição e ao regime legal em que vivemos e em que esta Assembleia deve legislar.

Neste diploma merecem-nos particular destaque, ainda para além do que foi referenciado que é a manutenção do regime de nomeação definitiva para todos os actuais funcionários públicos, a integração nos quadros regionais de ilha de situações de precariedade de trabalhadores da actual Administração Regional, designadamente os contratos a termo resolutivo, os contratos administrativo de provimento e também, de acordo com as propostas que foram entretanto apresentadas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, situações de prestadores de serviços e ainda aquelas situações de contratos administrativos de provimento que, não preenchendo os períodos anuais referenciados, num e noutro caso, de 2 e de 4 anos, se mantenham em funções nesse tipo de contratação, com a entrada em vigor deste diploma, nos serviços da Administração Regional Autónoma.

Destaque também para mais uma inovação, certamente injusta na perspectiva do PSD e da oposição, que é o facto de se contar o período de tempo dos congelamentos das progressões para efeitos da próxima progressão, englobando e abrangendo também o pessoal docente que à data da entrada em vigor deste diploma se encontra a prestar serviço no sistema educativo regional.

É, pois, com agrado, aplaudindo o facto de discriminarmos positivamente os funcionários da Administração Regional Autónoma, que o Partido Socialista votará com todo o gosto e aplaude a aprovação desta iniciativa legislativa.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efectivamente este diploma e esta adaptação à Região tem origem neste mal fadado diploma nacional.

O CDS/PP saúda a preocupação do Governo Regional em minimizar nos Açores aquilo que é nefasto no Continente, que prejudica os funcionários públicos do Continente, mas nos Açores procura-se que isso não aconteça, desde logo, a nomeação definitiva para os funcionários que a têm e que a vão manter.

Há, sobretudo, aqui uma questão social que valorizamos muito, até em detrimento de pequenos detalhes. A questão social é a estabilidade no emprego para 450 trabalhadores, 450 famílias. Essa medida é, para nós, muito importante e este diploma vem possibilitar. Naturalmente deixa-nos muito satisfeitos.

Possibilita ainda, embora com algum tratamento diferente, mas tem que se tratar de maneira diferente as coisas, uma coisa, e não sendo eu jurista, já pressupõe de alguma maneira uma necessidade permanente do serviço e uma prestação de serviços que obviamente necessita de mais tempo para ser avaliada.

Temos que ser aqui racionais, objectivos e temos que ter aqui alguma credibilidade para fazer as coisas sob pena disto cair aqui numa demagogia sem sentido. É que se é uma prestação de serviços de 6 meses, 7 meses ou 1 ano, naturalmente não sei se fará sentido englobá-la com contrato definitivo na função pública.

Globalmente este diploma é muito positivo para os Açores, é positivo para os funcionários públicos dos Açores.

Naturalmente não posso deixar de referir, embora compreenda o que o Deputado Pedro Gomes disse, e essa é uma realidade que notamos todos os dias, que trabalham lado a lado funcionários da Administração Regional, funcionários da Administração Central e da Administração Local, mas esta realidade verificou-se sempre até agora.

Se formos sérios na nossa análise, vamos ver que durante todo este tempo alguns funcionários da Administração Central tiveram regalias que muitos funcionários da

Administração Regional não tiveram, como por exemplo os subsistemas de saúde. Também, e infelizmente, o Governo de Sócrates acabou com eles, mas isso era outra discussão.

Portanto, havia uma série de regalias, que aqui não tínhamos, mas que convivemos pacificamente todos, durante estes anos.

Parece-me, e o Sr. Vice-Presidente depois há-de explicar melhor, que o Governo Regional não tem competência em matéria de Administração Local e em matéria de Administração Central. Parece-me que, mas não sendo eu jurista nem me querendo arrogar dessa qualidade, respeitando muito as opiniões do meu caro Deputado Pedro Gomes, nessa matéria o diploma tem mais aspectos positivos do que negativos, pese embora essa desigualdade que se pode verificar, mas que infelizmente ou felizmente, é assim que ela acontece e foi assim que ela sempre aconteceu.

Para terminar, dizer que o nosso sentido de voto em relação a este diploma será favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

* **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já percebemos que para a minoria social democrata o prazer nunca é completo. Havemos de lá chegar.

O que é fundamental deixar absolutamente claro é que este diploma que agora estamos a discutir, bem como o diploma que acabámos de aprovar, são diplomas extremamente importantes, são diplomas estruturantes, de uma reforma profunda do serviço público e do trabalho na Administração Pública que, acompanhando o espírito, acompanhando o quadro geral dessa reforma que ocorre a nível nacional, tem também, de forma clara, coerente e até histórica, por parte do Governo do Partido Socialista, diferenças claras, conscientes e assumidas.

Essas diferenças já as conhecíamos e já as tínhamos estabelecido na carreira docente ao nível de uma carreira que continua a ser, na Região Autónoma dos Açores, unicategorial, mas também aqui há, desde logo, a manutenção do vínculo do estatuto jurídico público do funcionalismo para os trabalhadores que neste momento o têm.

Como já foi referido, mas é importante repetir, há um conjunto de recuperação, inclusive ao nível dos direitos e regalias, de tempo de serviço congelado nas respectivas progressões, o

que é extremamente significativo também e mais uma vez atenta a característica de carreira horizontal para a classe docente.

Há também, tratando diferentemente o que é diferente, a integração nos quadros regionais, daqueles submetidos ao contrato individual de trabalho, já previsto na legislação e por tempo indeterminado, que passarão a existir, dos chamados falsos tarefeiros, que têm uma determinada situação jurídica e que ao fim de um determinado período de tempo nessa situação e verificados os requisitos tradicionais e unânimes na doutrina e na jurisprudência sobre este assunto, ao nível da satisfação de necessidades permanentes do serviço, com subordinação a hierarquia de disciplina e horário de serviço, serão abrangidos depois da prova de selecção, constitucionalmente inevitável, mas também aos actuais trabalhadores em contrato administrativo de provimento, que verão, no fim dessa situação, a estabilidade de emprego garantida ao nível da Administração Pública e na nova modalidade de contrato individual de trabalho por tempo indeterminado.

São muitas, e muito importantes, as alterações que o Governo dos Açores e esta maioria introduziram a este diploma.

Fizemo-lo em nome daquilo que acreditamos, em nome da boa qualidade da Administração Pública, da estabilidade dos seus servidores e dos seus trabalhadores, e daquilo que nós entendemos nos Açores que é e que deve ser o funcionamento da democracia e do diálogo.

Não andamos, por falta e à mingua de ideias, atrás dos sindicatos ou das instituições da sociedade civil como se fossemos um cata-vento, mas respeitamos os sindicatos e é por isso que neste processo, conforme foi salientado, conseguiu-se obter a unanimidade e o apoio de todos os sindicatos da Administração Pública. Isto é diálogo, é diálogo do Partido Socialista e do Governo Socialista nos Açores.

“Já não há este respeito!” – Que confusão Sr. Deputado Pedro Gomes! O Sr. Deputado e o seu partido especializaram-se nos últimos 6 meses a atacar o Governo da República, à mingua de argumentos, para atacar o Governo Regional, mas é preciso não levar longe de mais o mimetismo, porque independentemente de terem razão ou não, naquilo há diferença, essas experiências são claras, são visíveis e são assumidas.

Sr. Deputado Pedro Gomes, fiquei desiludido! Essa sua referência às desigualdades e ao problema jurídico, ou sobretudo político, entre a Administração Central e a Administração Regional...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não falei em jurídico!

O Orador: Não falou em jurídico, mas juridicamente sabe, embora nós queiramos a mais vasta competência legislativa, que não podemos naturalmente legislar em matéria de Administração Central de que de nós não depende, nem por nós é paga.

Se o problema é político, parece-me mais grave, Sr. Deputado Pedro Gomes. É porque esse entendimento, pura e simplesmente, nega e rejeita a Autonomia. Não podemos aceitar a Autonomia se não entendermos que ela, no seu desenvolvimento teórico e prático, necessariamente, introduz diferenças e subtilezas.

A Autonomia é exactamente isso!

E é naquilo que temos competência, em forma de discriminação positiva, que temos que tratar. É isso que esta Assembleia, sob proposta do Governo que bem andou nesta matéria, vai fazer, vai fazer o essencial de uma reforma da Administração Pública, mas vai fazê-lo com diálogo produtivo, com estabilidade de emprego, com reconhecimento e recuperação de direitos dos trabalhadores da Administração Pública.

É por isso que dizia há pouco, em aparte: é bom que alguém se lembre de dizer que hoje podemos ter perdido 3 horas a tentar completar, em termos orais (não vi nenhuma proposta de alteração escrita), algumas potencialidades turísticas de cada uma das ilhas, mas o dia de hoje vale, e vale seguramente para os 18.600 trabalhadores da Administração, por aquilo que nós, sob proposta do Governo, ao nível do serviço público da Região, soubemos fazer bem ao nível dos trabalhadores da Administração Pública e da Administração Pública dos Açores, para que daqui a 5 ou 10 anos alguém que veja os Diários desta Assembleia, não fique com a ideia que ninguém percebeu o que é que se estava a passar e que ninguém soube destrinçar o essencial do acessório, o importante do accidental.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

* **Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de, respondendo à solicitação do Sr. Deputado Pedro Gomes, referir claramente que, em termos de estabilidade não se pode tratar um contrato de prestação de serviços da mesma forma como se trata um contrato administrativo de provimento, que se trata um contrato de trabalho a termo resolutivo. Evidentemente pressupõe um nível de estabilidade completamente diferenciado. O que se pretende precisamente com essa diferenciação dos prazos vai precisamente ao encontro dessas necessidades permanentes dos serviços.

Mais importante do que isso, o que eu gostaria aqui de destacar eram duas questões, respondendo directamente ao Sr. Deputado Pedro Gomes:

Não se trata do Governo Regional dos Açores ter maior ou menos sensibilidade em relação à matéria dos funcionários públicos na Região.

O que se trata essencialmente é que nós cumprimos aquilo que sempre disséssemos. A Região não tem funcionários públicos. A Região não tem, com os funcionários públicos, um elemento excessivo de despesa. Para nós os funcionários públicos não são uma componente da despesa, são uma estrutura do investimento. Isso é que é essencial. Por isso mesmo é que encaramos desta forma, e como um elemento fundamental, o processo de modernização e desenvolvimento da nossa Região.

A principal estrutura, a principal questão que aqui se coloca é efectivamente um benefício, uma segurança, uma estabilidade e um conjunto de regalias que abrangem a totalidade dos 18.600 funcionários públicos e que tem a ver com a manutenção, se é um vínculo de nomeação definitiva, na Administração Pública Regional, com todos os benefícios que isso incorpora.

É neste contexto que gostaria de entrar na segunda questão.

Falou habilidosamente que os funcionários da Administração Pública Regional irão ser mais beneficiados que os funcionários da Administração Local e os funcionários da Administração Central.

Evidentemente não colocou, e nem podia colocar aqui, porque os seus conhecimentos jurídicos o impediriam, nessa matéria, de criticar este diploma por a Região não legislar sobre matéria da Administração Local ou da Administração Central. A Região não o pode fazer, evidentemente.

Portanto, só tinha duas soluções: ou os funcionários da Região não eram beneficiados (era uma opção!) ou eram beneficiados.

O que o Sr. Deputado Pedro Gomes tem que claramente aqui dizer é o que é que faria. Pela sua interpretação deduzi que, para que os funcionários da Administração Regional não fossem beneficiados, só havia uma solução, era não ter estes benefícios, não ter esta discriminação positiva. Das suas palavras deduzi que era isso que faria. Se não fosse, a única coisa que tem que fazer é elogiar este diploma que discrimina positivamente, que beneficia os funcionários públicos da Administração Regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos para a votação.

Os Srs. Deputados que na generalidade concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo foi aprovada, na generalidade, com 27 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e registou 11 abstenções do PSD.

Presidente: Passamos para a votação na especialidade.

Nós tínhamos propostas de alteração que vinham da comissão. Pergunto ao Grupo Parlamentar do PS se são substituídas pelas propostas entretanto entradas.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sim.

Portanto, posso ignorar completamente.

Muito obrigado, era este o esclarecimento que queria.

Sendo assim, temos propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista para os artigos 1º, 8º, 10º, 11º e há ainda um aditamento, o artigo 12º-A.

Vamos votar este conjunto de alteração e a proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram aprovadas com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e registou 11 abstenções do PSD.

Presidente: Posto isto, passamos à votação na especialidade do diploma, considerando as alterações aprovadas.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e registou 11 abstenções do PSD.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 voto a favor do CDS/PP e registou 11 abstenções do PSD.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão para redacção final.

Passamos para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regras especiais da contratação pública na Região Autónoma dos Açores”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

* **Secretário Regional da Presidência** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo apresenta a esta Assembleia está intimamente relacionada, na sua génese, com o Decreto-Lei que estabeleceu e aprovou o Código dos contratos públicos.

Os objectivos que esta proposta contém são essencialmente o de definir regras especiais cuja aplicação na Região Autónoma dos Açores se afigura como necessária, útil e em alguns casos até como irremediável, tendo em conta a nossa realidade arquipelágica, nuns casos, e por outro lado também a nossa visão sobre a forma como poderão ser aplicadas essas regras. Há, sobretudo, duas realidades que o Governo procurou acautelar na proposta que apresenta a esta casa e que são, fundamentalmente, as relativas ao modelo do Governo electrónico, com a plataforma electrónica que é referida no decreto e, por outro lado, conforme já referi, a realidade geomorfológica do arquipélago que acabará por condicionar projectos de obras públicas regionais, nomeadamente ao nível da execução de contratos e todas as matérias referidas a este propósito.

Gostava de salientar como aspecto instrumental para apreciação desta Proposta de Decreto o facto do Governo ter pedido pareceres à ICOPA, à AMRAA e à Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. Todas essas entidades pronunciaram-se sobre este diploma, em alguns

casos com soluções que acabaram por, na versão definitiva enviada a esta Casa, ser consagradas e, noutros casos, por não serem acolhidas, não correspondem àquela que é a visão do Governo Regional sobre estas questões.

Ao nível do Decreto Legislativo Regional, ainda em termos de apresentação deste diploma, gostaria de salientar as matérias que constam, nomeadamente do:

- artigo 5º, a constituição de uma plataforma electrónica dedicada à contratação pública da Região;
- artigo 7º, realçando a publicação no Jornal Oficial;
- artigo 8º, com a não aplicação de matérias que constam do Código dos Contratos Públicos, nomeadamente de limitação à apresentação de propostas;
- artigo 16º, relativas à constituição de centrais de compra regionais;
- artigo 20º, uma das matérias em que talvez sobremaneira releve a nossa condição e os efeitos da nossa condição arquipelágica e de algumas das obras que podem ser afectados pelos mesmos;
- artigos 22º e 24º, que se limitam a fazer uma adaptação orgânica;
- artigo 26º, possibilidade de criação de um laboratório de obras públicas;
- artigo 30º, uma solução instrumental tendo em conta salvaguardar a entrada em vigor deste diploma aquando da entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos, com excepção das regras relativas à plataforma electrónica que só entrarão em vigor com a disponibilização da mesma.

Posso também adiantar, obviando já alguma questão que se coloque, que já foram dadas instruções ao departamento competente para preparar esta matéria.

O Governo já está a trabalhar neste assunto tendo em conta proporcionar uma cabal aplicação e uma cabal entrada em vigor deste diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

* **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Brevemente para dar nota de que o Grupo Parlamentar do PSD se associará a um voto favorável a esta iniciativa legislativa que cria como novidade jurídica, sobretudo, no

processo autonómico, este novo conceito resultante da Revisão Constitucional e do processo em curso da Revisão do Estatuto Político-Administrativo.

Pela primeira vez não vamos limitarmo-nos a adaptar um diploma nacional sem, no entanto, fazer na totalidade um regime novo, único e exclusivo, para, em matéria de contratação pública, vigorar na Região Autónoma dos Açores.

O que fazemos, e notei esta novidade na concepção deste diploma, é manter para a Região o Código da Contratação Público previsto para o plano nacional, mas introduzindo na Região um regime de regras especiais (a nosso ver, bem) que observem a realidade geográfica, económica e administrativa da Autonomia, sem pôr em causa na matéria em que é aplicável o Código de Contratação Público Nacional em vigor, que é aliás, para além da modernização do direito administrativo nacional em matéria de contratos administrativos, a aplicação de muitas directivas comunitárias no processo da contratação pública que a União Europeia tem vindo a indicar aos Estados-Membros.

Por isso, parece-nos que há aqui um passo equilibrado entre um exercício de competência própria e a compreensão da dimensão nacional do Código de Contratação Pública que se aplica ao todo nacional, mas sem abdicar destas regras especiais que observem, desde logo, a própria realidade contratual da Região Autónoma dos Açores, sobretudo no que diz respeito a grandes empreitadas, porque na Região não é fácil encontrar, como num grande território do centro da União Europeia, tantas empresas de estaleiro montado que possam depois servir para circular rotativamente, sobretudo no ajuste directo, entre várias outras empresas disponíveis para eventual contratação.

Concordando com este diploma, com esta postura legislativa e normativa que assumimos, proposta do Governo neste caso, mas assumida pelo Parlamento, quero dar nota de que importa talvez (e isso pode valer para redacção final) corrigir ou adaptar aqui parte do preâmbulo que fundamenta esta iniciativa legislativa.

Faz, a nosso ver sem propósito, a invocação de um limite positivo que era típico do interesse específico, anterior à Revisão Constitucional de 2004, e ainda de acordo com o Estatuto, que esperamos que possa brevemente estar revogado nessa componente, admitindo por isso que possamos acertar aqui o preâmbulo de acordo com esta opção legislativa, a criação de regras especiais que está para além da mera adaptação do Código da Contratação Pública, mas que se funda sobretudo numa competência própria da Região e não num limite positivo, porque

estamos afinal no âmbito da competência legislativa concorrencial e não no âmbito de um limite positivo para a iniciativa normativa e legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Por outro lado também, e ainda no âmbito do preâmbulo, importa aqui num dos parágrafos talvez acertar que a criação dos regimes totalmente dispare a vigorarem em território nacional não podem ser consequências, mas trazem efectivamente consequências se não houver esta adaptação que aqui se propõe.

Feito este reparo sublinho por isso, neste contexto, a satisfação por esta nova postura legislativa e por isso vamos associarmo-nos favoravelmente à votação desta Proposta de Decreto Legislativo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

* **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estou muito habituado a este clima nestas matérias, mas tanto consenso e concordância é sempre positivo!

Já quase tudo foi dito na exposição que o Sr. Secretário Regional da Presidência fez. Todavia, gostaria de salientar aquilo que o Código de Contrato Público prevê, em termos de grandes novidades, face àquilo que são as transposições de directivas comunitárias, como por exemplo, o procedimento do diálogo concorrencial, os leilões electrónicos, os acordos quadro, as centrais de compras e os sistemas de aquisição dinâmicos. São aspectos que têm muita importância nesta importante reforma.

Como disse o Sr. Deputado Bolieiro, passamos a ter o Decreto-Lei 18/2008, que entrará em vigor no país, mas que, na sua execução na Região, terá regras especiais da contratação pública.

Estas matérias estão de acordo com aquilo que foi solicitado pelo Governo e da urgência que foi solicitada face àquilo que já foi aqui dito da entrada em vigor do Decreto-Lei no dia 30 de Julho, e a Comissão assim procedeu.

Não existem proposta de alteração.

Quando à sugestão do Presidente da Comissão, o PS está aberto a colaborar nessa alteração em termos de preâmbulo, embora me pareça que talvez tirando aqui a questão do limite

positivo fica a previsão dessa matéria no artigo 8º, mas isso é uma questão que podemos ver e que o PS está aberto a tratar do assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos para a votação.

Os Srs. Deputados que na generalidade concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos para a votação na especialidade.

Não havendo propostas de alteração, vamos votar conjuntamente os artigos constantes nesta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Os artigos postos à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo de 5 minutos para acertarmos a nossa Agenda da Reunião.

Até já.

Eram 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 19 horas e 40 minutos.

Na nossa Agenda, segue-se um pacote de diplomas:

Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico que fixa as bases gerais do desenvolvimento rural”;

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime Jurídico de Ordenamento Agrário”;**
- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime de Incentivos à compra de terras agrícolas (RICTA)”;**
- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime Jurídico do uso e arrendamento de baldios”;**
- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico da reserva agrícola regional”;**
- **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Regime jurídico do arrendamento rural na Região Autónoma dos Açores”;**

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas que, conforme combinámos há pouco, fará uma apresentação geral de todo este pacote legislativo.

Depois, cada um será debatido e votado de *per si*.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

*** Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A actividade agrícola é hoje, na Região Autónoma dos Açores, regulada por um conjunto disperso de diplomas, desde logo, directivas comunitárias, decretos regulares, decretos legislativos regionais, diplomas nacionais e também regionais, portarias, que estabelecem um quadro jurídico de alguma complexidade e até nalguns casos com algumas contradições. Na Região Autónoma dos Açores mais de uma dezena de diplomas regulam este importante sector, representando no seu conjunto um normativo fragmentado, desarticulado entre si e, em grande parte até, desactualizado face aos conceitos e ao estado em que o sector agrícola se alcançou.

A revisão deste quadro legal regional, que enquadra o sector agrícola, visa fundamentalmente criar maior integração, maior interligação e uma articulação entre o normativo regulador do sector.

Também com este conjunto de diplomas que submetemos à vossa apreciação, visamos criar um conjunto coerente entre os princípios e os objectivos fixados e, bem assim, entre os princípios, objectivos, as práticas e procedimentos de melhor execução.

Também visamos adequar a legislação regional da área da agricultura à evolução estrutural que se tem verificado no sector aos princípios orientadores do novo programa de desenvolvimento rural e aos novos e modernos desafios que ao sector se colocam.

O modelo que adoptamos no conjunto de diplomas que aqui submetemos-vos à apreciação, propõe um diploma que estabelece as bases gerais do desenvolvimento rural.

Projectamos este diploma como um diploma programático, definidor dos grandes princípios enformadores do sector, com a definição das grandes linhas e orientações estratégicas e em estabelecer o enquadramento global do sector agrícola na região.

Destes princípios e orientações enquadradoras emanam um regime jurídico da reserva agrícola, do ordenamento agrário, de incentivos à compra de terras agrícolas, um regime jurídico sobre o arrendamento rural e também sobre o uso e arrendamento dos baldios.

Em caso de maior concretização, nessas bases gerais do desenvolvimento rural estamos a prever fundamentalmente um diploma programático e enquadrador que tenha como objectivos, por um lado, fixar orientações para o desenvolvimento rural, no âmbito da valorização do empresário agrícola e das suas organizações, mas também para fixar orientações para o ordenamento agrário, nomeadamente as operações que venham definidas relativamente ao emparcelamento, às infra-estruturas de caminhos, de água e luz às explorações, aos incentivos à compra de terras, à reserva agrícola e, fundamentalmente também aos sistemas de arrendamento.

No que diz respeito às orientações para o desenvolvimento rural, este diploma faz alusão e fixa alguns princípios no que diz respeito à valorização do empresário agrícola e das suas organizações, nomeadamente quanto às habitações e formação profissional, quanto à divulgação de informação e transmissão de conhecimentos e de práticas inovadoras da agricultura.

Refere também as necessidades de rejuvenescimento e a necessidade de articular as acções de rejuvenescimento da agricultura com as acções de reformas antecipadas, quer apoiando e dirigindo regulamentação sobre a instalação de jovens agricultores, mas também sobre a revitalização do tecido produtivo.

Com estas orientações também visamos fixar princípios para os serviços de aconselhamento e para o reforço do papel das associações e das organizações de produtores, estabelecendo critérios para a celebração de acordos de colaboração entre o Governo e essas organizações de produtores e associações, por um lado, e, por outro lado, incentivando uma maior contratação interprofissional entre todos os agentes do sector.

Também ao nível da orientação do desenvolvimento rural, este diploma de bases gerais, dá uma atenção especial aos recursos naturais fixando princípios de salvaguarda dos recursos naturais e incentivando o cumprimento de boas práticas agrícolas, ambientais e sanitárias, valorizando, por um lado, o papel dos recursos florestais a quem se guarda um papel fundamental para o contributo para a conservação e valorização do nosso património florestal, do seu contributo para a ordenação do território, sublinhando a sua importância para o ordenamento do território e para a preservação dos nossos recursos naturais.

Propõe também orientações no que diz respeito ao normativo dos mercados agrícolas, na sua integração nas organizações comuns de mercado e no apoio às estratégias orientadas por cadeias de valor no sentido de ganharem mercado, melhorarem as suas condições de acesso ao mercado e a redução dos custos inerentes a essas operações, agregando produções e produtores.

Este diploma de bases gerais também dispõe sobre a modernização das organizações e as estruturas, quer projectando e promovendo as parcerias para promover e incentivar a qualidade, a melhoria de imagem e valorização dos produtos agrícolas, salvaguardando sempre as questões de qualidade e de segurança alimentar e projectando e melhorando as condições de competitividade entre essas cadeias de valor no mercado.

Finalmente, as orientações para o ordenamento agrário estão definidas neste diploma de bases do desenvolvimento rural, como acções de ordenamento agrário ou os contributos que podem ser dados para as acções de ordenamento agrário, de reestruturação fundiária, prevendo o emparcelamento, as infra-estruturas, os incentivos à compra de terras em reserva agrícola e o arrendamento, quer o arrendamento privado, quer o arrendamento de baldios, que são definidas neste diploma e que são remetidas depois para diplomas específicos, tal a importância que elas se revestem cada uma de *per si*.

Para já, na apresentação do diploma das bases gerais do desenvolvimento rural deixava estas notas ao plenário.

Naturalmente que o contributo de todos os Srs. Deputados poderá melhorar a proposta por nós aqui apresentada e valorizar o trabalho desta casa em prol da agricultura e do desenvolvimento agrícola regional.

Obrigado.

Presidente: Feita a apresentação genérica deste pacote legislativo relativo à agricultura, ao ordenamento agrário, etc, vamos suspender os nossos trabalhos.

Amanhã retomamos às 10 horas com o debate deste pacote legislativo e a Agenda da Reunião será reordenada em função daquilo que hoje se passou e das alterações que se fizeram.

Muito obrigado. Boa noite e até amanhã.

Eram 20 horas.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Hernâni Hélio Jorge

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Osório Meneses da **Silva**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Nuno André da Costa Soares **Tomé**

Partido Social Democrata (PSD)

Lisa Marie Garcia Furtado

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos **Duarte**

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

** Texto não revisto pelo orador*

Documentos entrados

PROJECTO DE RESOLUÇÃO

Preservação dos postos de trabalho de cidadãos portugueses na Base das Lajes

A instalação de uma força militar estrangeira nos Açores constitui um elemento de especial relevância para Portugal no âmbito da sua participação no quadro da NATO e da política internacional.

A Base das Lajes tem-se assumido, durante décadas, com importância decisiva para o desenvolvimento regional.

O impacto social da Base com a criação de empregos para terceirenses e açorianos de outras ilhas, que na década de 70 rondavam os 3 mil, e a importância da mesma como fonte de receita privilegiada para os cofres da Região, durante um certo período, fizeram com que a utilização da Base das Lajes por forças norte-americanas fosse clara e genericamente assumida como essencial para o crescimento da própria autonomia.

Nos últimos anos, essa importância diminuiu.

Com efeito, para além de terem desaparecido as contrapartidas financeiras directas para a Região, também diminuiu significativamente o número de empregados portugueses na Base. Neste momento, são cerca de 850 os trabalhadores portugueses na Base das Lajes, o que continua, no entanto, a realçar a importância da estrutura e o efeito sócio-económico da mesma.

O principal efeito positivo da presença norte-americana nas Lajes é, de facto, constituído pelos postos de trabalho de portugueses na Base.

Porém, até este benefício está a degradar-se e a perder o impacto que já teve.

Ao longo dos anos, têm surgido conflitos decorrentes da alegada violação de normas do Acordo que têm na sua base a diferente natureza jurídica do mesmo nos dois países.

Nos últimos tempos, vieram a público notícias sobre as expectativas goradas da resolução definitiva do problema do desrespeito pelo inquérito que fundamenta a actualização salarial, para além da anunciada oferta de emprego feita para cidadãos norte-americanos e de outros países da Nato, excluindo expressamente Portugal, estando em causa, e conforme é público, um máximo de “40 vagas”.

Porém, os piores receios confirmaram-se, na passada semana, com um processo de despedimento colectivo que já afectou nove trabalhadores, anunciando-se e temendo-se que irão ser postos em causa perto de meia centena de postos de trabalho.

Todo este cenário acentua um sentimento de desconsideração pelos trabalhadores e, do mesmo modo, pela posição do Estado Português e da própria Região.

De facto, não estamos perante um empregador qualquer, mas perante uma relação laboral que decorre de um acordo internacional, com as obrigações que cabem a cada parte.

Efectivamente, o Regulamento de Trabalho aplicável aos trabalhadores portugueses na Base das Lajes estabelece, no seu artigo 76º, um conjunto de procedimentos relativos ao despedimento colectivo, que, pelo que é do conhecimento público, não foram cumpridos pela parte americana.

Perante um clima de preocupação social que se vive na Região, com o aumento do desemprego e das dificuldades de vida dos açorianos, a situação referida causa uma profunda instabilidade nos trabalhadores da Base das Lajes e nas suas famílias, com as repercussões que tudo isto tem num tecido sócio-económico com as fragilidades conhecidas.

Pelos efeitos sociais e económicos da situação num espaço com os condicionalismos que têm os Açores, é essencial tomar medidas que defendam com eficácia os direitos dos trabalhadores portugueses na Base das Lajes.

Por outro lado, são públicas as boas relações entre os Governos e governantes das partes envolvidas, a Região, o país e os EUA.

Por tudo isto, é imperioso que uma das prioridades do investimento político dos representantes da Região e do País nas negociações com os Estados Unidos da América passe a ser, em primeira linha, a defesa dos trabalhadores e dos seus direitos.

Termos pelos quais, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do Regimento da Assembleia Legislativa apresentam o seguinte Projecto de Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos da alínea i) do artigo 30º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, pronuncia-se, por iniciativa própria, sobre a aplicação do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América no âmbito laboral na Região Autónoma dos Açores:

1. A diminuição progressiva de postos de trabalho portugueses na Base das Lajes, acentuada com o recente processo de despedimento colectivo iniciado na passada semana com desrespeito pelo Regulamento de Trabalho e pelos trabalhadores portugueses, bem como o recorrente insucesso nas expectativas de solucionar o problema da respectiva actualização salarial - com o que é violado o Acordo internacional em causa - , impõe ao Estado Português a urgente tomada de medidas diplomáticas no sentido de colocar como prioridade da agenda negocial luso-americana a defesa dos direitos dos trabalhadores portugueses nos termos citado.

2. Desta posição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deve ser dado imediato conhecimento à Assembleia da República e ao Governo da República.

Horta, 17 de Junho de 2008.

O Grupo Parlamentar do PSD, Clélio Meneses, José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes

RELATÓRIO NO ÂMBITO DA APRECIACÃO DA PETIÇÃO RELATIVA À “PREVENÇÃO DE CHEIAS NA LOMBINHA DA MAIA, RIBEIRA GRANDE, SÃO MIGUEL”, QUE TEM COMO PRIMEIRO SUBSCRITOR O SENHOR JOSÉ CARLOS MONIZ VIEIRA

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 13 de Junho de 2008, na delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Ponta Delgada.

Da agenda da reunião constava a conclusão da apreciação e relato, em execução do despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa, sobre a Petição relativa à “Prevenção de cheias na Lombinha da Maia, Ribeira Grande, São Miguel”, que tem como primeiro subscritor o Senhor José Carlos Moniz Vieira.

A mencionada petição, contendo 87 (oitenta e sete) assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 11 de Fevereiro de 2008, tendo sido enviado à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação, relato e emissão de parecer, no prazo de 60 dias.

A calendarização dos trabalhos da Comissão, designadamente das diligências efectuadas, impossibilitou o cumprimento do prazo estatuído no n.º 1 do artigo 191.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Capítulo II ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do n.º 4 do artigo 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e da Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto.

A apreciação da petição pela Assembleia Legislativa e a elaboração do respectivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do respectivo Regimento.

Nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa n.º 1-A/99/A, de 28 de Janeiro, as matérias relativas aos “recursos hídricos”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIÇÃO DA PETIÇÃO

a) Da admissibilidade

Apreciada a admissibilidade da Petição, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento da Assembleia Legislativa, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho deliberou, na reunião de 4 de Setembro de 2007 e por unanimidade, admiti-la, por estarem verificados todos os requisitos legais (Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto) e regimentais (artigo 189.º).

b) Diligências efectuadas

Admitida a Petição, e ainda na reunião de 14 de Fevereiro de 2008, a Comissão decidiu efectuar as seguintes diligências:

- **Audição dos peticionantes;**
- **Audição do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos;**
- **Visita aos locais objecto da petição.**

1. AUDIÇÃO DOS PETICIONANTES

Os peticionantes foram ouvidos nas pessoas dos Senhores José Carlos Moniz Vieira, José Eugénio Bulhões Moniz de Sá e José Francisco Ponte Dutra, no dia 17 de Março de 2008, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa, em Ponta Delgada.

Por eles foi dito que em situações de pluviosidade elevada as casas situadas entre as ribeiras dos Miguéis e da Faleira são algumas vezes inundadas.

Para os peticionantes a solução do problema não é complexa e passa pelo alargamento das pontes das ribeiras dos Miguéis e da Faleira, bem como pela adequada

manutenção da rede colectora de águas construídas pelo Instituto Regional de Ordenamento Agrário (IROA) no Caminho do Mato, a montante das casas afectadas.

2. AUDIÇÃO DO SECRETÁRIO REGIONAL DA HABITAÇÃO E EQUIPAMENTOS

No dia 2 de Junho de 2008, na Delegação de São Miguel da Assembleia Legislativa, a Comissão procedeu à audição do Secretário Regional da Habitação e Equipamento.

Pelo governante foi dito que, relativamente às questões suscitadas na petição, o Governo Regional já tomou dois tipos de medidas, concretamente:

- A Secretaria Regional da Agricultura e Florestas já promoveu a limpeza das valas e poços da rede colectora de águas do Caminho do Mato;**
- A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos já tem em curso o procedimento relativo à reabilitação da ponte da Ribeira dos Miguéis (em fase de assinatura do contrato de empreitada) e irá lançar, em breve, o processo referente à ponte da Ribeira da Faleira.**

Questionado sobre o prazo de execução das obras de intervenção nas pontes, o Secretário Regional informou a Comissão de que as obras terão início no próximo Verão.

3. VISITA AOS LOCAIS OBJECTO DA PETIÇÃO

Para além das audições supra mencionadas, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho efectuou uma visita aos locais objecto da petição.

Nessa visita, realizada no dia 17 de Março de 2008, a Comissão foi acompanhada pelos peticionantes, tendo verificado no local as condições das pontes das ribeiras dos Miguéis e da Faleira, bem como o estado da rede colectora de águas do Caminho do Mato, verificando a necessidade de limpeza de, pelo menos, um poço de retenção que fora aterrado.

A Comissão pôde, ainda, constatar que a destruição ou inadequada manutenção, pelos possuidores das terras, de diversas valas de escoamento de água nas pastagens a montante das casas.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os *Grupos Parlamentares do PS e do PSD*, relevando a participação dos cidadãos, neste particular usando do direito de petição junto da Assembleia Legislativa, manifestaram posições no sentido da importância da concretização das obras previstas para as pontes das ribeiras dos Miguéis de da Faleira, bem como da adequada manutenção da rede colectora de águas do Caminho do Mato e das valas de escoamento de água nas pastagens a montante das casas.

Capítulo V

CONCLUSÕES

Com base na apreciação efectuada, designadamente em resultado das audições efectuadas e da visita ao local, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho concluiu pela importância das obras previstas para as pontes das ribeiras dos Miguéis de da Faleira, bem como da adequada manutenção da rede colectora de águas do Caminho do Mato e das valas de escoamento de água nas pastagens a montante das casas, recomendando, conseqüentemente, que:

- 1. Sejam concretizadas, de acordo com o calendário informado pelo Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, as obras previstas para as pontes das ribeiras dos Miguéis e da Faleira;**
- 2. O Instituto Regional do Ordenamento Agrário proceda à regular monitorização e limpeza da rede colectora de águas do Caminho do Mato;**
- 3. Sejam tomadas as necessárias medidas de coordenação entre as entidades públicas nos domínios dos equipamentos e obras públicas, ordenamento agrário e recursos hídricos, por forma a que as obras públicas a executar ou existentes permitam evitar situações de risco para a segurança de pessoas e bens;**
- 4. Os particulares, alguns dos quais peticionantes, promovam a reabilitação e manutenção das valas destinadas ao escoamento de águas nas propriedades em sua posse, situadas a montante das casas.**

Não obstante o número de peticionantes (87), a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalhos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa, deliberou, por unanimidade, emitir parecer

favorável à apreciação do presente relatório em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, recomendando à Conferência o respectivo agendamento.

Ponta Delgada, 13 de Junho de 2008

A Relatora, em substituição, *Mariana Matos*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade, e deve ser remetido aos peticionantes, na pessoa do primeiro subscritor, e ao Governo Regional.

O Presidente, *Hernâni Jorge*

—

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco*